



**Rede Social  
de Vagos**

# **Diagnóstico Social do Concelho de Vagos**

*Redação:*  
Núcleo Executivo da Rede Social de Vagos, ano de 2019

*Design e Layout:*  
Auratus | Creative Studio

*Impressão e Encadernamento:*  
Auratus | Creative Studio

---

# **DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE VAGOS**

# SIGLAS

**AAAF** - Atividades de Animação e Apoio à Família  
**ARS** - Administração Regional de Saúde  
**CAO** - Centro de Atividades Ocupacionais  
**CATL** - Complemento de Apoio aos Tempos Livres  
**CD** - Centro de Dia  
**CDSS** - Aveiro- Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro  
**CLAS** - Conselho Local de Ação Social  
**CMV** - Câmara Municipal de Vagos  
**CPCJ** - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens  
**DS** - Diagnóstico Social  
**ERPI** - Estrutura Residencial para Idosos  
**FEAC** - Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas  
**IEFP** - Instituto de Emprego e Formação Profissional

**IP** - Intervenção Precoce  
**IPSS** - Instituição Particular de Solidariedade Social  
**NE** - Núcleo Executivo  
**NEVA** - Núcleo Empresarial de Vagos  
**PA** - Plano de Ação  
**PDS** - Plano de Desenvolvimento Social  
**PE** - Plano Estratégico  
**RLIS** - Rede Local de Intervenção Social  
**RMAASD** - Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos  
**RSI** - Rendimento Social de Inserção  
**SAD** - Serviço de Apoio Domiciliário  
**SI** - Sistema de Informação

# **CAPÍTULO I**

## **Introdução**

**01**

# Introdução

Um diagnóstico consiste na explicitação, no aprofundamento e na análise de um problema previamente identificado, servindo de base para programar ações concretas e, ao mesmo tempo, proporcionar um quadro referencial que funcione para selecionar e estabelecer estratégias de atuação.

No caso do diagnóstico territorial incidindo no concelho ou nas freguesias, a diagnose consiste no levantamento, análise e interpretação das causas dos problemas sociais existentes na unidade territorial considerada, tendo em conta um conjunto de áreas de intervenção ou temáticas previamente definidas. A criação e implementação de um sistema de informação local apoia-se no trabalho desenvolvido aquando da elaboração do diagnóstico social, que permite a recolha de informação que por sua vez

possibilita a atualização periódica do conhecimento da realidade social nas freguesias e no concelho, servindo de base à atualização e aprofundamento do diagnóstico social.

O Diagnóstico Social é, assim, um “instrumento dinâmico, sujeito a atualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros, que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação de necessidades, de deteção de problemas prioritários e respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais”, ART. 35.º do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho de 2006.

A elaboração deste documento permite um maior conhecimento dos recursos existentes, endógenos e

exógenos, e das capacidades dos territórios, para o recenseamento dos problemas, a identificação das carências, a determinação de prioridades e as estratégias a adotar. O grupo de trabalho em colaboração com todos os parceiros do CLAS, apresenta agora o diagnóstico social do concelho de Vagos referente ao ano de 2016.

Este documento é uma ferramenta de trabalho, flexível e em constante adequação e atualização composto pelas seguintes áreas:

**Caracterização do Município:**  
Territorial e Sociodemográfica;

**Áreas Temáticas:**  
Educação;  
Habitação;  
Saúde;  
Ação Social;  
Emprego e Empreendedorismo.

## Enquadramento Normativo

Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de novembro, foi criada a rede social, que foi objeto de regulamentação pelo Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho.

A rede social visa contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local.

A rede social representa um modelo de organização e de trabalho em parceria e permite uma maior eficácia e eficiência nas respostas aos problemas sociais, assim como uma maior rapidez na resolução de problemas concretos dos cidadãos.

A rede social tem as seguintes linhas orientadoras:

- 1) Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais.
- 2) Promover o desenvolvimento social integrado.
- 3) Potenciar competências e recursos.
- 4) Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos do PNAI (Plano Nacional de Ação para a Inclusão).
- 5) Integrar os objetivos da promoção da igualdade de género (constam no PNI - Plano Nacional para a Igualdade).

6) Garantir maior eficácia e organização nas respostas, e utilização de equipamentos, a nível local.

7) Criar canais de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

Os princípios que estão na base destas linhas orientadoras são a subsidiariedade; integração; articulação; participação; inovação e igualdade de género.

Por sua vez, as medidas necessárias ao cumprimento dos objetivos e das ações de intervenção da rede social são assumidas pelos CLAS - Conselhos Locais de Ação Social. Estes conselhos integram o Presidente da Câmara Municipal, as entidades ou organismos do sector público tutelados pelos membros do governo nas áreas do emprego, segurança social, educação, saúde, justiça, administração interna, obras públicas e ambiente.

Integram ainda o CLAS as instituições que desenvolvam respostas sociais mediante a celebração de acordos de cooperação com organismos públicos assim como presidentes das juntas de freguesia do respetivo Concelho e os conselheiros locais para a igualdade de género (sempre que existam).

De destacar ainda que as entidades sem fins lucrativos como as associações humanitárias ou instituições particulares de solidariedade social, assim como as entidades com fins lucrativos (dispostas a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento social local através dos seus conhecimentos técnicos, intervenção comunitária ou contributos financeiros) também integram o CLAS.

A intervenção social em si é feita através de contactos regulares entre responsáveis e técnicos dos projetos de intervenção social – de forma a garantir a complementaridade e a otimização dos recursos. Deste modo, realiza-se um planeamento integrado e participado, isto é, um processo de planeamento integrado de intervenção no âmbito da rede social que tem como objetivos a cobertura equitativa e adequada de serviços e equipamentos (assim como a rentabilização dos recursos locais).

Este processo de planeamento tem como finalidade o desenvolvimento social local através dos seguintes aspetos:

1. Diagnóstico Social (DS)
2. Plano de Desenvolvimento Social (PDS)
3. Plano de Ação
4. Sistema de Informação (SI)

O Diagnóstico Social (DS) é um instrumento dinâmico sujeito a atualização resultante da participação dos diferentes parceiros, o que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação dos problemas prioritários e da sua causalidade bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais.

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) tem carácter obrigatório, e uma duração sincronizada com o calendário da estratégia europeia, integrando ainda a dimensão de género através de medidas que promovam a igualdade entre homens e mulheres.

O PDS operacionaliza-se através de:

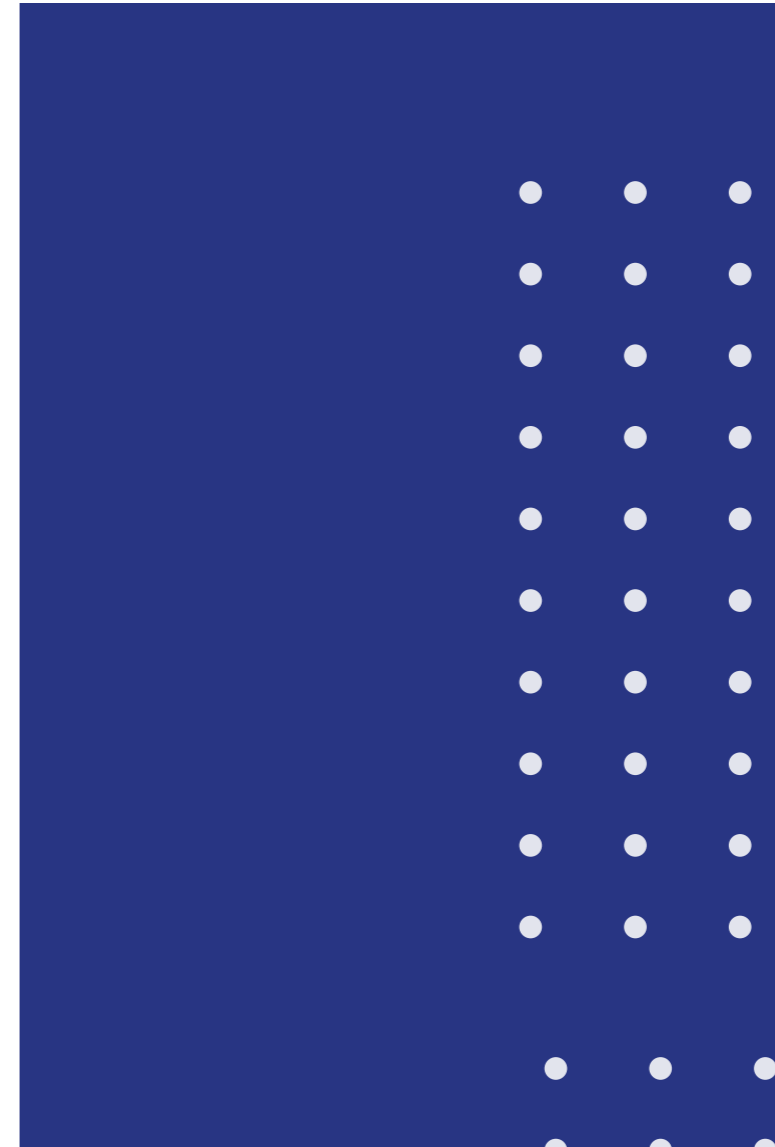
- 1) Planos de ação anuais (definem a entidade responsável pelo projeto, a ação e o orçamento do mesmo);
- 2) Concretização dos planos de ação (ou dos projetos nele contidos);
- 3) Contratos de execução entre os parceiros (envolvem recursos das instituições locais e dos diferentes sectores da administração pública, assim como projetos sectoriais e nacionais).

O Sistema de Informação (SI) abrange duas dimensões: Nacional e Local. A dimensão nacional, da responsabilidade do instituto da segurança social, integra um conjunto de informações e indicadores estatísticos que permitem um conhecimento homogéneo do território nacional (esta dimensão integra um fórum online que permite a partilha de conhecimentos e experiências entre todos os parceiros das redes sociais).

Quanto à dimensão local, constitui-se por um conjunto de procedimentos que facilitam a troca de informação entre os parceiros (acessível à população em geral).

Quer a nível nacional, quer a nível local, o sistema de informação integra indicadores e informação relativa ao impacto da dimensão de género na realidade concelhia.

Finalmente, e no que diz respeito ao presente Diagnóstico Social de Vagos, o CLAS entendeu que as principais áreas temáticas deveriam incidir fundamentalmente na educação, habitação, saúde, ação social, emprego e empreendedorismo.



# Índice

# 01

## Introdução | 9

Enquadramento Normativo | 11

# 02

## Caracterização do Município | 23

1. Caracterização Territorial | 25
2. Caracterização Sociodemográfica | 26
  - 2.1 Demografia e população | 27
  - 2.2 Comunidades de etnia cigana | 37
  - 2.3 Freguesias, associações, grupos culturais, desportivos e recreativos | 41
  - 2.4 Atividades Económicas | 44
  - 2.5 Segurança Social - Serviço local de Vagos | 45
  - 2.6 Instituições Particulares de Solidariedade Social no Concelho | 46

# 03

## Áreas Temáticas | 49

1. Educação | 50
  - 1.1 Educação | 50
  - 1.2 Ação social escolar | 68
2. Habitação | 72
  - 2.1 Habitação | 72
  - 2.2 Habitação social | 81
3. Saúde | 86
  - 3.1 Saúde | 86
  - 3.2 Intervenção precoce na infância | 97
4. Ação Social | 103
  - 4.1 Ação Social | 103
  - 4.2 Instituições Particulares de Solidariedade Social - IPSS - Terceiro setor | 108
  - 4.3 CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens | 119
  - 4.4 RSI - Rendimento Social de Inserção | 128
  - 4.5 Voluntariado | 141
  - 4.6 Lojinhas sociais | 142
  - 4.7 RMAASD -Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos | 144
  - 4.8 FEAC - Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas mais Carenciadas | 146
  - 4.9 Serviço de Psicologia | 148
5. Emprego e Empreendedorismo | 153
  - 5.1 Emprego | 153
  - 5.2 Empreendedorismo | 162

# 04

## Anexos | 169

1. Identificação, morada e contactos das IPSS do concelho de Vagos | 170
2. Rendimento social de inserção - Áreas e ações de inserção contratualizadas por beneficiários de RSI no ano de 2015 | 173
3. Respostas Sociais: Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, anos de 2016 | 176

# Índice de Figuras

24	Figura 1 - Mapa concelho de Vagos
29	Figura 2 - Densidade Populacional em 2011 por subsecção estatística
36	Figura 3 - Indicador composto pelo índice de envelhecimento por subsecção estatística
44	Figura 4 - Atividades Económicas
47	Figura 5 - Distribuição das IPSS's no concelho de Vagos
53	Figura 6 - Reconfiguração das escolas do 1º ciclo do ensino básico
98	Figura 7 - População Residente em Portugal Continental: Census 2011
150	Figura 8 - Registo nos cuidados de saúde primários
151	Figura 9 - Estruturas de saúde mental

# Índice de Gráficos

32	Gráfico 1 - Estrutura etária da população de Vagos
33	Gráfico 2 - População residente por grupo etário em 2011 por freguesias
38	Gráfico 3 - Distribuição dos cidadãos da comunidade cigana em função da idade e sexo
38	Gráfico 4 - Distribuição dos cidadãos da comunidade cigana em função da naturalidade
40	Gráfico 5 - Carências na habitação
76	Gráfico 6 - Alojamentos familiares clássicos - Evolução das áreas, rácios e tipologias
77	Gráfico 7 - Alojamentos familiares clássicos por números de divisões
78	Gráfico 8 - Alvarás de construção emitidos em 2016
79	Gráfico 9 - Alvarás de construção para moradias, por freguesia 2016
82	Gráfico 10 - População residente em habitação social por ano de nascimento e sexo
82	Gráfico 11 - População residente em habitação social por nível de escolaridade
82	Gráfico 12 - População residente em habitação social por situação profissional
84	Gráfico 13 - População residente em habitação social por Tipologia de apartamento
84	Gráfico 14 - População residente em habitação social por tipo de família
91	Gráfico 15 - Proporção de utentes com registo de perturbações depressivas, demência e perturbações da ansiedade, entre os utentes inscritos ativos em CSP (%), Portugal Continental   2011-2016
98	Gráfico 16 - Frequência população SNIPi de 2012 a 2016 nas 5 Regiões
107	Gráfico 17 - Principais fontes de rendimento
117	Gráfico 18 - Respostas Sociais das IPSS no concelho de Vagos
120	Gráfico 19 - Evolução dos processos transitados de 2010 a 2016
121	Gráfico 20 - Evolução dos processos instaurados - Novos processos de 2010 a 2016

121	Gráfico 21 - Evolução dos processos instaurados - Recebidos de outras CPCJ de 2010 a 2016
122	Gráfico 22 - Evolução dos processos reabertos de 2010 a 2016
122	Gráfico 23 - Evolução dos processos arquivados em fase preliminar de 2010 a 2016
123	Gráfico 24 - Evolução dos processos arquivados em fase pós-preliminar de 2010 a 2016
124	Gráfico 25 - Evolução dos processos enviados para outras CPCJ de 2010 a 2016
124	Gráfico 26 - Evolução do total de processos ativos de 2010 a 2016
131	Gráfico 27 - Número de requerimentos
133	Gráfico 28 - Caracterização dos beneficiários quanto ao género
134	Gráfico 29 - Caracterização dos beneficiários de RSI por idade no ano de 2016
135	Gráfico 30 - Tipo de agregado familiar
137	Gráfico 31 - Áreas de inserção
138	Gráfico 32 - Ações na área da ação social
139	Gráfico 33 - Ações na área da saúde
140	Gráfico 34 - Ações na área de inserção
150	Gráfico 35 - Evolução dos internamentos de saúde mental por patologia 2013-2016
152	Gráfico 36 - Distribuição etária
152	Gráfico 37 - Origem do pedido
164	Gráfico 38 - N° de empresas criadas

# Índice de Tabelas

28	Tabela 1 - Densidade Populacional em 2011
30	Tabela 2 - População Residente por município e freguesias
31	Tabela 3 - TX de Crescimento natural, migratório e efetivo de 1991 a 2001 e de 2001 a 2011 por município e freguesias (%)
34	Tabela 4 - Taxa de variação da população residente por grupo etário entre 2001 e 2011 por município e freguesias (%)
35	Tabela 5 - Outros indicadores de envelhecimento por município e freguesias (%)
45	Tabela 6 - Pensionistas da Segurança Social por município, segundo o tipo de pensão, 2015
51	Tabela 7 - Mapa Resumo - N° de Alunos por Agrupamento e Grau de Ensino
52	Tabela 8 - Mapa N° de Alunos por Agrupamento, Escola e Ano de Escolaridade
54	Tabela 9 - Agrupamento de Escolas de Vagos
54	Tabela 10 - 3º Ciclo
54	Tabela 11 - 3º Ciclo
55	Tabela 12 - 3º Ciclo e secundário
55	Tabela 13 - Unidade Multideficiência
56	Tabela 14 - Professores
57	Tabela 15 - Professores
57	Tabela 16 - Outros profissionais

57	Tabela 17 - Números de alunos com Bolsa de Mérito Atribuída
59	Tabela 18 - Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos - EPADRV   Ano letivo 2015/2016
59	Tabela 19 - Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos - EPADRV   Ano letivo 2015/2016 - N° Alunos
64	Tabela 20 - Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos - EPADRV   Ano letivo 2015/2016
65	Tabela 21 - 2º Ciclo
65	Tabela 22 - 2º Ciclo
65	Tabela 23 - Ensino secundário
66	Tabela 24 - Número de Professores e outros Profissionais que colaboram no Estabelecimento
66	Tabela 25 - Ofeta Formativa - Número de Cursos Tecnológicos
68	Tabela 26 - Tabela dos alunos candidatos
69	Tabela 27 - Tabela dos alunos candidatos
69	Tabela 28 - Alunos a beneficiar da ação social escolar
70	Tabela 29 - Alunos com NEE a beneficiar da ação social escolar
70	Tabela 30 - Alunos a beneficiar da Ação Social Escolar - Colégio de Calvão
71	Tabela 31 - Alunos a beneficiar da Ação Social Escolar - EPADRV
73	Tabela 32 - Taxa de variação de alojamentos e edifícios entre 2001 e 2011
74	Tabela 33 - Taxa de variação do número de alojamentos familiares clássicos segundo a forma de ocupação 2001 e 2011
77	Tabela 34 - Edifícios
77	Tabela 35 - Construções Novas
78	Tabela 36 - Ampliações, alterações e reconstruções
79	Tabela 37 - Edifícios por ano de construção (%)
81	Tabela 38 - Bairro da Corredoura
82	Tabela 39 - Bairro Dr. Pedro Guimarães
82	Tabela 40 - Bairro Dr. Pedro Guimarães
87	Tabela 41 - Funcionários de Centro de Saúde, segundo as funções
88	Tabela 42 - Funcionários do Centro de Saúde, segundo a função e a unidade funcional
93	Tabela 43 - Utentes Inscritos na UCSP Vagos I (Dezembro 2015)
93	Tabela 44 - Utentes Inscritos na UCSP Vagos II (Dezembro 2015)
94	Tabela 45 - Utentes Inscritos na USF Senhora de Vagos (Dezembro 2015)
94	Tabela 46 - Consultas por Programa na UCSP Vagos I
95	Tabela 47 - Consultas por Programa na UCSP Vagos II
95	Tabela 48 - Consultas por Programa na USF Senhora de Vagos
96	Tabela 49 - Consultórios Particulares
99	Tabela 50 - Intervenção Precoce na Infância - Caracterização das crianças acompanhadas pela Equipa Local de Intervenção de Vagos - Oliveira do Bairro
104	Tabela 51 - Número de Processos por Freguesia
104	Tabela 52 - Caracterização quanto ao género
105	Tabela 53 - Caracterização quanto à tipologia da família
105	Tabela 54 - Problemáticas identificadas na família
106	Tabela 55 - Situação Profissional
106	Tabela 56 - Caracterização dos beneficiários quanto à idade
107	Tabela 57 - Principais fontes de rendimento
109	Tabela 58 - IPSS do concelho - Respostas sociais
111	Tabela 59 - Associação Boa Hora
111	Tabela 60 - Associação de Solidariedade Social e Cultural de Santo André de Vagos

112	Tabela 61 - Associação BETEL - Ponte de Vagos
112	Tabela 62 - Centro de Ação Social de Covão do Lobo
113	Tabela 63 - Centro Social e Bem Estar de Ouca
113	Tabela 64 - Centro de Social da Freguesia de Soza
114	Tabela 65 - Comissão de Apoio Social e Desenvolvimento de Santa Catarina
115	Tabela 66 - Centro Social Paroquial de Calvão
115	Tabela 67 - Centro Social e Paroquial de Fonte de Angeão
116	Tabela 68 - Centro Social Paroquial de Santo António
116	Tabela 69 - Comissão de Apoio Social e Desenvolvimento de Santa Catarina
126	Tabela 70 - Problemáticas sinalizadas em processos - 2016
127	Tabela 71 - Medidas aplicadas em processos - 2016
131	Tabela 72 - N° de Requerimentos Entrados no Concelho de Vagos por anos
132	Tabela 73 - Requerimentos Cessados no Concelho de Vagos, por motivo de cessação e por ano
132	Tabela 74 - Número de Agregados Familiares (com processamento) no Concelho de Vagos por ano (2015 e 2016)
132	Tabela 75 - Número de Beneficiários (com processamento) no Concelho de Vagos por ano (2015 e 2016)
133	Tabela 76 - I - Caracterização dos Beneficiários por Idade e Sexo Dezembro de 2015
134	Tabela 77 - II - Caracterização dos Beneficiários por Idade e Sexo Dezembro de 2016
135	Tabela 78 - Número de Agregados Familiares (com processamento) por Tipo de Famílias com e sem rendimentos, no Concelho de Vagos por ano (2015-2016)
136	Tabela 79 - Número de Agregados familiares (com processamento) por dimensão da família com e sem rendimentos, no Concelho de Vagos, por ano (2015 e 2016)
137	Tabela 80 - Quadro síntese <sup>1</sup>
141	Tabela 81 - Quadro 1
141	Tabela 82 - Quadro 2
143	Tabela 83 - Caracterização dos beneficiários da Lojinha Social
143	Tabela 84 - Caracterização dos beneficiários da Lojinha Social
143	Tabela 85 - Caracterização dos beneficiários da Lojinha Social
145	Tabela 86 - Apoios à habitação no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos – Ano de 2015
145	Tabela 87 - Apoios à habitação no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos – Ano de 2016
147	Tabela 88 - Instituições beneficiárias e mediadoras do FEAC no concelho
149	Tabela 89 - Proporção de utentes com registo de perturbações depressivas, demência e perturbações da ansiedade entre os utentes inscritos ativos em CSP (%), por região de saúde   2011-2016
154	Tabela 90 - Quadro 1   Desemprego registado por Concelho segundo o género - Dezembro 2016
154	Tabela 91 - Quadro 2   Desemprego registado por Concelho segundo o grupo etário - Dezembro 2016
155	Tabela 92 - Quadro 3   Desemprego registado por Concelho segundo os níveis de escolaridade - Dezembro 2016
156	Tabela 93 - Quadro I - Desemprego registado (novo emprego) segundo as regiões por atividade económica
160	Tabela 94 - Quadro II - Ofertas de Emprego segundo as regiões por atividade económica
164	Tabela 95 - Total de Investimento
173	Tabela 96 - Relatório de execução   Dezembro de 2015

# **CAPÍTULO II**

## **Caracterização do Município**

02

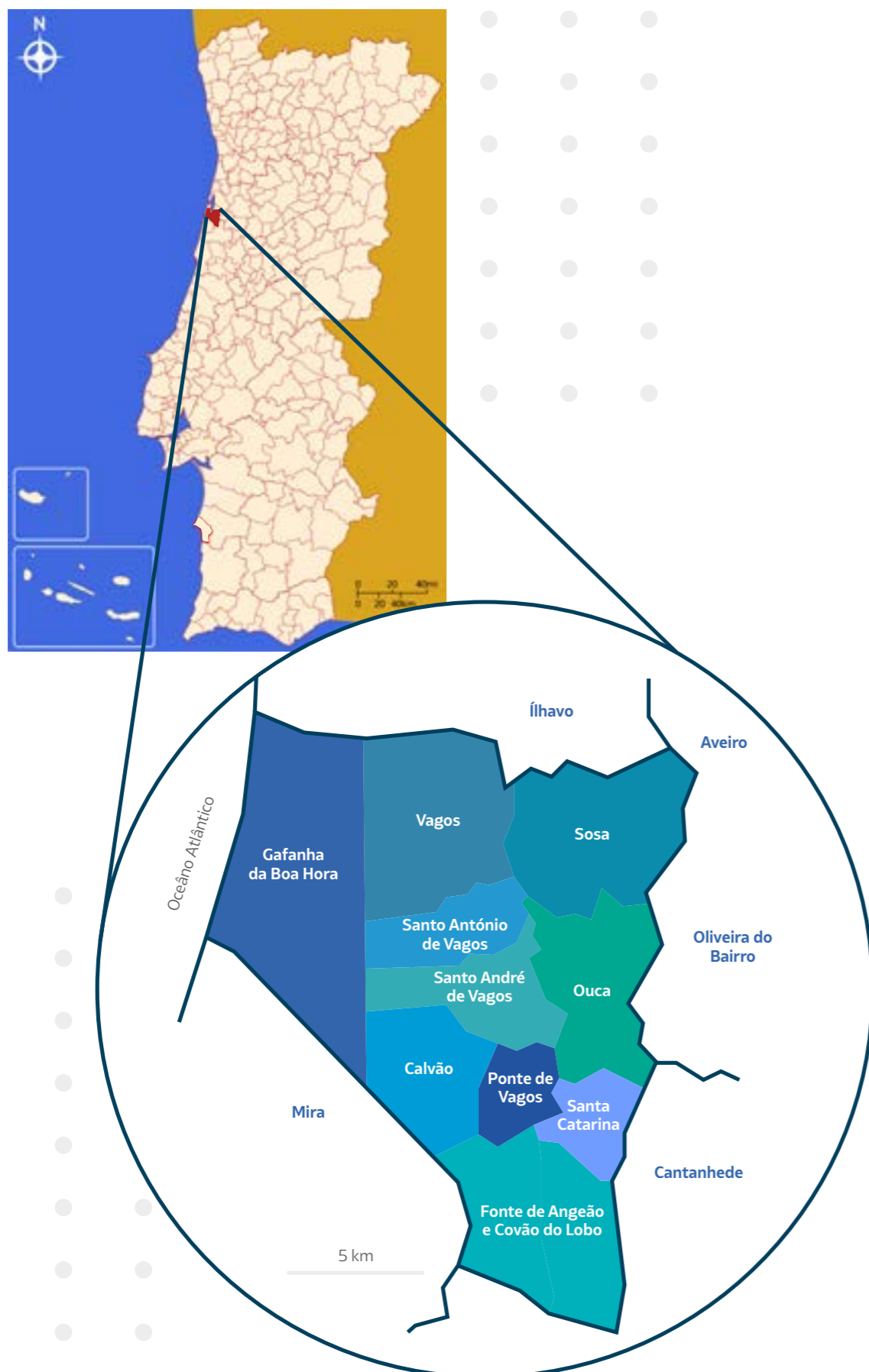


Figura 1 | Mapa Concelho de Vagos

# 1. Carac- terização Territorial

O Município de Vagos situa-se no centro litoral do país, particularmente na sub-região do Baixo Vouga, no distrito de Aveiro, inserindo-se na NUTS III, pertencente à NUTS II da Região Centro. Situa-se a 8 Km a sul da cidade de Aveiro e possui uma costa marítima que se estende por 7 Km.

O Município de Vagos abrange uma área geográfica de cerca de 165,29 Km<sup>2</sup> e, após a agregação de três freguesias ao abrigo da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, subdivide-se atualmente em oito freguesias: Fonte de Angeão e Covão do Lobo (sede em Fonte de Angeão), Ponte de Vagos e Santa Catarina (sede em Ponte de Vagos), Vagos e Santo António (sede em Vagos), Calvão, Gafanha da Boa Hora, Ouça, Santo André de Vagos e Soza.

A sua localização geográfica privilegiada potencia a concentração de um conjunto de fatores favoráveis

ao seu desenvolvimento, sublinhando-se a existência de boas acessibilidades que permitem a proximidade a Aveiro e aos grandes centros urbanos do Porto e Lisboa; a extensa frente de praia com a potencial valorização turística, ambiental e cultural; e o valor acrescentado advindo do desenvolvimento do sector secundário.

Uma das maiores riquezas ambientais do Concelho de Vagos está presente numa vasta **floresta**, a Mata Nacional das Dunas de Vagos, com 2289 hectares, tendo como espécie principal o pinheiro-bravo.

Junto à floresta encontramos as **praias da Vagueira, do Areão e do Labrego**, que proporcionam um estilo de vida saudável para todos aqueles que pretendam usufruir da natureza, do sol, do convívio, do desporto ou do divertimento.

## 2. Caracterização Socio-demográfica

A abordagem sociodemográfica é fundamental para o conhecimento dos territórios e sua população, sendo os indicadores demográficos uma fonte de informação sobre a dinâmica populacional do município de Vagos, especificamente em matéria de dimensão, distribuição espacial e estrutura etária da população. Este capítulo visa, em primeiro lugar, caracterizar a população residente no concelho de Vagos e analisar as

principais tendências demográficas dos últimos anos. Apresentar-se-ão alguns dados comparativos, quer entre regiões, entre momentos temporais distintos, e entre freguesias. O Plano Estratégico do Município de Vagos assume-se como um documento chave no estudo e na compreensão dos fenómenos sociodemográficos, sendo a fonte principal para a elaboração deste capítulo.

### 2.1 Demografia e População

A análise das principais características demográficas do concelho de Vagos incidiu:

a) Na **distribuição e tendências de evolução da população**, tendo sido utilizados como indicadores a população residente, a densidade populacional e os indicadores demográficos de crescimento populacional (designadamente as taxas de crescimento natural, migratório e efetivo) para os anos censitários de 1991, 2001 e 2011);

b) Na **estrutura etária da população**, para o qual foram selecionados como indicadores a população residente por grupo etário e dois indicadores de envelhecimento (designadamente os índices de envelhecimento e de dependência de idosos, ambos com dados de 2001 e 2011); Ainda nesta secção, é apresentada reflexão que evidencia características territoriais ao nível da subsecção estatística do Município.

#### DISTRIBUIÇÃO E TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

Em 2011 o município de Vagos apresentava uma **densidade populacional de 138,6 residentes/km<sup>2</sup>**, situando-se acima quer do valor médio nacional (114,5 residentes/km<sup>2</sup>), quer dos valores da NUTS II do Centro a que pertence (82,6 residentes/km<sup>2</sup>).

Ao nível das freguesias, importa sublinhar que as freguesias de **Ponte de Vagos e de Santa Catarina e de Vagos e Santo António** (ambas reorganizadas administrativamente) têm densidades populacionais bastante elevadas, com valores superiores a 200 residentes/km<sup>2</sup>. Face às tendências explanadas, uma ressalva deve ser feita relativamente à freguesia da **Gafanha da Boa Hora**, cujos valores da densidade populacional são inferiores aos valores de referência para todos os níveis de desagregação (70,5 residentes/km<sup>2</sup>).

Tabela 1 | Densidade Populacional em 2011

Unidades Geográficas	Período de referência dos dados 2011
<b>Portugal</b>	<b>114,5</b>
Centro	82,6
Baixo Vouga	216,7
<b>Vagos</b>	<b>138,6</b>
Calvão	135,7
Gafanha da Boa Hora	70,5
Ouca	110,9
Soza	141,5
Santo André de Vagos	160,2
Fonte de Angeão e Covão do Lobo	123,4
Ponte de Vagos e Santa Catarina	208,7
Vagos e Santo António	203,0

Fonte: INE, 2011

No que diz respeito aos padrões territoriais do município, muito embora haja uma dispersão das freguesias com maiores densidades populacionais, existem alguns aglomerados que merecem ser destacados (figura 1):

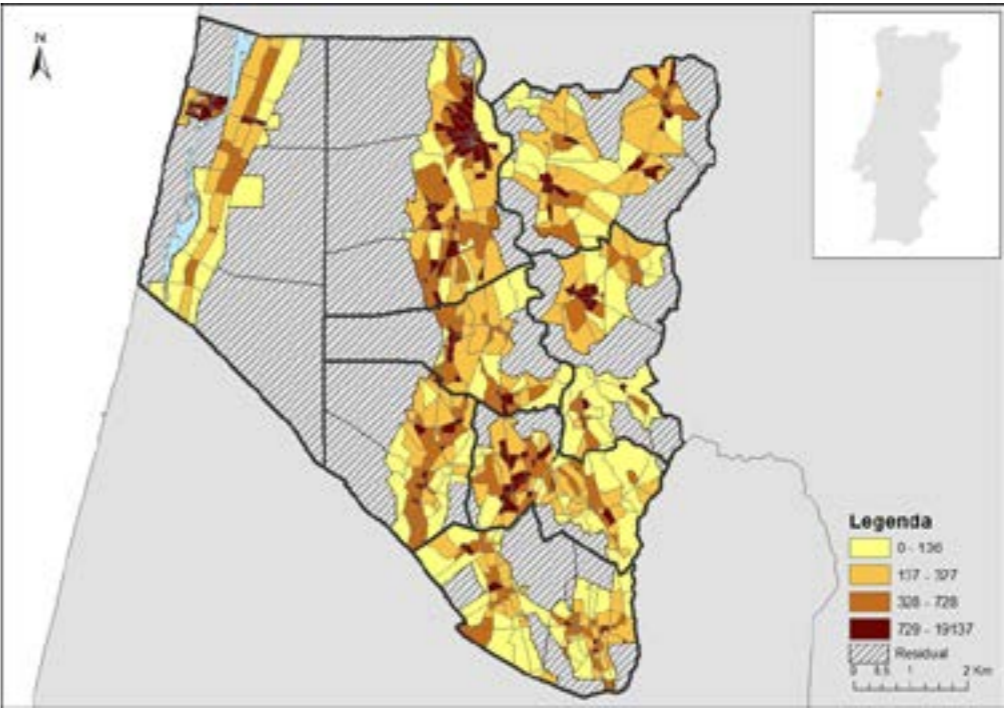
i. A **Praia da Vagueira**, localizada na Gafanha da Boa Hora;

ii. Os **núcleos urbanos de Vagos e de Ponte de Vagos**, pertencentes às freguesias de Vagos e Santo António e de Ponte de Vagos e Santa Catarina (ambas reorganizadas administrativamente);

iii. Alguns **pontos que se estendem ao longo da N109**, desde a vila de Vagos, passando pelos lugares de Quintã, Santo André, Cabecinhas, até o limite sul do Município;

iv. E as **centralidades de Salgueiro, Fontão e Soza** (na freguesia de Soza) e **de Ouca** (na freguesia de Ouca).

Figura 2 | Densidade Populacional em 2011 Por subsecção estatística



GETIN-UA (origem dos dados: INE, 2011)

Observa-se que a **população residente** no município de Vagos tem vindo a aumentar ao longo dos dois últimos decénios, tendo-se registado um aumento de 2949 residentes (15,4%) no decénio de 1991-2001 e de 3,8% (834 residentes) no decénio de 2001-2011. Estes valores seguem, por um lado, a tendência nacional e da NUTS III (da Região do Baixo Vouga) e contrariam, por outro, a tendência da NUTS II (da Região Centro), na qual se verificou um decréscimo de 0,9% (20642 residentes) no último decénio (Tabela 2).

No que diz respeito ao último decénio, analisando os dados com desagregação até ao nível da freguesia e de acordo com a RAFT<sup>1</sup>, verifica-se um decréscimo da população residente em três delas: i) na **freguesia de Ouca** (-3,7%), ii) na **freguesia de Santo André de Vagos** (-0,9%), e iii) na **união de freguesias de Fonte de Angeão e Covão de Lobo** (-6,0%).

<sup>1</sup>Reorganização Administrativa do Território das Freguesias - (RAFT), Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro - Reorganização Administrativa do Território das Freguesias; Declaração de Retificação n.º 19/2013, de 28 de março; Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro - Reorganização Administrativa de Lisboa, Direção Geral da Administração Interna.

Tabela 2 | População Residente por município e freguesias

Unidades Geográficas	Período de referência dos dados (nº)			Taxa de variação (%)	
	1991	2001	2011	91-01	01-11
<b>Portugal</b>	<b>9 867 147</b>	<b>10 356 117</b>	<b>10 562 178</b>	<b>4,9</b>	<b>2,0</b>
Centro	2 258 768	2 348 397	2 327 755	3,9	-0,9
Baixo Vouga	350 424	385 724	390 822	10,0	1,3
<b>Vagos</b>	<b>19 068</b>	<b>22 017</b>	<b>22 851</b>	<b>15,4</b>	<b>3,8</b>
Calvão	1 744	2 010	2 014	15,2	0,2
Gafanha da Boa Hora	1 725	2 277	2 625	32,0	15,3
Ouca	1 861	1 874	1 805	0,6	-3,7
Soza	2 575	2 939	3 069	14,1	4,4
Santo André de Vagos	1 668	2 051	2 033	22,9	-0,9
Fonte de Angeão e Covão do Lobo	2 365	2 304	2 165	-2,6	-6,0
Ponte de Vagos e Santa Catarina	2 624	2 779	2 781	5,9	0,1
Vagos e Santo António	4 506	5 783	6 359	28,3	10,0

Fonte: INE, 2011

Para além da evolução da dimensão da população, é importante ter em consideração as componentes do crescimento demográfico: **as taxas de crescimento i) natural e ii) migratório**. Tal como foi anteriormente mencionado, no último decénio verificou-se que, à exceção das freguesias de Ouca, Santo André de Vagos e Fonte de Angeão e Covão do Lobo, houve um crescimento da população residente nas restantes freguesias do município de Vagos.

Analisando atentamente as taxas de crescimento para o último decénio observa-se: i) que para **Ouca**, a taxa de crescimento efetivo é negativa, uma vez que a taxa de crescimento

natural é também negativa, não sendo a taxa de crescimento migratório suficientemente positiva para compensar a diferença; ii) que para **Santo André de Vagos**, os valores negativos da taxa de crescimento efetivo se devem ao facto da taxa de crescimento migratório ser relativamente inferior que a taxa de crescimento natural, não sendo esta última suficiente para a compensar; e iii) que para **Fonte de Angeão e Covão do Lobo** a taxa de crescimento efetivo negativa se deve ao efeito negativo conjunto dos valores, quer da taxa de crescimento natural, quer da taxa de crescimento migratório (tabela 3 e figura 14).

Tabela 3 | TX de Crescimento natural, migratório e efetivo de 1991 a 2001 e de 2001 a 2011 por município e freguesias (%)

Unidades Geográficas	Taxa Crescimento Natural		Taxa Crescimento Migratório		Taxa Crescimento Efetivo	
	1991-2001	2001-2011	1991-2001	2001-2011	1991-2001	2001-2011
<b>Portugal</b>	<b>0,9</b>	<b>0,2</b>	<b>4,1</b>	<b>1,76</b>	<b>5,0</b>	<b>1,96</b>
Centro	-1,8	-2,7	5,8	1,8	4,0	-0,9
Baixo Vouga	1,8	0,3	8,3	1,0	10,1	1,3
<b>Vagos</b>	<b>0,4</b>	<b>0,5</b>	<b>15,1</b>	<b>3,3</b>	<b>15,5</b>	<b>3,8</b>
Calvão	2,9	1,2	12,3	-1,0	15,3	0,2
Gafanha da Boa Hora	7,8	4,3	24,2	10,9	32,0	15,3
Ouca	-7,5	-4,9	8,2	1,2	0,7	-3,7
Soza	-1,7	-2,5	15,8	6,9	14,1	4,4
Santo André de Vagos	4,4	1,4	18,6	-2,2	23,0	-0,9
Fonte de Angeão e Covão do Lobo	-3,0	-2,3	0,4	-3,8	-2,6	-6,0
Ponte de Vagos e Santa Catarina	3,3	1,7	2,6	-1,6	5,9	0,1
Vagos e Santo António	-0,5	2,1	28,9	7,9	28,3	10,0

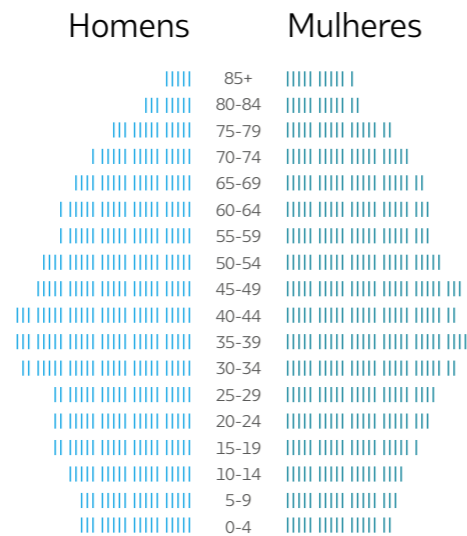
Fonte: INE, 2011

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

Analisando a pirâmide etária da população de Vagos em 2011, verifica-se uma concentração da população nos grupos etários entre os 30 e os 44 anos e, simultaneamente, um esvaziamento significativo nos grupos etários mais novos. Assim, ainda que atualmente a população não se encontre muito

envelhecida, antevê-se que num futuro próximo haja uma redução muito significativa da população em idade fértil, que pode despoletar ciclos de envelhecimento e redução da população, como se verá nas projeções demográficas.

Gráfico 1 | Estrutura etária da população de Vagos

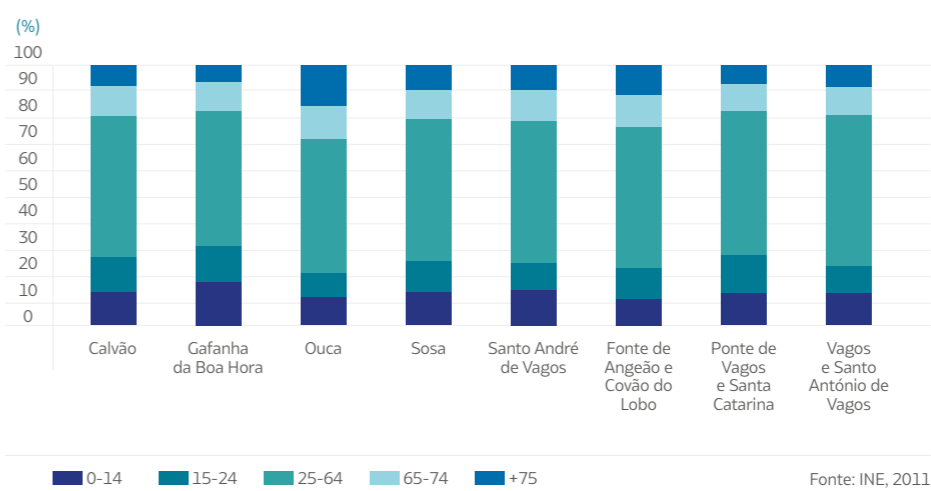


No que concerne à população residente por grandes grupos etários ao nível das freguesias constata-se que, para quase todas, a percentagem de residentes dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos é superior à percentagem de residentes dos 65 aos 74 anos e dos 75 e mais anos, sendo os valores percentuais mais acentuados para os residentes dos 25 aos 64 anos ( $\geq 50\%$ ).

Verificam-se, porém, duas exceções: i) a **freguesia de Ouca**, na qual se observam maiores valores percentuais de residentes dos 65 aos 74 anos e dos 75 e mais anos,

e menores valores em percentagem para os residentes dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos; e ii) a **freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo**, que apresenta valores percentuais equivalentes, quer para os residentes dos 65 aos 74 anos e dos 75 e mais anos, quer para os residentes dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos. Assim sendo, as duas freguesias mencionadas são aquelas que mais se destacam por apresentarem uma estrutura envelhecida, isto é, aquelas nas quais o peso dos grandes grupos etários dos 65-74 e 75 e mais anos é superior.

Gráfico 2 | População residente por grupo etário em 2011 por freguesias



Relativamente à **taxa de variação da população residente por grandes grupos etários**, verifica-se que no último período intercensitário houve uma redução generalizada dos grupos etários mais jovens e um aumento dos grupos etários mais elevados (mais evidente no grupo etário dos 75 e mais anos, com 47,4%). Ao nível da freguesia os valores registados acompanham a média nacional e regional, para o grupo etário dos 25 aos 64 anos. Contrastando os restantes

grupos etários por apresentarem, maioritariamente, valores acima dos valores de referência (Tabela 4).

Quando analisados os índices de envelhecimento e de dependência idosos, observa-se um aumento desses valores no último decénio. Contrariamente à tendência verificada, surgem as **freguesias da Gafanha da Boa Hora** e de **Ponte de Vagos e Santa Catarina**.

**Tabela 4 | Taxa de variação da população residente por grupo etário entre 2001 e 2011 por município e freguesias (%)**

Unidades Geográficas	Grupos Etários				
	0-14	15-24	25-64	65-74	+75
<b>Portugal</b>	<b>-5,09</b>	<b>-22,46</b>	<b>5,54</b>	<b>5,65</b>	<b>37,15</b>
Centro	-9,4	-25,73	2,49	0,95	31,7
Baixo Vouga	-9,93	-23,47	5,3	8,51	42,57
<b>Vagos</b>	<b>-11,6</b>	<b>-17,21</b>	<b>7,39</b>	<b>15,9</b>	<b>47,4</b>
Calvão	-10,58	-30,36	6,63	31,33	18,12
Gafanha da Boa Hora	-8,71	11,25	18,31	62,8	33,62
Ouca	-18,35	-26,64	-0,44	-13,73	41,38
Soza	-5,63	-7,58	6,31	4,25	35,16
Santo André de Vagos	-20,89	-26,75	2,45	37,87	45,9
Fonte de Angeão e Covão do Lobo	-28,4	-28,9	-1,8	1,6	54,5
Ponte de Vagos e Santa Catarina	-25,3	-15,4	5,2	19,4	72,5
Vagos e Santo António	3,7	-17,1	12,4	15,8	63,5

Fonte: INE, 2011

**Tabela 5 | Outros indicadores de envelhecimento por município e freguesias (%)**

Unidades Geográficas	Índice de envelhecimento*		Índice de dependência de idosos**	
	2001	2011	2001	2011
<b>Portugal</b>	<b>102,2</b>	<b>127,8</b>	<b>24,1</b>	<b>28,8</b>
Centro	129,5	163,4	29,6	35,1
Baixo Vouga	94,2	128,2	22,8	28,3
<b>Vagos</b>	<b>90,3</b>	<b>131,6</b>	<b>23,6</b>	<b>30,0</b>
Calvão	84,6	118,7	22,5	29,0
Gafanha da Boa Hora	55,4	91,5	18,7	24,2
Ouca	171,5	232,6	39,8	46,9
Soza	109,3	135,8	27,1	30,7
Santo André de Vagos	75,9	135,6	21,1	31,2
Fonte de Angeão e Covão do Lobo	111,8	191,8	27,5	36,9
Ponte de Vagos e Santa Catarina	64,5	118,6	18,7	25,6
Vagos e Santo António	90,9	118,1	21,4	27,2

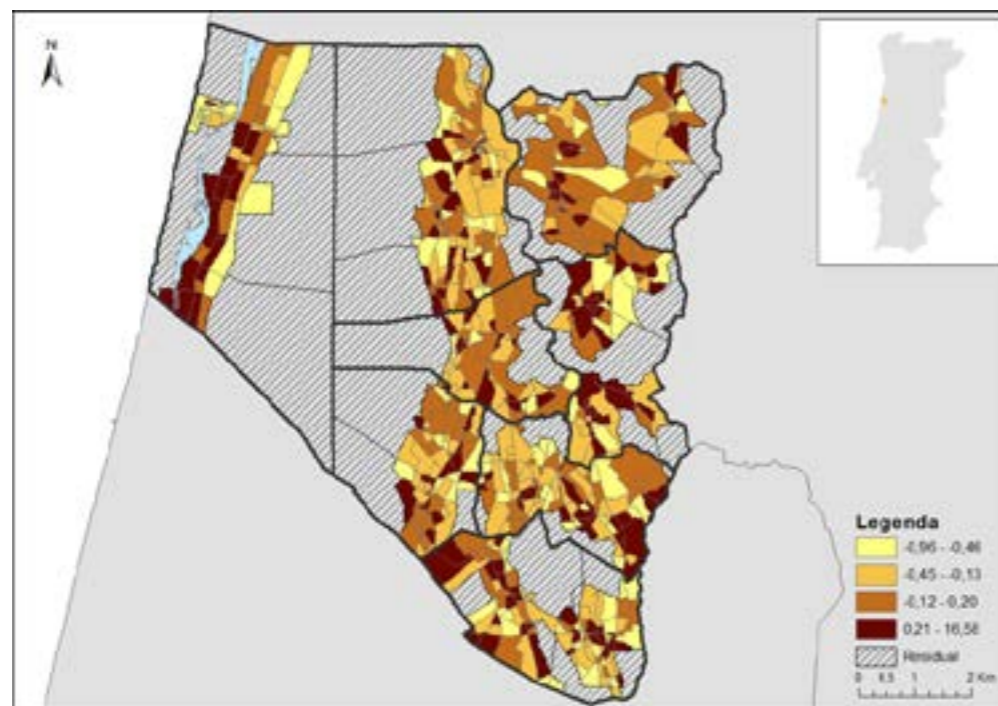
Fonte: INE, 2011

\* (Pop. 65 ou mais anos/Pop. 0 aos 14 anos)\*100   
 \*\* (Pop. 65 ou mais anos/Pop. 15 aos 64 anos)\*100

Fazendo uma análise por subsecção estatística do **índice de envelhecimento**, não se distingue um padrão regular. Esta análise vem reforçar os resultados anteriormente apresentados ao nível das freguesias

apontadas como as mais envelhecidas. Todavia, como ilustra a figura, evidenciam-se aleatoriamente outras subsecções com índices elevados pelo território.

**Figura 3 | Indicador composto pelo índice de envelhecimento por subsecção estatística**



Fonte: GETIN-UA (origem dos dados: INE)

#### SÍNTESE:

Assim, partindo dos indicadores demográficos já apresentados, é possível tecer o seguinte conjunto de conclusões:

- As freguesias de Vagos têm uma composição demográfica relativamente heterogénea;

- Muito embora a pirâmide etária da população do município não traduza de forma clara uma estrutura etária envelhecida, analisando outros indicadores de envelhecimento constata-se que, de facto, esta é uma tendência crescente;

- As três freguesias mais envelhecidas são as que, genericamente, perderam mais população no último período

intercensitário – Ouca, Santo André de Vagos e Fonte de Angeão e Covão do Lobo. Em contraponto, a Gafanha da Boa Hora, Vagos e Santo António e Ponte de Vagos e Santa Catarina são as freguesias menos envelhecidas do Concelho;

- Ao nível das subsecções, verifica-se uma grande dispersão das unidades estatísticas com níveis elevados nos índices de envelhecimento;

- Apesar da evolução populacional do município ser positiva, o seu crescimento efetivo no último decénio (3,8%) deveu-se particularmente ao crescimento de duas freguesias – a Gafanha da Boa Hora e a freguesia de Vagos e Santo António.

## 2.2 Comunidades de Etnia Cigana

A interculturalidade constitui um eixo essencial de desenvolvimento das comunidades contemporâneas e tem em Portugal conhecidos sucessos, embora sejam necessários progressos no que toque às comunidades ciganas.

Persistem, em relação aos ciganos, sentimentos e práticas de racismo e discriminação que se traduzem em desigualdades sociais no acesso aos principais direitos de cidadania (Conselho da Europa, 2012). Apesar de medidas de política social para promover a integração social (por exemplo, realojamentos habitacionais, escolaridade obrigatória, rendimento social de inserção) e do interesse manifestado pelo poder político (Comissão Parlamentar de Ética Sociedade e Cultura, 2009) o facto é que os ciganos continuam a ser globalmente acusados de não se quererem integrar, caracterizados por um anacronismo social (Lopes, 2008), estagnados socialmente e a viver em micro sociedades, regendo-se por regras e leis próprias.

A questão da integração social dos ciganos assume uma centralidade inédita após a aprovação da resolução de 9 de Março de 2011, sendo que o Parlamento Europeu convidou a Comissão Europeia e o Conselho Europeu a adotar uma estratégia europeia para os ciganos. Assim, e com o intuito de garantir a existência de políticas eficazes nos Estados-Membros, o Conselho Europeu propôs

a definição de estratégias nacionais de integração dos ciganos ou, no caso de já existirem, que estas fossem adaptadas para atingir os objetivos da UE em matéria de integração dos ciganos. Os objetivos da UE em matéria de integração dos ciganos assentam em quatro domínios fundamentais e que são também os eixos-chave que orientam a Estratégia Nacional: o acesso à educação, ao emprego, aos cuidados de saúde e à habitação, sem esquecer a necessidade de empoderamento social e o combate ao anti-ciganismo em contexto europeu.

Na elaboração da Estratégia Nacional trabalhou-se a articulação de políticas públicas existentes mas dispersas, que visam corrigir problemas e desigualdades sociais e tentou-se ir mais além, com medidas específicas e com a promoção de um estudo nacional que, com pleno respeito pelos princípios constitucionais e legais de proibição da discriminação e de reserva da intimidade, dê a conhecer as reais necessidades das comunidades ciganas portuguesas.

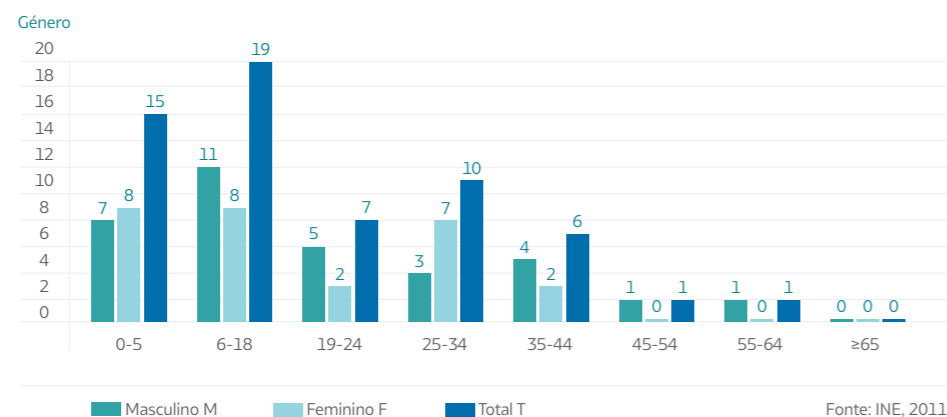
Destacando-se a necessidade de realização de um estudo de caracterização sociológica, qualitativa e quantitativa, no sentido de se tomar conhecimento sobre a realidade sociológica, geográfica, demográfica e cultural dos ciganos residentes no concelho de Vagos e na medida em que se conhecermos a sua realidade podem ser criadas condições para a viabilização

de projetos e intervenções com esta comunidade.

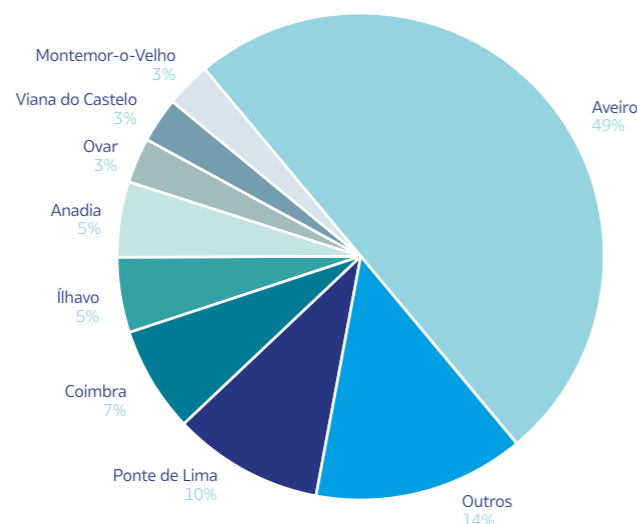
Localmente, usando a metodologia de questionário estruturado, foram caracterizados os 14 agregados familiares residentes no concelho, com um total de 59 indivíduos. Procurar-se-á caracterizar esta população com base nos quatro domínios fundamentais que são princípios basilares da Estratégia Nacional.

Ao nível da estrutura etária da comunidade cigana no concelho, constata-se que a maioria se situa em escalões etários até aos 35 anos, inexistindo qualquer cidadão idoso, ou seja, com mais de 65 anos. Se a mobilidade geográfica parece ter deixado de ser uma realidade, a pirâmide etária resultante da análise dos dados desta comunidade vai contra a estrutura das sociedades desenvolvidas, caracterizadas por uma população maioritariamente envelhecida. Esta estrutura é também coincidente com aquela observada na Região de Aveiro.

**Gráfico 3 | Distribuição dos cidadãos da Comunidade Cigana em função da idade e sexo**



**Gráfico 4 | Distribuição dos cidadãos da Comunidade Cigana em função da naturalidade**



Os membros da comunidade cigana que reside atualmente no Concelho de Vagos é natural da zona Centro do país, em especial de Aveiro, reforçando a ideia atrás exposta da baixa mobilidade geográfica desta comunidade.

Na análise da distribuição dos cidadãos de etnia cigana residentes no Concelho, segundo a idade e as habilitações literárias, num total de 59, identificam-se 5 pessoas analfabetas: 2 do sexo feminino com idade entre 25 e 34 anos; 1 do sexo masculino e 1 feminino com idade entre 35-44 anos; e 1 do sexo feminino com idade entre 45-54 anos. Em idade adulta, entre os 25 e os 64 anos, identificam-se ainda 8 pessoas que apenas sabem assinar o seu nome, configurando-se como um analfabetismo funcional. De facto, a aprendizagem da escrita do nome aparece isolada, não existindo quaisquer outras aprendizagens formais paralelas. Conclui-se, assim, que 15 das 59 pessoas, não possuem competências formais de literacia básicas.

Por outro lado, 12 não têm o 1º Ciclo completo e apenas 10 têm o 1º Ciclo completo. Com o 2º Ciclo completo registou-se um total de 6 indivíduos e ao nível do 3º Ciclo completo registaram-se apenas 3 indivíduos do sexo masculino com idades compreendidas entre 19-24 anos.

Nenhum dos inquiridos possui o Ensino Secundário ou Superior.

O abandono escolar na comunidade cigana surge em resposta aos deveres e prioridades familiares, nomeadamente à constituição muito precoce de uniões de facto, que ocorre no início da adolescência. De forma consistente com este dado, todos os jovens adultos

e adultos da comunidade cigana do Concelho encontram-se em situação de união de facto ou casamento. Paralelamente, reconhecem pouca utilidade à escola. A comunidade vive envolta em tradições ancestrais, transmitidas de geração em geração por via oral. Os saberes que as crianças adquirem na escola estão, muitas vezes, bastante desfasados da sua realidade, agravando o fosso cultural e conduzindo ao desinvestimento escolar.

Dos 14 agregados avaliados e no que concerne à integração no mercado de trabalho ou situação profissional, verificamos que nenhum dos elementos adultos exerce atividade profissional. Apenas 3 adultos estão integrados em Cursos administrados em Centro de Reabilitação Profissional.

O rendimento social de inserção (RSI) é a principal fonte de receitas para estas famílias. A segunda fonte de rendimento identificada é o abono de família. Há ainda 4 agregados beneficiários de pensão social de invalidez.

Todos os agregados estão inscritos nos cuidados de saúde primários, maioritariamente situados na Extensão de Saúde de Soza, facto relacionado com a localização das habitações desta comunidade.

No que diz respeito à situação habitacional das famílias residentes, constatamos que 10 agregados habitam em casas em alvenaria, com divisórias constituídas por tijolo e/ou madeira, 3 agregados residem em barracas e 1 agregado reside em habitação arrendada.

As condições habitacionais são precárias, atendendo às características das habitações, verificando-se que a maioria possui as infraestruturas básicas como cozinha, casa de banho e quartos. A maioria das habitações possui energia elétrica, mas não têm acesso a água da rede pública, satisfazendo as suas necessidades através do abastecimento em poços e furos.

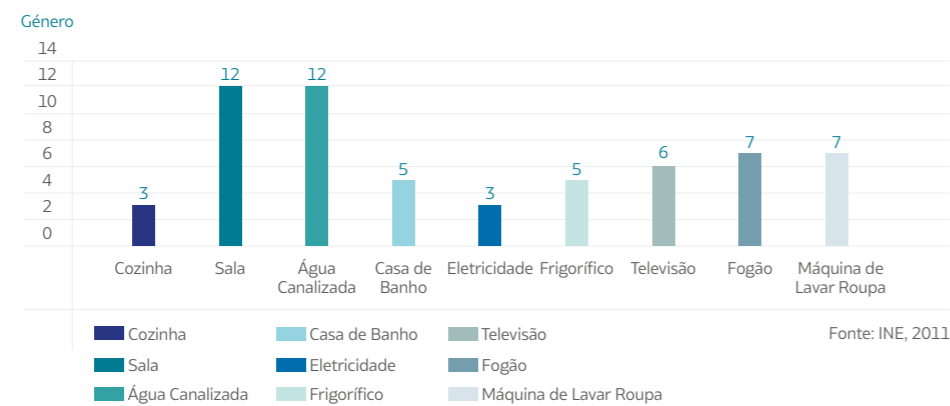
Relativamente às condições sanitárias, nenhuma das habitações está ligada à rede de saneamento básico, ou possui fossa séptica, libertando os resíduos para uma vala.

A família que reside em habitação arrendada usufrui de condições habitacionais razoáveis, tendo acesso a energia elétrica, a água da rede pública e saneamento básico.

A comunidade cigana fixou residência, na sua quase totalidade, na freguesia de Soza, em terrenos próprios, situados em zonas de floresta, em casas de construção de génese ilegal.

Relativamente ao projeto de vida, os agregados familiares na sua maioria evidenciaram desejar no futuro ter possibilidade de serem integrados no mercado de trabalho, frequentar algum tipo de ensino ou formação, e poderem ainda beneficiar de melhores condições habitacionais.

Gráfico 5 | Carências na Habitação



Na realidade portuguesa, subsistem ainda situações de nomadismo forçado assim como situações de pessoas e famílias que não tiveram acesso a uma habitação condigna, vivendo em acampamentos ou habitações sem condições de salubridade e sem acesso aos serviços públicos mais básicos. Esta é também a realidade concelhia, melhor caracterizada pela ausência de água canalizada e de saneamento básico na grande maioria das habitações. Se é verdade que na sua maioria são habitações em alvenaria, e já não barracas, os seus moradores

continuam a identificar necessidades urgentes de melhorias. Assim, quanto às principais necessidades identificadas pelos agregados como prioritárias: 12 agregados familiares manifestaram a necessidade de melhoria das condições habitacionais globais, 13 agregados identificaram necessidades de melhoria ao nível da água canalizada da rede pública e de acessos, e todos revelaram necessidades habitacionais ao nível da iluminação pública nos espaços envolventes.

## 2.3 Freguesias, associações, grupos culturais, desportivos e recreativos

Freguesias, associações, grupos culturais, desportivos e recreativos

“A reorganização administrativa das freguesias é estabelecida através da criação de freguesias por agregação ou por alteração dos limites territoriais de acordo com os princípios, critérios e parâmetros definidos na Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, com as especificidades previstas na presente lei”.

Dando cumprimento à obrigação de reorganização administrativa do território das freguesias, ao abrigo da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, após a agregação de três freguesias, o concelho de Vagos subdividiu-se em oito freguesias: Fonte de Angeão e Covão do Lobo (sede em Fonte de Angeão), Ponte de Vagos e Santa Catarina (sede em Ponte de Vagos), Vagos e Santo António (sede em Vagos), Calvão, Gafanha da Boa Hora, Ouça, Santo André de Vagos e Soza.

Atendendo às características, recursos e dinâmicas de cada uma das freguesias, neste ponto, apresentam-se assim, associações, grupos culturais desportivos e recreativos, existentes por freguesia.

Os grupos culturais, designam uma região caracterizada pelos seus traços culturais, partilhados por vários grupos devido a uma adaptação ou história comum.

A identificação de certos traços culturais em determinados territórios, próximos ou não, leva à fusão dos elementos de uma comunidade na procura de interesses culturais, desportivos e recreativos comuns.

## Associações; Grupos Culturais, Desportivos e Recreativos. Ano de 2016

### Junta de Freguesia de Covão do Lobo e Fonte de Angeão

- CRAC - Centro Recreativo e Ação Cultural;
- Centro Cultural Desportivo e Recreativo Covão do Lobo;
- Confaria Gastronómica “Sabores da Fava”;
- Agrupamento de Escuteiros de Fonte de Angeão;
- Rancho Folclórico de Fonte de Angeão;
- Ruralidades e Memórias - Associação Desenvolvimento Rural de Vagos;

### Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina

- JUVEFORCE - Associação Desportiva e Cultural de Ponte de Vagos;
- Associação Cultural e Recreativa de Santa Catarina;
- Associação Motoclube Matolas;
- Agrupamento de Escuteiros de Ponte de Vagos - 851;
- Associação de Moradores de Mesas;
- Comissão de Melhoramentos da Vila de Sorães;
- Rancho Folclórico Luz e Vida de Ponte de Vagos;
- Associação Charcos e Companhia;

### Junta de Freguesia de Calvão

- Associação Desportiva do Colégio de Calvão;
- Grupo Desportivo de Calvão;
- Clube de Pesca Desportiva de Calvão;
- Agrupamento de Escuteiros de Calvão;
- Coral Polifónico de Santa Cecília de Calvão;
- Orquestra Ligeira N<sup>a</sup> Sra da Apresentação;

### Junta de Freguesia de Soza

- Associação Desportiva e Cultural Sosense;
- Associação Cultural e Recreativa da Lavandeira – ACRAL;
- Sociedade Colombófila de Soza;
- Confraria dos Sabores da Abóbora;
- Associação Cultural e Recreativa dos Amigos da Lavandeira;
- ADAF – Associação dos Amigos do Fontão;
- Associação dos Amigos de Salgueiro;
- Honorarte - Associação Artística e Cultural de Soza;

### Junta de Freguesia de Ouca

- Associação da Pista da Floresta;
- ALMA MÍSTICA - Associação Cultural, Desportiva e Recreativa e de Ouca;
- ARCO- Associação Cultural e Recreativa de Ouca;
- Fanfarra da ARCO;

### Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora

- Always Young ADRC;
- Associação de Kempo Chinês de Vagos;
- Associação Desportiva de Motociclismo da Gafanha da Boa-Hora - Motas Antigas;
- A BALSA - Associação Pró-Ria e Marina da Vagueira;
- Secret Surf Schol;
- Surf Clube da Vagueira;
- Associação Perlimpimpim;

### Junta de Freguesia de Vagos e Santo António

- Associação Desportiva de Vagos;
- Clube de Natação de Vagos;
- Soluções D'Aventura – Associação Todo-o-Terreno de Vagos;
- Associação de Surfistas de Vagos;
- Associação Clube MINInos;
- Associação Cultural e Recreativa “Dunameão”;
- Confraria Gastronómica As Sainhas;
- Agrupamento de Escuteiros de Vagos- 822;
- Lions Clube de Vagos;
- Associação dos Bombeiros Voluntários de Vagos;
- Filarmónica Vaguense;
- Grupo de Teatro “O Fantástico”;
- Orfeão de Vagos;
- Grupo Folclórico de Santo António;
- Centro de Educação e Recreio de Vagos;
- Museu do Brincar;
- Jamunas Associação;
- Futebol Clube Vaguense;
- Grecas;
- Universidade Sénior;

### Junta de Freguesia de Santo André de Vagos

- Associação Desportiva e Cultural da Freguesia de Santo André de Vagos.

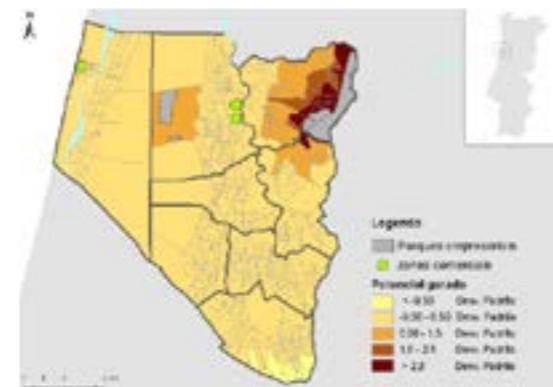
## 2.4 Atividades Económicas

No que diz respeito aos sectores da **atividade económica**, muitas foram as transformações que ocorreram nas últimas décadas.

Quanto à **agricultura**, a mesma sofreu vários ajustamentos de cariz impositivo, decorrentes da integração europeia. As vacas leiteiras que percorriam as ruas das aldeias, e que caracterizavam fortemente uma atividade assente no micro produtor, foram substituídas por explorações agrícolas robotizadas, com dezenas de unidades produtoras. Na atualidade existe uma quota leiteira significativa, mas concentrada num número reduzido de produtores qualificados e habilitados. A produção de batata e de hortícolas não sofreu grandes alterações, e inclusivamente os hortícolas têm registado um acréscimo na produção, fruto de uma produção mais intensiva e do recurso a melhores meios de produção e recolha, nomeadamente o uso das estufas e equipamentos mecânicos para colher a produção.

O **comércio tradicional** sofreu uma profunda diminuição, em consequência da proximidade das grandes superfícies comerciais. Atualmente vislumbra-se, porém, algumas melhorias, em virtude da aposta estratégica dos comerciantes em prestarem um serviço de qualidade e um serviço de pós-venda, que dá melhores garantias de confiança ao consumidor.

Figura 4



Fonte: Plano Estratégico Municipal de Vagos

Os **serviços** têm mantido uma posição relativamente estável, sendo de relevar a concorrência que, ano após ano, surge. O seu crescimento ou retrocesso tem estado diretamente dependente de todos os outros setores de atividade, que, no contexto global crescem ou diminuem.

O **setor industrial**, fruto da aposta forte do município na criação de condições à instalação, tem tido um crescimento notável. O setor da cerâmica foi o primeiro a instalar-se na zona industrial de Vagos e é um dos maiores empregadores do Concelho e das unidades tecnologicamente mais evoluídas do mundo. Não menos relevante, é o setor da metalomecânica que se tem afirmado bastante e que nos últimos anos teve incrementos de investimento bastante significativos. Ainda no setor industrial, é de salientar a unidade industrial de produção em fibradevidro, que é o maior empregador do Concelho, com investimentos superiores a 300 milhões de euros.

Consequentemente, com o decurso do tempo, a população afeta à indústria aumentou consideravelmente e o Concelho de Vagos está agora dotado

de uma mão-de-obra mais qualificada e habilitada, para desenvolver as suas competências em unidades cada vez mais exigentes tecnologicamente.

## 2.5 Segurança Social Serviço Local de Vagos

O Serviço Local de Atendimento de Vagos pertence ao Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro e dispõe dos seguintes Tipos de Serviço: Ação Social, Geral, Tesouraria. Está sediado no centro da vila de Vagos na Rua Dr. Mendes Correia Pai, nº112, Fração B, R/C, 3840-443, Vagos e dispõe do seguinte horário: Dias úteis das 09h00 às 13h00 e das 14h00 às 16h00.

Importa referir que o Horário da Ação Social é de segunda-feira, das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 16h00.

Mediante os dados expostos no quadro abaixo, apresentados pelo INE no ano de 2016, é possível observar que a 31 de dezembro de 2015, no Município de Vagos existiam 5807 pensionistas da segurança social, correspondentes a 419 pensões por invalidez, 4006 pensões de velhice e 1382 pensões de sobrevivência:

Tabela 6 | Pensionistas da Segurança Social por município, segundo o tipo de pensão, 2015

	Total		Invalidez		Velhice		Sobrevivência	
	Total	Pensionistas em 31 dez.	Total	Pensionistas em 31 dez.	Total	Pensionistas em 31 dez.	Total	Pensionistas em 31 dez.
<b>Portugal</b>	<b>3 034 627</b>	<b>2 905 175</b>	<b>250 119</b>	<b>243 797</b>	<b>2 042 136</b>	<b>1 962 792</b>	<b>742 372</b>	<b>698 586</b>
Continente	2 911 835	2 788 218	233 299	227 365	1 972 050	1 896 033	706 486	664 820
Centro	742 080	708 910	60 503	59 205	499 339	478 606	182 238	171 099
Região Aveiro	104 558	100 140	6 733	6 564	71 892	69 144	25 933	24 432
<b>Vagos</b>	<b>6 065</b>	<b>5 807</b>	<b>431</b>	<b>419</b>	<b>4 164</b>	<b>4 006</b>	<b>1 470</b>	<b>1 382</b>

© INE, I.P., Portugal 2016. Informação disponível até 30 de setembro de 2016.

Fonte: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Instituto de Informática, I.P..

Nota: O total de pensionistas corresponde ao número de pensionistas em 31 de dezembro adicionado do número de pensionistas suspensas/os ao longo do ano.

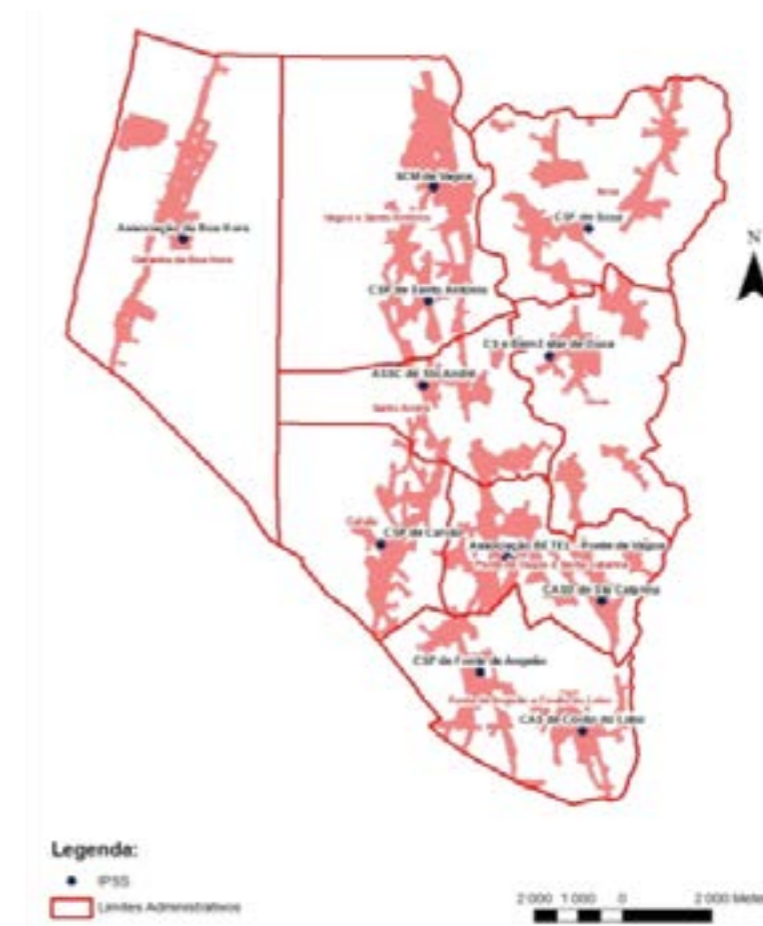
## 2.6 Instituições Particulares de Solidariedade Social no Concelho

O Concelho de Vagos dispõe de uma rede de onze **Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)** que cobrem todo o território. Estas instituições oferecem, no seu todo, diversas respostas sociais.

As IPSS existentes no Concelho de Vagos são as seguintes, conforme localização constante do mapa anexo:

- Associação BETEL;
- Associação Boa Hora;
- Associação de Solidariedade Social e Cultural de Santo André de Vagos;
- Centro de Ação Social de Covão do Lobo;
- Centro Social e Paroquial de Calvão;
- Centro Social da Freguesia de Soza;
- Centro Social e Bem-Estar de Ouça;
- Centro Social Paroquial de Fonte de Angeão;
- Centro Social Paroquial de Santo António de Vagos;
- Comissão de Apoio Social e Desenvolvimento de Santa Catarina;
- Santa Casa da Misericórdia de Vagos.

Figura 5 | Distribuição das IPSS's no Concelho de Vagos



No Capítulo III do presente diagnóstico, área temática respeitante à Ação Social, serão descritas as características destas Instituições e as respetivas respostas sociais que têm em funcionamento.

# **CAPÍTULO III**

## **Áreas Temáticas**

**03**

# 1. Educação

## 1.1 Educação

A **Educação** é uma das mais importantes vertentes ao nível de uma sociedade e por conseguinte da construção e desenvolvimento de um país.

No que diz respeito ao concelho de Vagos, a escola foi no passado remetida pelas próprias pessoas, para um plano inferior desvalorizando os seus efeitos e consequências. A família era a principal base da toda a formação do indivíduo, como exemplificam as seguintes frases:

*“É na família que se constroem os alicerces da criança de hoje e do Homem de amanhã. A família inicia a criança nos primeiros passos da sua vida. Aquilo que os indivíduos poderão vir a ser, dependerá concretamente dos valores e das condições que a*

*criança tiver encontrado na família. É ela que traz a criança ao mundo e leva o mundo à criança.”*

Com a transformação da sociedade a escola transformou-se também. Hoje, é sem dúvida, o espaço onde a vida acontece para as crianças, adolescentes e jovens. É na escola que passam a grande maioria do seu tempo. Por isso, a escola tem vindo a assumir uma posição de protagonismo crescente no que respeita à educação, ocupando progressivamente áreas que eram pertença do espaço familiar, como a educação emocional e afetiva e a preparação para a vida em todos os seus aspetos.

Vagos sentiu esta transformação, complementada pela cobertura da rede educativa em todo o Concelho,

desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário. A tudo isto, devemos acrescentar as reformas educativas que tiveram como objetivo o combate ao analfabetismo e ao prolongamento da escolaridade para os jovens em período de formação.

Vagos dispõe de uma rede escolar que cobre todo o Concelho, com boas instalações, sendo que a rede pública é constituída pelo Agrupamento de Escolas de Vagos que abrange desde a educação pré-escolar ao ensino secundário e a Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos com os respetivos cursos profissionais.

Para além das escolas da rede pública coexiste em Vagos uma unidade educativa de iniciativa particular e cooperativa, o Colégio Diocesano de Nossa Senhora da Apresentação, em Calvão, que abrange desde o 2.º ciclo do ensino básico ao secundário, bem como IPSS que promovem a educação pré-escolar.

O programa de ação social escolar, é da responsabilidade do Município na educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, e do Ministério da Educação nos restantes níveis de ensino.

Em matéria de **Educação**, foi recentemente concluída a **Revisão da Carta Educativa do Município de Vagos – 2016**, pelo Grupo de Estudos em Território e Inovação da Universidade de Aveiro (GETIN-UA). Na Revisão da Carta Educativa do Município de Vagos encontramos informação sobre a caracterização da rede educativa, nas vertentes das tendências territoriais, demográficas e socioeconómicas, a caracterização da população escolar e da rede de equipamentos, bem como o estudo prospetivo, com projeção da população para 2040. Por sua vez, esse documento apresenta propostas objetivas de intervenção para o futuro.

O Agrupamento de Escolas de Vagos e os estabelecimentos de ensino, já identificados, forneceram a informação relativa à realidade dos vários ciclos de ensino no ano letivo de 2015/2016 conforme se documenta nos dados abaixo organizados.

### Mapa Resumo | Educação Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

Agrupamento de Escolas de Vagos

**Tabela 7 | Mapa Resumo - Nº de Alunos por Agrupamento e Grau de Ensino Ano letivo 2015/2016**

Grau de Ensino	Números de Alunos
Educação Pré-escolar	338
1º Ciclo do Ensino Básico	797

De acordo com o quadro acima, no ano letivo de 2015/2016, registou-se no Agrupamento de Escolas de Va-

gos, a frequência de 338 alunos em Educação pré-escolar e 797 alunos no 1º ciclo do ensino básico.

**Mapa Resumo | Educação Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico**

Agrupamento de Escolas de Vagos

**Tabela 8 | Mapa Nº de Alunos por Agrupamento, Escola e Ano de Escolaridade**

Escola	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Pré-escolar	Total
Jardim de Infância de Calvão	--	--	--	--	25	25
Jardim de Infância de Ouca	--	--	--	--	18	18
Jardim de Infância de Salgueiro	--	--	--	--	17	17
Jardim de Infância de Soza	--	--	--	--	19	19
Jardim de Infância da Lomba	--	--	--	--	39	39
Jardim de Infância de Santo André	--	--	--	--	38	38
Jardim de Infância de Vagos	--	--	--	--	54	54
Escola Básica Dr. João Rocha - Pai	19	40	39	36	--	134
Escola Básica de Cabecinhas	17	25	8	13	32	95
Escola Básica de Calvão	9	13	11	19	--	52
Escola Básica de Lombomeão	6	8	8	8	--	30
Escola Básica de Ouca	3	14	7	11	--	35
Escola Básica de Salgueiro	5	12	7	10	--	34
Escola Básica Soza	10	11	9	9	--	39
Escola Básica de Quintã	24	23	25	17	--	89
Escola Básica de Vigia	19	25	22	14	--	80
Escola Básica de Fonte de Angeão	34	37	39	53	40	203
Escola Básica de Boa Hora	17	22	22	17	56	134
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>230</b>	<b>197</b>	<b>207</b>	<b>338</b>	<b>1135</b>

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vagos - Ano Letivo 2015/2016

No quadro acima, identifica-se o número de alunos por Jardim de Infância e Escola Básica.

As redes da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Vagos, contavam com 7 Jardins de Infância, três escolas básicas do 1º ciclo com jardim-de-infância e 7 escolas básicas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e 1 escola básica.

Com maior número de alunos apresenta-se a Escola Básica de Fonte de Angeão e

a Escola Básica de Vagos. Com menor número de alunos identificamos a Escola Básica de Lombomeão e a Escola Básica de Soza.

Analisados os dados constantes no Diagnóstico Social de 2003, no qual se verificava a existência de 20 estabelecimentos escolares da educação pré-escolar e 29 estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico, constata-se que houve uma diminuição do número de estabelecimentos escolares nestes ciclos.

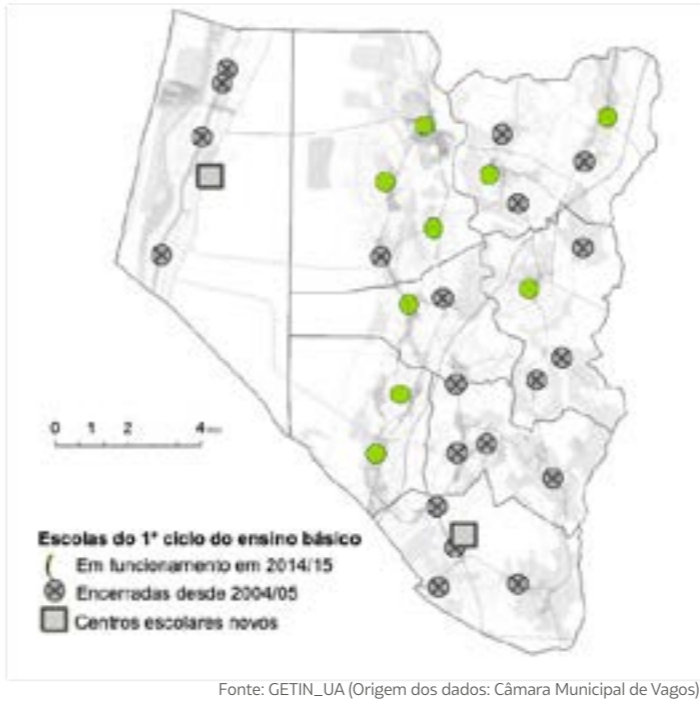
Esta diminuição decorreu da reorganização do parque escolar no município de Vagos.

Este processo sucedeu da política educativa de vários governos, visando o encerramento de escolas “com vista a garantir três objetivos: em primeiro lugar, [...] adaptar a rede escolar ao objetivo de uma escolaridade de 12 anos para todos os alunos. Em segundo lugar, [...] adequar a dimensão e as condições das escolas à promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono. E [...] promover a racionalização dos agrupamentos de escolas, de modo a favorecer o desenvolvimento de um projeto educativo comum, articulando níveis e ciclos de ensino distintos.” como se pode verificar na Resolução do Concelho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de Junho.

Com o objetivo futuro de “reorganização da rede escolar e de concentração de alunos em centros escolares, de forma a garantir a todos os alunos igualdade de oportunidades no acesso a espaços educativos de qualidade, promotores do sucesso escolar. Todos os alunos devem frequentar espaços dotados de refeitório, de biblioteca e de sala de informática, espaços adequados para o ensino do inglês, da música e da prática desportiva.”

Dando cumprimento ao determinado, foram encerradas as escolas que apresentavam as seguintes características: “tivessem um número reduzido de alunos e que funcionassem com pelo menos 21 alunos; não se encontrassem dotadas de infraestruturas consideradas centrais ao seu bom funcionamento; não implicassem uma deslocação excessiva dos alunos na transferência para outros equipamentos”.

**Figura 6 | Reconfiguração das Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico**



Estabelecimento de Ensino do 2º Ciclo; 3º Ciclo e Ensino Secundário

Tabela 9 | Agrupamento de Escolas de Vagos

Estabelecimentos	5º Ano	6º Ano	Total
EB Dr. João Rocha-Pai de Vagos	122	127	249
<b>Total</b>	<b>122</b>	<b>127</b>	<b>249</b>

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vagos - Ano Letivo 2015/2016

Na Escola Básica Dr. João Rocha – Pai verifica-se um total de 249 alunos no 2º ciclo, 122 alunos com frequência do 5º ano e 127, com frequência do 6º ano de escolaridade.

Tabela 10 | 3º Ciclo

Estabelecimentos	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total
EB Dr. João Rocha-Pai de Vagos	145	--	--	145
Escola Secundária de Vagos	--	118	121	239
<b>Total</b>	<b>145</b>	<b>118</b>	<b>121</b>	<b>384</b>

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vagos - Ano Letivo 2015/2016

No primeiro estabelecimento de ensino indicado, apenas se ministrava o 7º ano. Na Escola Secundária de Vagos funcionavam as turmas do 8º e 9ºano de escolaridade.

Tabela 11 | 3º Ciclo

Estabelecimentos	10º Ano	11º Ano	12º Ano	Total
Escola Secundária de Vagos	58	54	57	169
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>54</b>	<b>57</b>	<b>169</b>

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vagos - Ano Letivo 2015/2016

A Escola Secundária de Vagos apresenta um total de 169 alunos distribuídos entre o 10º ano, 11º ano e 12º ano de escolaridade.

Tabela 12 | 3 Ciclo e Secundário

Estabelecimentos	3º Ciclo	Secund.	Secund.	Total
Cursos	Voc. A	Voc. B	EFA	
Escola Secundária de Vagos	18	16	7	41
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>41</b>

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vagos - Ano Letivo 2015/2016

FuncionamaindanaEscolaSecundária de Vagos os cursos Vocacionais e EFA - Educação e Formação de Adultos com um total de 41 alunos.

Tabela 13 | Unidade Multideficiência

EB Dr. João Rocha - Pai	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano			Total
Sala 1	1	1	1	2	1			6
EB Dr. João Rocha - Pai	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano		Total
Sala 2	1	1	1	1	1	1		6
Total								12

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vagos - Ano Letivo 2015/2016

A Unidade da Multideficiência, dispõe de duas salas com 6 alunos em cada uma delas. Esta Unidade presta acompanhamento a um total de 12 alunos com Multideficiência.

Agrupamento de Escolas de Vagos  
**Tabela 14 | Professores**

Estabelecimentos do 1º Ciclo ou Pré-escolares	Educação Pré-Escolar	1º Ciclo do Ensino Básico		
	Educadores Titulares	Professores Titulares	Professores de Apoio	Outros
Escola Básica de Boa Hora	3	4	1	1
Escola Básica de Fonte de Angeão	2	8	2	--
Escola Básica de Cabecinhas	2	3	1*	--
Escola Básica de Calvão	--	3	1*	--
Escola Básica de Salgueiro	--	2	1	--
Escola Básica de Ouca	--	2	1*	--
Escola Básica de Quintã	--	4	1	--
Escola Básica de Lombomeão	--	2	1*	--
Escola Básica Soza	--	2	1*	--
Escola Básica de Vagos	--	6	2	2
EB Dr. João Rocha - Pai	--	4	1	--
Jardim de Infância de Lomba	2	--	--	--
Jardim de Infância de Santo André	2	--	--	--
Jardim de Infância de Ouca	1	--	--	--
Jardim de Infância de Calvão	1	--	--	--
Jardim de Infância de Vagos	3	--	--	--
Jardim de Infância de Salgueiro	1	--	--	--
Jardim de Infância de Soza	1	--	--	--
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>40</b>	<b>8</b>	<b>3</b>
			<b>51</b>	

No Agrupamento das Escolas de Vagos no pré-escolar, há um total de 18 Educadores. No 1º ciclo, 48 Professores, dos quais, 40 são professores titulares, 8 de apoio e 3 outros professores.

\* Este professor está presente em 2 escolas  
 Fonte: Agrupamento de Escolas de Vagos - Ano Letivo 2015/2016

Agrupamento de Escolas de Vagos  
**Tabela 15 | Professores**

Estabelecimentos	Professores 2º/3º Ciclo	Professores 3º Ciclo/Secundário	Total
EB Dr. João Rocha-Pai de Vagos	50	--	50
Escola Secundária de Vagos	--	67	62
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>67</b>	<b>117</b>

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vagos - Ano Letivo 2015/2016

No agrupamento de Escolas de Vagos, no 2º 3ºciclo e ensino secundário, existe um total de 117 professores. Sendo que, 50 profissionais desta área lecionam no 2º e 3º ciclo na escola EB Dr. João Rocha Pai e 67 professores no 3ºciclo e ensino secundário da Escola Secundária de Vagos.

Agrupamento de Escolas de Vagos  
**Tabela 16 |Outro profissionais**

Assistentes Operacionais	Assistentes Técnicos	Serviços de Psicologia e Orientação	Total
46	10	2	<b>58</b>

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vagos - Ano Letivo 2015/2016

No agrupamento, existem ainda outros profissionais, dos quais se destacam, 46 assistentes operacionais, 10 assistentes técnicos e 2 Psicólogos nos Serviços de Psicologia e Orientação.

Agrupamento de Escolas de Vagos  
**Tabela 17 | Números de alunos com Bolsa de Mérito Atribuída**

10º Ano	11º Ano	12º Ano	Total
2	3	5	<b>10</b>

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vagos - Ano Letivo 2015/2016

Os alunos matriculados no ensino secundário em estabelecimentos de ensino públicos e particulares ou cooperativos em regime de contrato de associação, integrados em agregados familiares como 1º e 2º escalões do abono de família, e com resultados escolares descritos na legislação invocada, podem candidatar-se à atribuição de bolsas de mérito, conforme previsto no ART. 36.º do Decreto-Lei n.º 55/2019.

A Bolsa de mérito é uma quantia em dinheiro anual, destinada à comparticipação dos custos associados à frequência do ensino secundário. No quadro acima identificamos o número de alunos a quem o Agrupamento de Escolas de Vagos atribuiu Bolsa de Mérito.

## Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos - EPADRV

A Escola Profissional de Agricultura de Vagos (EPAV) foi fundada em 31 de Agosto de 1990, com estatuto de natureza pública, por contrato-programa celebrado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de Janeiro, entre o Ministério da Educação e três entidades promotoras, a saber, a Câmara Municipal de Vagos, a Cooperativa Agrícola de Vagos CRL e a Escola Secundária de Vagos.

Após a construção das novas instalações, a EPAV transfere-se da zona urbana, sede de Concelho, para a freguesia da Gafanha da Boa-Hora. Em Maio de 2000, ao abrigo da Portaria n.º 277/2000, a EPAV transforma-se em Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos

(EPADRV) e passa a ser reconhecida como entidade pública, integrando-se na rede de estabelecimentos de ensino oficial do Ministério da Educação.

A Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos, apresenta-se como uma escola para todos a qualificar cada um. Recebe alunos provenientes da Guiné-Bissau e S.ª Tomé e Príncipe proporcionando um ambiente intercultural diferenciador e enriquecedor.

Caracteriza-se por ser uma escola com um quarto de século de crescimento e desenvolvimento, que inclui um polo de restauração, uma vacaria, um polo tecnológico, estufas e zonas agrícolas e um centro hípico com hipoterapia.

Tabela 18 | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos - EPADRV | Ano letivo 2015/2016

Curso	Anos de Escolaridade
TPA - Técnico de Produção Agrária	10º Ano
	11º Ano
	12º Ano
TR - Técnico de Restauração	10º Ano
TR - Técnico de Restauração (Componente A)	11º Ano
	12º Ano
TR - Técnico de Restauração (Componente B)	11º Ano
	12º Ano
TMI - Técnico de Manutenção Industrial	10º Ano
	11º Ano
	12º Ano
TGE - Técnico de Gestão Equina	10º Ano
	11º Ano
	12º Ano
2º Vocacional Equitação e Desbaste - EQUI+	1
1º CEF Técnico de Turismo Ambiental e Rural - TARE	1

Tabela 19 | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos - Ano Letivo 2015-2016 - N.º de Alunos

Curso	Número de Alunos
10º Ano	105
11º Ano	98
12º Ano	107
2º Vocacional Equitação e Desbaste - EQUI+	28
1º CEF Técnico de Turismo Ambiental e Rural - TARE	30
<b>Total</b>	<b>368</b>

## Recursos Materiais/Equipamentos da Escola

### Produção Vegetal

- Área coberta de 1.200m<sup>2</sup>, parcela de ar livre com 1.500m<sup>2</sup> e horto para plantas aromáticas, destina-se à produção de flores, hortícolas e a diversos ensaios;
- A produção de hortícolas em agricultura convencional é constituída por 4 estufas num total de 0,12ha de área coberta. Nas estufas cultivam-se essencialmente hortícolas frescos (alface, tomate, feijão verde, pimento, pepino, meloa, etc.) e flores de corte (lisianthus, limonium, frésia, gladiolo, íris, tulipa, crisântemo, lillium,). A estufa n.º1 está orientada para a realização de ensaios experimentais.

### Polo de bovinos leiteiros

- Com um efetivo total de cerca de 70 animais na sua maioria da raça Holstein Frísia e contando ainda com exemplares de outras raças de especial aptidão leiteira Jersey e Pardo Suíço, o polo de Bovinos Leiteiros pauta-se pelo seu dinamismo e proatividade constante, fazendo uma aposta diferenciadora na formação;
- Sala de ordenha Fullwood de 4 pontos em espinha, sistema de lavagem automático e sistema de pedômetros de identificação em sala de ordenha bem como auxiliar à deteção de cios Afikim;
- A exploração leiteira é constituída por pavilhão único com parque de lactação com 40 camas de substrato de areia, 4 parques para recria e uma maternidade, equipados com rodos de limpeza automáticos. A alimentação dos animais é feita com recurso a UNIFEED. A qualidade do efetivo é realçada pela boa média da classificação morfológica que vai obtendo, existindo animais classificados com muito bom e excelente, sendo o melhoramento genético uma aposta contínua;
- Distinguidos com vários prémios bovinos no 3º Concurso da Raça Holstein Frísia;
- Feira de Santa Catarina - Celorico de Basto 2015.

### Parque pedagógico

- É constituído por uma área aproximada 4.158,55 m<sup>2</sup>. No parque, podemos observar galináceos, algumas espécies cinegéticas, ovinas, caprinas, suínos e bovinos. Nele estão alojados dois bovinos da raça autóctone Marinhola, para criação e engorda, através de um protocolo estabelecido com a Associação de Criadores desta raça, em vias de extinção;
- Este parque pretende ser uma montra do concelho, repleto de atividades lúdicas e pedagógicas assentes nos seus recursos, ou seja, transmitir uma imagem muito naturalizada em que predomina o carácter da paisagem e as características próprias do lugar;
- Complementarmente, pretende-se apostar nas vertentes de educação ambiental e da conservação das espécies.

- Pretende-se criar e executar um programa pedagógico para os visitantes e, em particular, para as escolas, baseado na compreensão da eco conservação das espécies existentes e do seu habitat natural.
- Como o habitat é importante para o bem-estar de cada espécie, pretende-se aproximar o habitat em cativeiro daquele que seria o seu no estado selvagem.
- Com animais e aves de espécies e raças diferentes, é o local privilegiado dos alunos do pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico que visitam regularmente a EPADRV, através de protocolos estabelecidos com as diversas instituições de ensino do concelho de Vagos.

### TGE Técnico de gestão equina e TDE Tratamento e desbaste de equinos (vocacional)

- 55 boxes, com 3,6m x 3m;
- tronco de contenção, para inseminações artificiais, tratamentos e palpações;
- 10 padock's de descanso com cerca de 200m<sup>2</sup> cada;
- 2 picadeiros cobertos, 20m x 40m e 30m x 15m;
- 2 picadeiros ao ar livre, 66m x 35m (areia) e 80m x 40m (fibra e sílica - concursos internacionais);
- 1 guia mecânica para 4 cavalos;
- 5 WCs (2 equipados para cadeira de rodas);
- 4 salas para cacifos para clientes;
- Balneários (M/F);
- 1 escritório;
- 1 quarto de apoio ao centro hípico;
- 1 sala de material de equitação (escola);
- 1 palheiro/ração.

### TMI Técnico de manutenção industrial e SC Serralharia Civil (vocacional)

- Pavilhão de 900m<sup>2</sup> constituído por sete salas, sendo uma sala para maquinaria CNC (54m<sup>2</sup>); uma sala para maquinaria convencional (143m<sup>2</sup>); uma sala para eletricidade, pneumática e hidráulica (40m<sup>2</sup>); uma sala para mecanização (63m<sup>2</sup>) e três salas de aula teóricas (duas com 43m<sup>2</sup> e uma com 44m<sup>2</sup>);
  - O Pólo Tecnológico é constituído por 6 salas de aulas, 4 espaços fechados para arrumos, 2 balneários e 3 casas de banho;
- As salas de aulas são as seguintes:
- PT1 - sala de aulas sem equipamento;
  - PT2 - sala de maquinaria e ferramentaria;
  - PT3 - sala de informática;
  - PT4 - sala de eletricidade;
  - PT5 - sala de hidráulica e pneumática;
  - PT6 - sala de mecanização agrícola;

### · **A Sala de Maquinação**

- (PT2) dispõe dos seguintes equipamentos:
  - dois tornos mecânicos;
  - uma fresadora;
  - uma máquina ferramenteira (3 em 1), para calandrar, quinar e cortar chapa;
  - uma serra de corte circular;
  - um aparelho de soldar a eléctrodo;
  - dois aparelhos de soldar (inverter);
  - dois aparelhos de soldar a MIG (fio);
  - um aparelho de soldar por pontos;
  - um aparelho de soldar a TIG;
  - uma serra de corte de disco abrasivo;
  - uma lixadeira mecânica;
  - dois berbequins de coluna;
  - dois berbequins de mão;
  - três rebarbadoras;
  - uma serra tico-tico;
  - duas serras de disco;
  - uma máquina de rebitagem;
  - dois compressores;

### · **A Sala de Eletricidade**

- (PT4) dispõe dos seguintes equipamentos:
  - duas bancadas com quatro postos de trabalho cada;
  - equipamentos para a lecionação de eletricidade: motores, contactores, intercomunicadores, transformadores, etc. ;

### · **A Sala de Hidráulica e Pneumática**

- (PT5) dispõe dos seguintes equipamentos:
  - bancada de hidráulica com: motor, válvulas, eletroválvulas, fonte de alimentação;
  - bancada pneumática com: cilindros, válvulas, eletroválvulas, relés, fonte de alimentação;

### · **A Sala de Mecanização**

- (PT6) dispõe dos seguintes equipamentos:
  - motor de combustão interna;
  - eixos de direção;
  - motores elétricos.

### **Técnico de restauração**

- O curso de restauração divide-se em dois grandes polos, o polo de restauração e o polo de eventos;
- O polo de restauração possui uma área específica para a prática das aulas de cozinha e pastelaria e uma área destinada à prática de Restaurante Bar, com uma sala ampla para 120 pessoas, um bar pedagógico, casa de banho masculino, feminino e deficientes, 2 balneários, 1 casa de banho para os alunos, escritório dos técnicos, armazém e um economato.

### · **Equipamento que constitui a Cozinha e a pastelaria pedagógica:**

- 2 Fogões
- 1 Monovolume
- 1 Forno convetor
- 2 Fritadeiras
- 1 Grelhador
- 1 Máquina de Vácuo
- 1 Abatedor de temperatura
- 1 Amassadeira
- 1 Batedeira
- 1 Laminadora
- 1 Estufa
- 1 Pedra aquecida de empratamentos
- 1 Hote
- 1 Máquina de lavar loiça
- 1 Fiambreira
- 8 Cozinhas individuais
- 1 Camara frigorífica
- 3 Frigoríficos
- 2 Arcas de congelados
- 1 Micro-ondas
- 1 Balança
- 1 Turbo-mix

### · **Equipamento que constitui o Restaurante e o Bar pedagógico:**

- 1 Máquina café
- 1 Moinho café
- 1 Máquina gelo
- 1 Máquina lavar copos
- 1 Vitrine frigorífica
- 1 Banca frigorífica horizontal
- 2 Aparelhos de ar condicionado
- 1 Televisão
- 120 Cadeiras
- 25 Mesas retangulares

- O polo de eventos dispõe de um salão amplo com 500m<sup>2</sup> climatizado, casas de banho masculino, feminino, deficientes, fraldário e camarim com casa de banho, bar, uma esplanada ampla, dois balneários, 1 armazém, e um espaço amplo com cerca de 250m<sup>2</sup> destinado à cozinha.

Tabela 20 | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos - EPADRV | Ano letivo 2015/2016

Número de Professores	Outros Profissionais
56	18

### Colégio de Nossa Senhora da Apresentação

O Colégio de Nossa Senhora da Apresentação é um estabelecimento de ensino sem fins lucrativos e funciona em regime de contrato de associação com o Ministério da Educação. Tem paralelismo e autonomia pedagógica.

O Colégio está situado na aldeia de Calvão, Concelho de Vagos, na zona sul do distrito de Aveiro, a cerca de dez quilómetros da sede do Concelho e seis quilómetros da vila de Mira.

A construção do edifício do Colégio começou em 1934, em terrenos cedidos pelo povo da terra, por iniciativa do primeiro pároco de Calvão, P. António Martins Baptista, para “organizar uma Congregação que se dedicasse a obras sociais em favor do proletariado”.<sup>2</sup>

Em 1937 teve lugar a inauguração do edifício, ainda em construção, para dar acolhimento e preparação escolar, moral e religiosa a cerca de 54 rapazes.

Este edifício, em 1939, ficou ao abandono, ainda por concluir, uma vez que o Padre Baptista foi mudado para a paróquia de S. Caetano (Diocese de Coimbra).

Em 1960, o edifício foi recuperado, concluído e o Bispo de Aveiro, D. Domingos da Apresentação Fernandes, inaugurou o Seminário de Nossa Senhora da Apresentação.

O Seminário, em 1975, abriu as suas portas à frequência de alunos e alunas em regime de externato, juntamente com seminaristas; o novo Diretor é o P. João Mónica da Rocha.

Em 1985, o Colégio iniciou a sua atividade com o estatuto atual (escola com contrato de associação com o Ministério da Educação).

<sup>2</sup> Filipe Rocha e Manuel Augusto Frade, Padre Baptista, Luz Que Ainda Brilha, Gráfica de Coimbra, (Coimbra 1990), pág. 78.

### Colégio Nossa Senhora da Apresentação - Calvão

Número total de alunos por ano do 2º e 3º Ciclos e Secundário  
Ano letivo 2015-2016

Tabela 21 | 2º Ciclo

Ano	Número de Alunos
5º Ano	109
6º Ano	105
<b>Total</b>	<b>214</b>

Tabela 22 | 3º Ciclo

Ano	Número de Alunos
7º Ano	132
8º Ano	134
9º Ano	141
<b>Total</b>	<b>407</b>

O Colégio de Calvão, apresenta um total de 214 alunos com frequência do 2º ciclo de ensino e 407 alunos com frequência do 3º ciclo.

Tabela 23 | Ensino Secundário

Ano	Número de Alunos
10º Ano	111
11º Ano	123
12º Ano	118
<b>Total</b>	<b>252</b>

No ensino secundário 252 alunos frequentam os anos de ensino do 10º, 11º e 12º ano de escolaridade.

**Recursos Materiais/Equipamentos da Escola**  
**Ano letivo 2015/2016**

- Edifício do 2.ºCiclo e Secundário com 21 sala de aulas c/quadro eletrónico, laboratório de Física e Química, laboratório de Biologia;
- Edifício do 3.ºCiclo com 26 salas de aulas; c/quadro eletrónico, laboratório de Ciências da Natureza, laboratório de Ciências Físico-químicas, Biblioteca, 2 Salas de Informática, Salão de Festas, Secretaria, Caixa Escolar, Capela, Bar e sala de convívio para alunos;
- Edifício do refeitório e cozinha, c/sala de convívio para professores e pessoal não docente, 1 Sala de trabalho de Professores e 1 Sala de convívio p/alunos. Edifício da Música c/2 salas.
- 3 Recintos Polidesportivos com piso em betão. Um pavilhão polidesportivo com piso sintético e bancadas p/800 pessoas. Piscina coberta c/ 3 tanques.
- 4 Oficinas p/ Educação Visual e Tecnológica.
- Oficinas p/Formação Profissional: Sala prática de pastelaria; cozinha pedagógica;

Colégio Nossa Senhora da Apresentação - Calvão

**Tabela 24 | Número de Professores e outros Profissionais que colaboram no Estabelecimento**

Número de Professores	Outros Profissionais
77	51

**Tabela 25 | Ofeta Formativa - Número de Cursos Tecnológicos**  
**Ano letivo 2015-2016**

Ciclo de estudos Cursos Tecnológicos	Tipologia do Curso/Ensino
2º Ciclo	Ensino Regular
3º Ciclo	Ensino Regular
Ensino Secundário	Ciências e Tecnologias
	Línguas e Humanidades
	Artes Visuais

**Ciclo de estudos Cursos Vocacionais**

**Tipologia do Curso/Ensino**

3º Ciclo	Práticas Manuais e Tecnológicas
Ensino Secundário	Instalações Elétricas

**Tipologia do Curso/Ensino Profissionais**

Técnico de Restauração - Cozinha
Técnico de Restauração - Restaurante/Bar
Técnico de Contabilidade
Técnico Auxiliar de Saúde
Técnico de instalações Elétricas

Fonte: Dados Fornecidos pelo Colégio Nossa Senhora da Apresentação - Ano letivo 2015/2016

## 1.2 Ação Social Escolar

“São objetivos da atribuição dos apoios no âmbito da ação social escolar a prevenção da exclusão social e do abandono escolar e a promoção do sucesso escolar e educativo, de modo que todos, independentemente das suas condições sociais, económicas,

culturais e familiares, cumpram a escolaridade obrigatória e tenham a possibilidade de concluir com sucesso o ensino secundário, em qualquer uma das suas modalidades.” ART 4.º do Decreto – Lei n.º 55/2009 de 2 de março.

**Tabela 26 | Tabela dos alunos candidatos**  
Ano letivo 2015/2016 - 1º Ciclo do Ensino Básico

Escolas 1º Ciclo do Ensino Básico	N.º de Boletins Entregues	Boletins Deferidos	Boletins	Boletins
		Escalão A	Escalão B	Indeferidos
Ouca	13	7	6	0
Salgueiro	24	21	3	0
Soza	20	14	5	1
Lombomeão	8	5	3	0
Vagos	48	22	20	6
Quintã	27	9	16	2
Calvão	8	3	1	4
Cabecinhas	13	6	4	3
Vigia	27	10	14	3
Fonte de Angeão	60	22	30	8
Gafanha Boa Hora	46	22	23	1
<b>Total</b>	<b>294</b>	<b>141</b>	<b>125</b>	<b>28</b>

A atribuição dos apoios no âmbito da ação social escolar do pré-escolar e 1ºciclo são da competência dos Municípios, estes apoios concretizam-se nas partilhações nas refeições escolares, manuais escolares e material escolar.

No ano letivo de 2015/2016, a Câmara Municipal de Vagos, rececionou das escolas do primeiro ciclo acima identificadas um total de 294 boletins de candidatura, dos quais, 266 alunos obtiveram deferimento da sua candidatura, 141 alunos com benefício do Escalão A e 125 alunos com benefício do Escalão B.

**Tabela 27 | Tabela dos alunos candidatos**  
Ano letivo 2015/2016 - Ensino Pré-escolar

Jardim de Infância	N.º de Boletins Entregues	Boletins Deferidos	Boletins	Boletins
		Escalão A	Escalão B	Indeferidos
Ouca	5	0	5	0
Salgueiro	5	3	5	0
Soza	10	6	5	2
Lomba	12	4	8	0
Vagos	13	3	8	2
Escola Básica de Fonte de Angeão	20	6	12	2
Calvão	6	0	2	4
Cabecinhas	9	4	5	0
Santo André	13	4	7	2
Escola Básica da Gafanha da Boa Hora	29	15	10	4
<b>Total</b>	<b>122</b>	<b>45</b>	<b>61</b>	<b>16</b>

Ainda no ano letivo de 2015/2016, no ensino pré-escolar, foram rececionadas na Câmara Municipal de Vagos, 122 boletins de candidatura, dos quais, 106 candidaturas obtiveram deferimento. Com benefício do Escalão A foram contemplados, 45 alunos, com benefício do Escalão B, 61 alunos.

**Agrupamentos de Escolas de Vagos**  
**Tabela 28 | Alunos a beneficiar da ação social escolar**

2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário		Total
Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B	
53	50	86	73	27	45	<b>334</b>

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vagos - Ano letivo 2015/2016

Agrupamentos de Escolas de Vagos  
**Tabela 29 | Alunos com NEE a beneficiar da ação social escolar**

2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário		Total
Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B	
13	--	26	--	8	--	<b>47</b>

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vagos - Ano letivo 2015/2016

O número total os alunos com necessidades educativas especiais a beneficiar de escalão A é de 47.

Agrupamentos de Escolas de Vagos  
**Tabela 30 | Alunos a beneficiar da Ação Social Escolar - Colégio de Calvão**

2º Ciclo		3º Ciclo			Secundário			Total
5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano	11º Ano	12º Ano	
59	46	51	85	65	37	41	23	<b>407</b>

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vagos - Ano letivo 2015/2016

No Colégio de Calvão, são apresentados os resultados referentes à soma total dos alunos do 2º, 3ºciclo e ensino secundário a beneficiar de ação social escolar. Mediante esta análise, constata-se que no ano letivo 2015/2016, 407 alunos beneficiaram deste apoio.

Agrupamentos de Escolas de Vagos  
**Tabela 31 | Alunos a beneficiar da Ação Social Escolar - EPADRV**

Ano	Número de Alunos
1º Escalão	31
2º Escalão	28
3º Escalão	3
<b>Total</b>	<b>62</b>

Na EPADRV, 31 alunos beneficiam do 1º Escalão; 28 do 2º Escalão e 3 alunos do 3º Escalão, perfazendo um total de 62 alunos a beneficiar de apoio no âmbito da ação social escolar.

# 2. Habitação

## 2.1 Habitação

No que diz respeito à **Habitação**, o concelho de Vagos caracteriza-se por uma ocupação urbana relativamente recente, existindo uma rede de aglomerados de pequena dimensão que se estende de forma dispersa ao longo das vias de comunicação, sobretudo as que atravessam verticalmente o território.

O concelho de Vagos é medianamente urbano, com exceção da freguesia de Gafanha da Boa Hora, que é predominantemente rural, e da freguesia de Vagos e Santo António, que é predominantemente urbana. O parque habitacional assume um papel central no contexto socioeconómico e enquanto elemento estruturante do tecido urbano. Desta forma, as características do parque habitacional e a evolução da população são conceitos que se interligam e influenciam reciprocamente.

Neste contexto habitacional, resiste ainda a casa gandraesa como sendo habitação do tipo casa-pátio, onde todas

as divisões têm uma porta a comunicar com o pátio central interior. A Casa Museu Gandaresa, situada em Santo António de Vagos, permite descobrir os hábitos e o estilo de vida dos habitantes ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, designadamente a proximidade das famílias com as alfaias agrícolas e com os animais, os móveis e os trajes típicos.

Será, em primeiro lugar, apresentada uma caracterização geral da habitação do município, comparando-o com a realidade que se verifica a nível regional e nacional, considerando a dinâmica de crescimento, a forma de ocupação dos alojamentos e o estado de conservação do parque habitacional, procurando-se identificar os principais padrões existentes no município. Por outro lado, apresenta-se uma caracterização geral do mercado da habitação dando uma perspetiva sobre i) os alojamentos vagos disponíveis para venda ou arrendamento, e ii) o estado de conservação dos mesmos.

## CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PARQUE HABITACIONAL:

A dinâmica de crescimento do parque habitacional, de acordo com os últimos períodos censitários, demonstra que, apesar do ritmo de crescimento entre 2001 e 2011 se ter tornado menos expressivo, continua a verificar-se um aumento de alojamentos e edifícios

em todos os níveis geográficos (nacional, regional e local). Em Vagos o crescimento foi particularmente elevado, posicionando-se acima da média nacional e regional quer em alojamentos, quer em edifícios.

Tabela 32 | Taxa de variação de alojamentos e edifícios entre 2001 e 2011

Unidades Geográficas	Taxa de variação 2001-2011	
	Edifícios	Alojamentos
<b>Portugal</b>	<b>12,16</b>	<b>16,74</b>
Centro	12,06	15,65
Baixo Vouga	12,69	18,52
<b>Vagos</b>	<b>15,88</b>	<b>19,57</b>
Calvão	18,30	21,89
Gafanha da Boa Hora	25,63	25,33
Ouca	6,91	8,34
Soza	13,06	12,89
Santo André de Vagos	15,81	17,64
Fonte de Angeão e Covão do Lobo	11,47	10,84
Ponte de Vagos e Santa Catarina	16,20	16,06
Vagos e Santo António	16,61	25,25

Fonte: INE, 2011

Uma parte considerável deste crescimento deve-se ao comportamento destes indicadores nas freguesias de Vagos, da Gafanha da Boa Hora e de Calvão, que apresentam valores significativamente acima da média (tabela 6).

No outro extremo destacam-se as freguesias de Ouca, de Soza e de Fonte de Angeão e Covão do Lobo, por apresentarem um comportamento

inverso (valores abaixo da média em ambos os indicadores). Indicia-se, assim, que o Concelho continua a verificar um processo de consolidação urbana, com um crescimento particularmente elevado nas Freguesias com maiores densidades e o abrandamento do crescimento nas demais.

**Tabela 33 | Taxa de variação do número de alojamentos familiares clássicos segundo a forma de ocupação 2001 e 2011**

Unidades Geográficas	Taxa de variação dos alojamentos familiares clássicos segundo forma de ocupação 2001-2011 (%)		
	Residência Habitual	Uso Sazonal ou Secundário	Alojamentos Vagos
<b>Portugal</b>	<b>12,39</b>	<b>22,60</b>	<b>35,19</b>
Centro	7,98	21,43	51,55
Baixo Vouga	13,40	23,57	50,10
<b>Vagos</b>	<b>14,24</b>	<b>36,40</b>	<b>4,21</b>
Calvão	14,47	28,81	176,00
Gafanha da Boa Hora	31,09	25,41	9,76
Ouca	2,74	85,15	-86,67
Soza	8,81	113,51	-83,19
Santo André de Vagos	10,19	34,44	156,25
Fonte de Angeão e Covão do Lobo	6,50	8,72	59,74
Ponte de Vagos e Santa Catarina	9,87	33,70	52,83
Vagos e Santo António	20,45	69,97	8,82

Fonte: INE, 2011

Unidades Geográficas	Taxa de ocupação dos alojamentos familiares clássicos 2011 (%)		
	Residência Habitual	Uso Sazonal ou Secundário	Alojamentos Vagos
<b>Portugal</b>	<b>68,11</b>	<b>19,34</b>	<b>12,55</b>
Centro	61,91	24,45	13,64
Baixo Vouga	71,05	16,99	11,96
<b>Vagos</b>	<b>63,85</b>	<b>30,68</b>	<b>5,47</b>
Calvão	76,51	16,15	7,33
Gafanha da Boa Hora	31,58	63,95	4,47
Ouca	76,77	22,50	0,72
Soza	76,24	22,41	1,35
Santo André de Vagos	74,23	21,44	4,33
Fonte de Angeão e Covão do Lobo	63,27	26,62	10,11
Ponte de Vagos e Santa Catarina	73,87	19,58	6,55
Vagos e Santo António	75,51	17,35	7,14

Fonte: INE, 2011

A dinâmica construtiva evidencia também um crescimento generalizado do número de alojamentos vagos e residências secundárias (Tabela 7). No Município de Vagos este crescimento verifica-se em relação ao uso sazonal ou secundário mas não dos alojamentos vagos, que têm verificado crescimentos consideravelmente inferiores à média nacional.

Da análise ao nível da freguesia importa destacar as seguintes ideias:

· Os alojamentos de residência habitual representam, em todas as freguesias, à exceção da Gafanha da Boa Hora, a forma dominante de ocupação no concelho.

· Apesar da ideia prévia, os alojamentos de residência habitual parecem ter vindo a perder peso em todo o território do Município de Vagos, no último período intercensitário, à exceção das freguesias de Vagos e Santo António e da Gafanha da Boa Hora.

· Embora do decréscimo na forma de ocupação associada aos alojamentos de residência secundária ou de uso sazonal registada no último período intercensitário na Freguesia da Gafanha da Boa Hora, esta é a que mais se destaca neste indicador. Nesta freguesia localiza-se cerca de metade dos alojamentos de residência secundária ou uso sazonal de todo o Município, dado ser constituída por áreas predominantemente balneares.

· Apesar do reduzido peso dos alojamentos de residência habitual na Gafanha da Boa Hora, esta freguesia registou aumentos, no último período intercensitário, nesta forma de ocupação.

· As freguesias de Ouca e Soza são simultaneamente as que menos peso têm nos alojamentos vagos do Município de Vagos e as que registaram um decréscimo significativo para o referido indicador. Inversamente, a freguesia de Calvão, é aquela que apresenta, no último período intercensitário, maior peso nos alojamentos vagos.

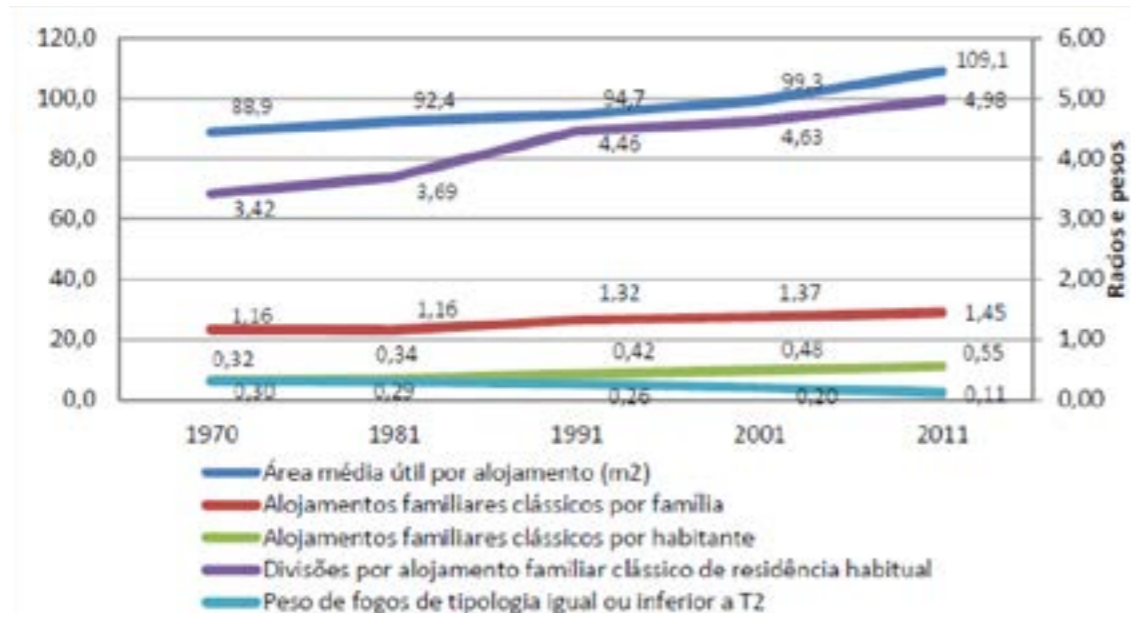
Um outro aspeto que importa analisar corresponde à morfotipologia e volumetria da habitação. No parque habitacional do Município de Vagos predomina a habitação unifamiliar em edifícios térreos, com 1 ou 2 pisos. Analisada a informação estatística disponível, bem como a natureza dos processos objeto de licenciamento Municipal, nos últimos anos, confirma-se a tendência ao longo dos últimos 50 anos de construção de moradias unifamiliares no concelho de Vagos.

O número de edifícios licenciados pela Câmara Municipal de Vagos, em 2015, é de 80, com predominância para a construção de moradias unifamiliares, promovida por particulares. As moradias apresentam uma tipologia de T4 a T6, traduzindo um novo paradigma de utilização do espaço privado pela família. O aumento do número de divisões nas moradias unifamiliares não traduz, conforme visto anteriormente, um aumento da taxa de natalidade, mas sim a procura de melhores condições habitacionais por parte das famílias. A valorização da privacidade e do conforto do lar predomina nos alojamentos familiares clássicos, invertendo situações de sobrelotação das gerações anteriores.

No que se refere às áreas e tipologias da habitação, Portugal era, em 2011, o quinto Estado-membro da União Europeia com maior número médio de divisões por habitação (4,98) e era o terceiro com a maior área média útil por alojamento (109,1m2). Estes dois indicadores apresentaram um crescimento contínuo nos censos dos últimos 50 anos. Em 1970 o número médio de divisões era de 3,42 e nesse ano a área útil média por alojamento era de 88,9 m2. Em 1970 as tipologias T0 a T2 representavam 30% do total de alojamentos familiares clássicos. Quarenta anos depois, em 2011, estas tipologias só representavam 11,2% deste total. Ao contrário das tendências demográficas, a percentagem das habitações de maior dimensão aumentou expressivamente nestes 40 anos.

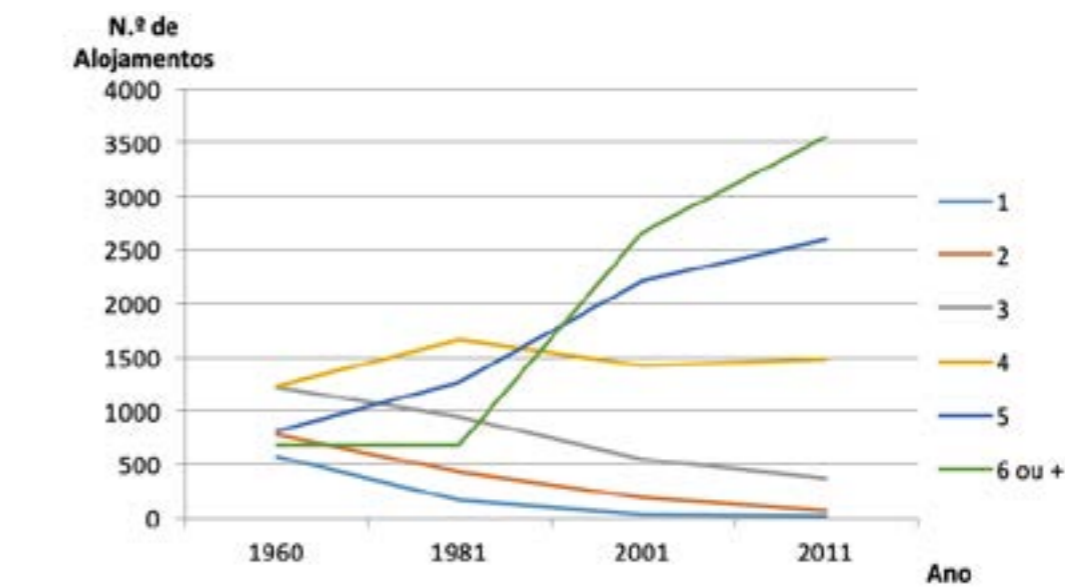
Entre 1970 e 2011, segundo os respetivos censos, os dados nacionais indicam que o número de alojamentos familiares clássicos passou de 2.702.215 para 5.859.540, representando um crescimento de 116,8%. Todavia, este crescimento não foi acompanhado pelo respetivo aumento de famílias clássicas que, para o mesmo período, se registou em 72,4%. Saliente-se os dados nacionais sobre a variação verificada nos alojamentos familiares clássicos sublotados e sobrelotados de 2001 para 2011. Em 2001 estes indicadores eram respetivamente de 56,9% e de 16,0%. Em 2011 evoluíram para 64,9% e 11,2%. Ou seja, neste intervalo de 10 anos, os fogos sublotados aumentaram 28,2% e os fogos sobrelotados reduziram-se em 20,8% (IRHU, Estratégia Nacional para a Habitação, 2015).

**Gráfico 6 | Alojamentos familiares clássicos - Evolução das áreas, rácios e tipologias (1970-2011)**



Fonte: IRHU, Estratégia Nacional para a Habitação, 2015

**Gráfico 7 | Alojamentos Familiares Clássicos por números de divisões**



No concelho de Vagos, destacam-se ainda os valores relativos aos edifícios isolados, que apresentam valores acima das médias nacionais e regionais. Os edifícios isolados de um ou dois pisos apresentam uma mancha que se estende ao longo da via (N109) e um padrão ramificado coincidente

com as freguesias localizadas na zona mais interior do município. Ao nível da freguesia destaca-se a da Gafanha da Boa Hora, onde os alojamentos com mais de 2 pisos estão acima da dos valores de referência (cerca de 23% do total de alojamentos, face a cerca de 13% a nível nacional).

**Edifícios licenciados pelas câmaras municipais para construção por município, segundo o tipo de obra, 2015**

Tabela 34 | Edifícios

Unidade : Nº	Para Habitação Familiar	Total
<b>Região de Aveiro</b>	<b>378</b>	<b>707</b>
Vagos	45	80

© INE, I.P., Portugal, 2016. Informação disponível até 30 de setembro de 2016

Tabela 35 | Construções Novas

Unidade : Nº	Total Edifícios	Edifícios para Habitação Familiar			Fogos para Habitação Familiar
		Apartamentos	Moradias	Total	
<b>Região de Aveiro</b>	<b>462</b>	<b>20</b>	<b>272</b>	<b>292</b>	<b>372</b>
Vagos	67	4	39	43	48

© INE, I.P., Portugal, 2016. Informação disponível até 30 de setembro de 2016

Tabela 36 | Ampliações, alterações e reconstruções

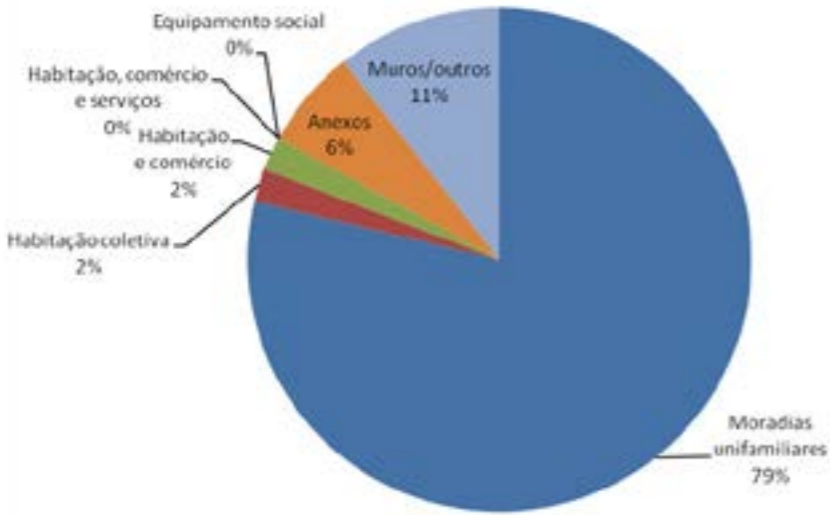
Unidade : Nº	Total Edifícios	Edifícios para Habitação Familiar
<b>Região de Aveiro</b>	<b>176</b>	<b>86</b>
Vagos	8	2

© INE, I.P., Portugal, 2016. Informação disponível até 30 de setembro de 2016

Em 2016, segundo os dados da Divisão de Urbanismo da Câmara Municipal de Vagos, os alvarás de construção para moradias unifamiliares representavam cerca de 80%, do universo total de alvarás emitidos no Município. Estão

presentes traços rurais no parque habitacional, quer pela baixa densidade habitacional, quer pela predominância de habitação unifamiliar em edifícios térreos.

Gráfico 8 | Alvarás de construção emitidos em 2016



Por fim, fazendo referência ao envelhecimento do parque habitacional denota-se que a grande maioria dos edifícios do parque habitacional foram construídos após 1970 e possui somente 21% dos edifícios construídos antes de 1961. Este fenómeno é transversal a todas as freguesias do Município (sempre com valores acima da média de Portugal e da NUTS II e NUTS III). A dinâmica de crescimento

é relativamente uniforme nas duas últimas décadas (1991-2011) embora se assinala, como anteriormente referido, uma ligeira redução nos edifícios construídos entre 2001 e 2011. Com o parque habitacional mais envelhecido (edifícios construídos até 1970) surgem as freguesias de Calvão, de Ouça, de Soza e de Vagos e Santo António (representando valores sempre superiores a 30%).

Tabela 37 | Edifícios por ano de construção (%)

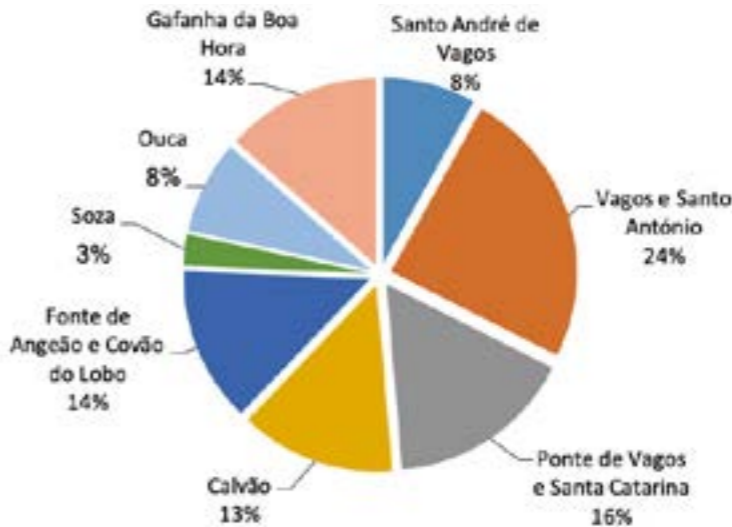
Unidades Geográficas	Antes de 1960	1961 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2011
<b>Portugal</b>	<b>25,37</b>	<b>11,53</b>	<b>16,61</b>	<b>16,33</b>	<b>15,76</b>	<b>14,39</b>
Centro	25,85	11,65	16,86	15,84	15,04	13,88
Baixo Vouga	22,76	12,08	17,72	17,30	15,92	14,21
<b>Vagos</b>	<b>15,91</b>	<b>11,15</b>	<b>18,01</b>	<b>23,25</b>	<b>17,60</b>	<b>14,08</b>
Calvão	20,07	9,87	20,18	20,18	14,69	15,02
Gafanha da Boa Hora	4,70	9,73	11,81	32,21	27,92	13,62
Ouça	19,88	16,34	24,15	16,34	10,00	13,29
Soza	22,89	10,76	15,96	18,27	20,00	12,13
Santo André de Vagos	13,98	9,86	21,34	27,09	16,36	11,38
Fonte de Angeão e Covão do Lobo	14,65	12,43	24,69	24,69	10,53	13,00
Ponte de Vagos e Santa Catarina	7,18	11,39	21,12	24,59	17,41	18,32
Vagos e Santo António	21,81	10,69	13,86	21,13	17,62	14,88

Fonte: INE, 2011

A construção de moradias no concelho de Vagos encontra-se dispersa por todas as freguesias do concelho. Considera-se existir uma multiplicidade de fatores determinantes na fixação da população, e inerente escolha de construção de moradias unifamiliares com esta dispersão pelo território,

dos quais: a procura de proximidade à família alargada, a utilização de terrenos para construção pertencentes à família e/ou à herança, e a existência de equipamentos sociais, culturais, desportivos, de educação e de saneamento em todas as freguesias.

Gráfico 9 | Alvarás de Construção para Moradias, por freguesia 2016



## Síntese

Em concordância com as variáveis utilizadas para esta análise, bem como com os indicadores identificados e trabalhados, importa sistematizar as seguintes ideias relativamente ao parque habitacional do município de Vagos:

- O município em análise possui um **parque habitacional recente** (com somente 21% dos edifícios construídos antes de 1961 face aos 30% nível nacional);
- A classificação tripartida das freguesias do território nacional em áreas predominantemente urbanas, mediantemente urbanas e predominantemente rurais (propostas pelo INE em função de vários critérios), evidencia o Município como mediantemente urbano, excetuando a freguesia da Gafanha da Boa Hora (predominantemente rural) e de Vagos e Santo António, (predominantemente urbana). Este facto justifica, de algum modo, a presença de traços rurais no parque habitacional: baixa densidade habitacional, **predominância da habitação unifamiliar em edifícios térreos** (os edifícios com 1 ou 2 pisos representam 96,2% face a 85,7% a nível nacional);

- Nas unidades territoriais localizadas na zona costeira o fenómeno de **segunda habitação** ou a existência de habitação de uso sazonal ganham destaque;
- O padrão dos alojamentos com **ocupante ausente** pode ser explicado pelo fenómeno da emigração (analisado na componente socioeconómica), e tem mais destaque **i)** na freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo, **ii)** pontualmente, nas freguesias de Soza e de Ouça, e **iii)** no limite Sul das freguesias de Santo André de Vagos e de Ponte de Vagos e Santa Catarina;
- As freguesias de Ponte de Vagos e Santa Catarina, de Soza, de Vagos e Santo António, da Gafanha da Boa Hora e de Calvão registam um peso significativo dos **fogos vagos** do Município;
- Cerca de 50% dos alojamentos vagos do Município correspondem a **fogos abandonados** ou sem condições de habitabilidade, devendo, por isso, ser considerada uma estratégia ao nível da política de habitação, nomeadamente direccionada para a reabilitação.

<sup>3</sup> [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_cont\\_inst&INST=6251013&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cont_inst&INST=6251013&xlang=pt)

## 2.2 Habitação Social

A habitação social disponibilizada pelos Municípios, à população em situação de carência habitacional e económica, pretende minimizar as carências no que concerne à obtenção de habitação e proporcionar às famílias, em situação de vulnerabilidade social, o acesso a um direito que lhes poderá garantir melhor qualidade de vida. A atribuição de habitações de cariz social, em regime de arrendamento, é regulamentada pela Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, alterada e republicada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, que estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação.

Os fogos de habitação social existentes em Vagos dividem-se por dois bairros. O Bairro da Corredoura, situado no centro da vila de Vagos,

comporta 16 apartamentos, sendo 4 de tipologia T4, 8 de tipologia T3 e seis de tipologia T2 conforme apresentado na grelha abaixo.

Nesta data a ocupação é total, tendo, no entanto, a Câmara Municipal alienado 4 apartamentos, 2 de tipologia T4 e 2 de tipologia T3.

Os restantes 12 apartamentos estão em regime de arrendamento apoiado. Neste conjunto habitacional e cingindo-se apenas aos apartamentos, propriedade da Câmara, residem 12 famílias, que contêm um total de 21 indivíduos.

Tabela 38 | Bairro da Corredoura

Bloco A		Bloco B		Bloco C		Bloco D	
T2	T3	T2	T2	T3	T3	T4	T4
T2	T3	T2	T2	T3	T3	T4	T4

Na grelha seguinte, descreve-se o Bairro Dr. Pedro Guimarães, que se situa no extremo Norte da vila de Vagos. Este Bairro é composto por dois edifícios, o que fica situado na parte de trás do empreendimento,

comporta dois blocos, com seis apartamentos cada um, todos de tipologia T2. Estes apartamentos estão ocupados, em regime de arrendamento apoiado.

Tabela 39 | Bairro Dr. Pedro Guimarães

Bloco A		Bloco B	
T2	T2	T2	T2
T2	T2	T2	T2
T2	T2	T2	T2

O edifício situado, à beira da Estrada Nacional 109, é constituído por três blocos, também com seis apartamentos cada, sendo que

2 blocos são constituídos por apartamentos de tipologia T2 e 1 bloco por apartamentos de tipologia T3, conforme descrito na grelha abaixo.

Tabela 40 | Bairro Dr. Pedro Guimarães

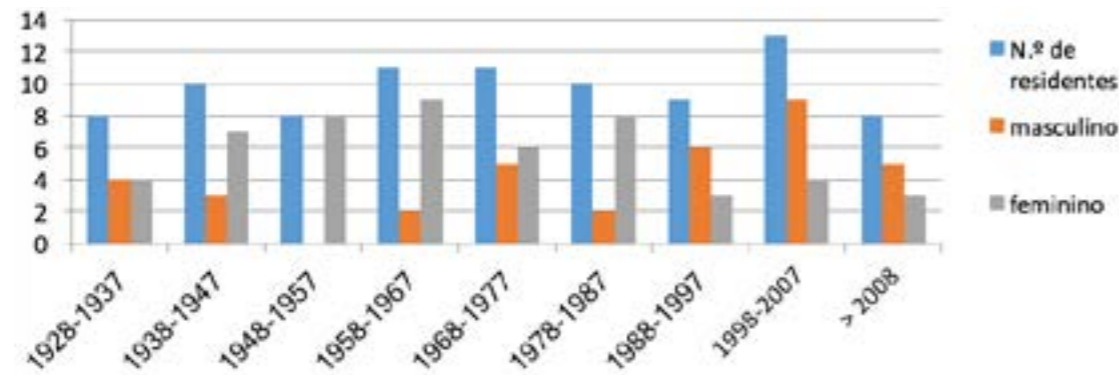
Bloco C		Bloco D		Bloco E	
T2	T2	T3	T3	T2	T2
T2	T2	T3	T3	T2	T2
T2	T2	T3	T3	T2	T2

Atualmente estão 2 apartamentos devolutos e os restantes estão em regime de arrendamento apoiado.

Neste bairro estão alojadas 28 famílias que englobam um total de 67 indivíduos.

Nos gráficos que se seguem, apresenta-se a população residente à data deste estudo, dando-se ênfase ao sexo, idade, escolaridade, situação profissional e tipologia das habitações.

Gráfico 10 | População Residente em Habitação Social por ano de nascimento e sexo

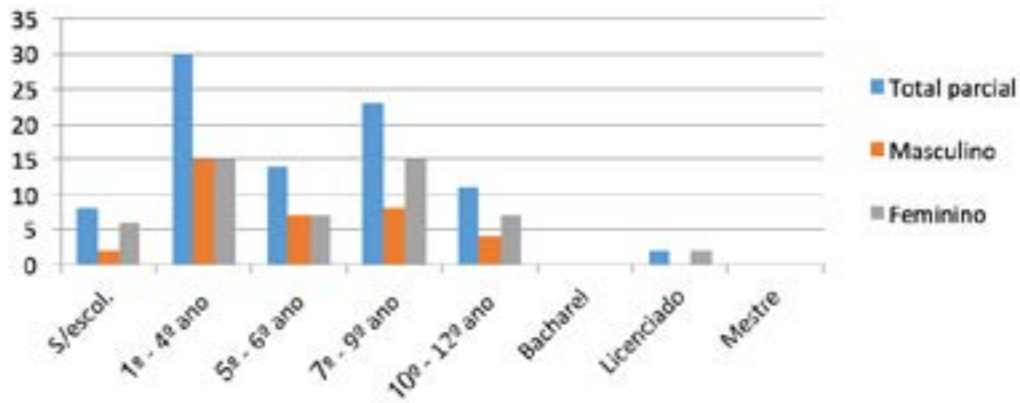


Com referência a 2015, residiam em ambos os bairros 88 pessoas, sendo 36 do sexo masculino e 52 do sexo feminino.

Relativamente à análise da população residente e observando as faixas etárias, existe uma grande harmonia de idades, com ligeira expressividade

para a faixa etária que inclui as pessoas com mais de 18 anos e menos de 65 anos, com 43 pessoas. A faixa etária acima dos 65 anos de idade apresenta o número de 24 indivíduos. Com menor expressividade aparece o grupo dos jovens e crianças, com apenas 21 indivíduos.

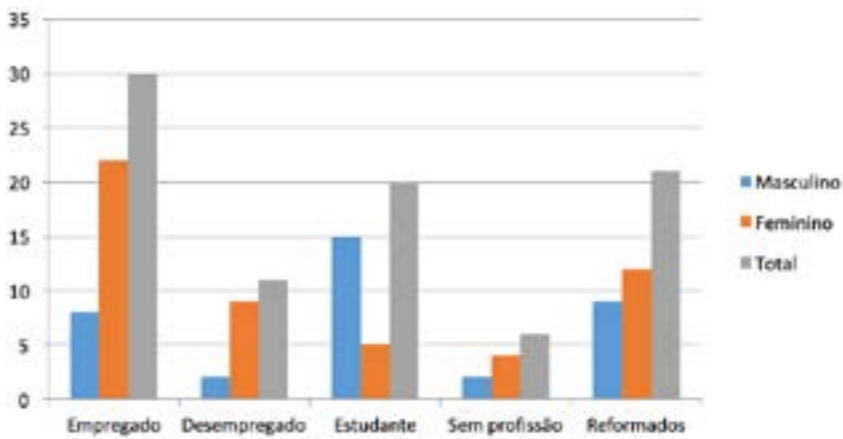
Gráfico 11 | População Residente em Habitação Social por nível de escolaridade



No que concerne à escolaridade dos residentes, verifica-se uma maior predominância de indivíduos com o 4º ano de escolaridade, com um total de 30. Verifica-se também que todas as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18

anos, estão a frequentar a escolaridade obrigatória. Sem escolaridade num total de 8 indivíduos, 5 têm idade inferior a 6 anos e os restantes 3 são analfabetos com idade superior a 65 anos. Regista-se ainda 2 indivíduos com grau académico de licenciatura.

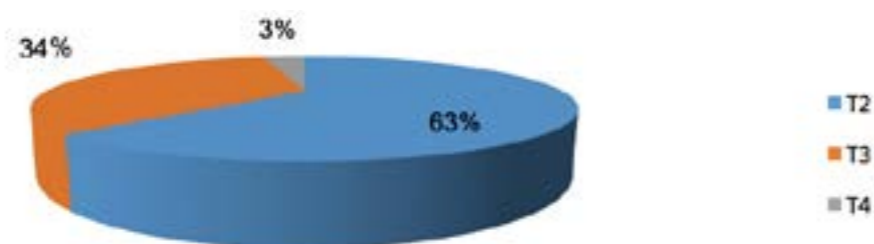
Gráfico 12 | População Residente em Habitação Social por Situação Profissional



Relativamente à situação profissional, a maioria dos residentes, no total de 30, encontra-se empregado. Atendendo ao número de indivíduos com mais de 65 anos, regista-se que 21 se

encontram em situação de reformados. Os estudantes com 20 indivíduos, os desempregados com 11 indivíduos e 6 sem registo de profissão, representam as restantes situações.

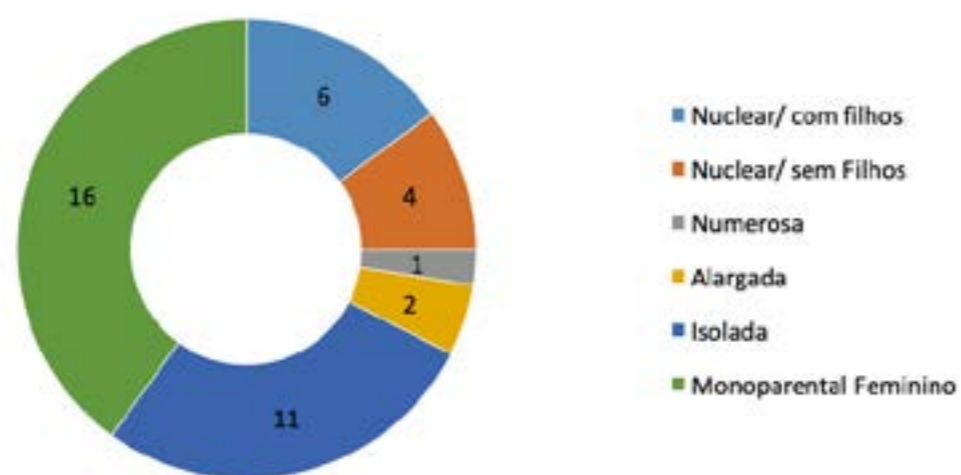
**Gráfico 13 | População Residente em Habitação Social por Tipologia de apartamento**



Relativamente à análise da tipologia dos apartamentos e as famílias residentes em cada um deles, verifica-se que a maioria ocupa apartamentos de tipologia T2, no total de 29. As restantes famílias ocupam os apartamentos de tipologia T3, no total de 11 e de tipologia T4, no total de 2.

A atribuição das habitações sociais atende às diretivas da legislação em vigor nesta matéria, de modo a promover a adequação da família, face à sua dimensão e género, à tipologia da habitação, prevenindo assim situações de sobreocupação ou de subocupação.

**Gráfico 14 | População Residente em Habitação Social por Tipo de família**



Fonte: Câmara Municipal de Vagos, fichas de caracterização do agregado familiar

Da análise das famílias residentes verifica-se uma predominância de famílias monoparentais femininas, num total de 16. Em segundo lugar temos as famílias isoladas, apenas com um elemento residente, na sua maioria idosos com mais de 65 anos, no total de 11. As remanescentes dividem-se nos tipos de família representados no gráfico e com menor expressão as

famílias numerosas, apenas com uma família. A atribuição das habitações sociais atende às diretivas da legislação em vigor nesta matéria, de modo a promover a adequação da família, face à sua dimensão e género, à tipologia da habitação, prevenindo assim situações de sobreocupação ou de subocupação.

# 3. Saúde

## 3.1 Saúde

A área da saúde é uma das mais preocupantes nas sociedades contemporâneas no sentido em que a saúde tem implicações legais, sociais e económicas que são vitais ao bom funcionamento de qualquer país e, como tal, não deve ser encarada de ânimo leve, em virtude da sua

complexidade. Com efeito, pode dizer-se que de acordo com os parâmetros da Organização Mundial de Saúde – OMS – a saúde diz respeito a um estado não apenas de ausência de doença mas também ao bem-estar físico coletivo, individual, mental e social dos indivíduos.

### Centro de Saúde de Vagos

O processo de reforma dos cuidados de saúde primários (CSP), iniciado em 2005, deu origem a reorganização local dos cuidados, com especial ênfase nas Unidades de Saúde Familiar (USF) e na reorganização dos Centros de Saúde em Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), com o consequente desaparecimento da estrutura intermédia constituída pelas Sub-Regiões de Saúde.

A estrutura dos ACES, incluem, além das USF e de órgãos específicos dirigidos à gestão e decisão, uma série de estruturas funcionais: Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), Unidades de Saúde Pública (USP), Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC) e Unidades de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP). Assentando embora na tríade clássica de profissionais dos CSP – médicos, enfermeiros e pessoal

administrativo – os ACES, procuram englobar, na sua intervenção, outros profissionais de forma a alargar a rede.

O Município de Vagos é servido por um Centro de Saúde, constituído pelas seguintes unidades funcionais:

- 1 USF (Senhora de Vagos – Inclui as unidades de Vagos e Gafanha da Boa-Hora);
- 2 UCSP (Vagos I – Soza e Vagos II – Inclui as unidades de Covão do Lobo, Ponte de Vagos e Ouca);
- 1 UCC;
- 1 USP.

As instalações do Centro de Saúde de Vagos são recentes e comportam a USF, a UCC e a USP.

A unidade de saúde de Gafanha da Boa-Hora está inserida numa antiga casa do povo, tendo sido alvo de melhoramentos recentes. No entanto, continua a apresentar constrangimentos no cumprimento das normativas de Comissão de Controlo de Infecção (CCI).

A UCSP Vagos II possui a sua sede na Ponte de Vagos, aguardando conclusão das obras para transitar para USF. Esta unidade funcional é constituída por duas unidades de saúde que se encontram sediadas em Ouca e no Covão do Lobo. Ambas as unidades foram alvo de intervenção recente mas continuam a apresentar algumas lacunas em relação às normativas da CCI.

A UCSP Vagos I está sediada em Soza.

### Recursos Humanos do Centro de Saúde de Vagos

Tabela 41 | Funcionários de Centro de Saúde, segundo as funções

Funcionários	Número	Especialidade
Médicos	13	12 de medicina Geral e Familiar 1 de Saúde Pública
Enfermeiros	18	3 de Saúde Infantil 2 de Reabilitação 2 de Saúde Materna 1 de Saúde Mental 1 de Saúde Comunitária
Assistentes Técnicos	12	--
Assistentes Operacionais	5	--
Técnico de Saúde Ambiental	1	--

**Tabela 42 | Funcionários do Centro de Saúde, segundo a função e a unidade funcional**

Unidade Funcional	Médicos	Enfermeiros	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais	Técnicos Superiores
UCC	--	4 (2 Reabilitação, 1 Saúde Mental, 1 Saúde Materna)	1*	--	--
UCSP Vagos I	2* (Medicina Geral e Familiar)	2	1	1	--
UCSP Vagos II	5* (Medicina Geral e Familiar)	5 (1 Saúde Infantil)	5*	1	--
USF Sr.ª de Vagos	6 (Medicina Geral e Familiar)	6 (2 Saúde Infantil, 1 Saúde Materna)	5	3	--
USP	1 (Saúde Pública)	1 de Saúde Comunitária	1	--	1 de Saúde Ambiental
URAP	--	--	--	--	2* Técnica Superior de Serviço Social e Nutricionista

\* Corresponde a profissionais a tempo parcial

### 3.1.1 Oferta em Saúde

Os profissionais de Saúde que desempenham funções nas diversas unidades funcionais do Centro de Saúde de Vagos, propõem-se prestar cuidados centrados no utente ao longo do seu ciclo de vida, promovendo a saúde, prevenindo e reabilitando a doença, garantindo a acessibilidade, a articulação e a integração de cuidados.

Assim, a população inscrita nas unidades funcionais do concelho tem acesso às seguintes consultas e serviços:

**Cuidados Primários:**

· Consulta de Medicina Geral e Familiar (crianças, jovens, adultos e idosos);

· Consulta de Vigilância a grupos de risco (Diabéticos);

· Consulta de Vigilância a grupos vulneráveis (saúde materna, saúde infantil, planeamento familiar e vigilância oncológica);

· Domicílios médicos ou de enfermagem ;

· Serviço de Atendimento Complementar aos fins-de-semana e feriados das 08:00 às 20:00;

· Cuidados de Enfermagem no tratamento de feridas, na aplicação de medicação por via injetável assim como administração de vacinas;

**Cuidados na Comunidade:**

· Projetos de Preparação para o parto e parentalidade;

· Projetos de recuperação pós-parto;

· Projetos de Intervenção em Saúde Mental;

· SNIPI – ELI de Vagos/Oliveira do Bairro;

· Núcleo Local de Saúde Pública.

### Recursos Humanos do Centro de Saúde de Vagos

**Rede Nacional de Cuidados Continuados**

Em maio de 2013 o Centro de Saúde de Vagos passou a dispor de uma Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) e, por conseguinte, aderiu a RNCCI através da formação da Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI). Esta equipa permite prestar cuidados de saúde às pessoas idosas e às pessoas em situação de dependência, cuja frequência de cuidados de saúde domiciliários, seja superior a uma vez por dia, exceda 1h e 30m por dia em pelo menos três dias por semana ou cuja necessidade de cuidados domiciliários, seja para além dos dias úteis ou fora do horário compreendido entre as 8h e as 17h ou careça de um grau de diferenciação que exceda as atividades da carteira básica das USF's / UCSP's, nomeadamente nas áreas do Apoio Social, da Reabilitação, Apoio Psicológico, Nutricionista, Terapeuta da Fala, entre outros e que devido a situação de dependência tenham de ser avaliados e/ou tratados no domicílio.

**Programa de Prevenção e Controlo de Diabetes**

O Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Diabetes é dirigido à população em geral, no entanto assume-se como população alvo preferencial:

· Pessoas com diabetes, com e sem complicações da doença;

· Mulheres grávidas;

· População com risco acrescido de desenvolvimento de diabetes.

As estratégias de intervenção desenvolvidas nas unidades funcionais baseiam-se:

· Avaliação periódica das pessoas identificadas com diabetes em consulta específica de Diabetes e em consulta de Pé Diabético, com vigilância e monitorização da glicemia, tensão arterial e outros fatores de risco responsáveis pelo desenvolvimento das complicações da diabetes, assim como registo individual informático do diabético;

- Rastreios da diabetes entre os grupos de risco acrescido de desenvolvimento e de diagnóstico da doença;
- Promoção de estilos de vida saudável;
- Educação terapêutica da pessoa com diabetes;
- Ensino para a autovigilância da diabetes;
- Referenciação aos cuidados hospitalares;

### Vigilância Oncológica

As utentes inscritas nas unidades funcionais do Concelho têm sido convocadas para o rastreio do Cancro da Mama que tem decorrido bianualmente ao cargo da Liga Portuguesa Contra o Cancro de Coimbra, por ação meritória e generosa desta instituição, sendo em seguida os resultados disponibilizados ao médico assistente.

Com o objetivo de diminuir a mortalidade por cancro do colo do útero e a redução do número de novos casos foi também realizado o rastreio do cancro do colo através do exame de Papanicolau às mulheres inscritas, com idades compreendidas entre os 25 e 65 anos, a divulgação da vacina contra o HPV e ainda ações de educação sobre fatores de risco, incidindo particularmente no grupo dos jovens em idade escolar, nomeadamente quanto a comportamento sexual.

### Programa Nacional de Vacinação

A vacinação é um direito dos cidadãos e uma prioridade em Saúde. O Programa Nacional de Vacinação (PNV), programa público de interesse nacional, com 53 anos, é uma história de sucesso para a Saúde Pública em Portugal.

A planificação atempada e adequada da cobertura vacinal para cada grupo etário populacional no âmbito dos cuidados de Medicina Preventiva é uma forma importante de prevenção primária da doença, pelo que as diversas unidades funcionais do concelho de vagos têm tido uma evolução positiva na cobertura vacinal da população. Os resultados obtidos são um reflexo do investimento efetuado pelos profissionais de saúde neste âmbito, nos últimos anos.

Salienta-se a divulgação anual da campanha de vacinação contra a gripe sazonal e respetiva disponibilização de vacina gratuita para os grupos alvo.

### Programa Nacional de Saúde Escolar

O programa de Saúde Escolar elaborado pela equipa local de saúde escolar tem como finalidades:

- Promover e proteger a saúde e prevenir a doença na comunidade educativa;
- Apoiar a inclusão escolar de crianças com Necessidades de Saúde e Educativas Especiais;

- Promover um ambiente escolar seguro e saudável;
- Reforçar os fatores de proteção relacionados com os estilos de vida saudáveis;
- Contribuir para o desenvolvimento dos princípios das escolas promotoras de saúde.

As atividades desenvolvidas a nível dos Jardins-de-infância, Escolas do Ensino Básico, Secundário e Profissional são de apoio ao desenvolvimento de projetos nos eixos definidos no referido programa:

- Capacitar a comunidade educativa nas determinantes em saúde nomeadamente a nível da saúde oral, alimentação saudável, atividade física, saúde sexual e reprodutiva, consumo de substâncias lícitas e ilícitas, doenças transmissíveis e violência em meio escolar; do cumprimento do programa nacional de vacinação;
- Envolver a comunidade educativa na implementação de estratégias

para o desenvolvimento sustentável, ambiente escolar seguro e saudável, avaliação dos riscos ambientais para a saúde, prevenção dos acidentes e primeiros socorros;

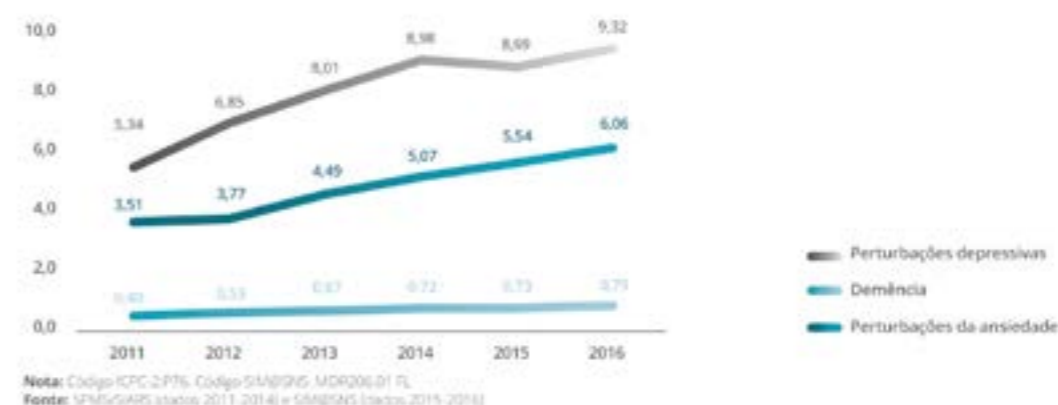
- Elaborar em parceria com as escolas planos de saúde de crianças e jovens com necessidades de saúde especiais, não descorando a saúde de docentes e não docentes.

A equipa assume um papel ativo na gestão dos determinantes da saúde da comunidade educativa, constituindo a interface com o sistema educativo para a implementação do Programa de Saúde Escolar.

### Saúde Mental

A prevalência das perturbações psiquiátricas em Portugal de acordo com o ultimo estudo epidemiológico nacional de Saúde Mental é de 22,9%. Portugal situa-se nos países da Europa com mais elevada prevalência de perturbações psiquiátricas.

**Gráfico 15 | Proporção de utentes com registo de perturbações depressivas, demência e perturbações da ansiedade, entre os utentes inscritos ativos em CSP (%), Portugal Continental | 2011-2016**



O registo de utentes com perturbações mentais nos cuidados de saúde primários tem vindo a aumentar desde 2011, no que diz respeito às perturbações de ansiedade, às perturbações depressivas e às demências. Tendencialmente aproximam-se da meta para 2020, ou seja, aumentar em 25% o registo de pessoas com ansiedade e depressão (variação 2014-2016: perturbação de ansiedade 21%, perturbação depressiva 17%). Se por um lado estes resultados podem significar um aumento de acessibilidade aos cuidados de saúde primários, por outro lado podem significar que os profissionais dos Cuidados de Saúde Primários estão mais sensibilizados para o seu diagnóstico.

As perturbações psiquiátricas e os problemas relacionados com a saúde mental tornaram-se a maior causa de incapacidade e uma das principais causas de morbilidade e morte prematura nos países ocidentais industrializados (programa nacional de saúde mental 2012-2016). O Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016 defende que a prestação de cuidados de saúde deve ser acessível

a todas as pessoas com doença mental, preconiza o envolvimento dos próprios e familiares e defende a articulação das equipas de modo a integrar um conjunto de cuidados diversificados que facilite a autonomia e a integração social da pessoa.

Os utentes/famílias inscritos nas unidades funcionais do concelho de vagos em risco ou com problemas de saúde mental são seguidos através da Unidade de Cuidados na Comunidade com o objetivo de:

- Melhorar a acessibilidade a cuidados de saúde mental às pessoas/famílias do Concelho;
- Promover a inserção laboral, ocupacional e social da pessoa com doença mental;
- Promover a adesão ao regime terapêutico dos utentes com doença mental;
- Contribuir para uma melhor articulação entre os serviços especializados hospitalares e os cuidados de saúde primários.

### Coberturas dos recursos de saúde da população do Concelho (Número de utentes inscritos por médico de família e por unidade funcional)

A **UCSP Vagos I** é constituída pela Unidade de Soza e dispõe de dois médicos, um a tempo inteiro e um a tempo parcial.

Tabela 43 | Utentes Inscritos na UCSP Vagos I (Dezembro 2015)

Médico	Nº de Utentes
Com Médico de família	2 504
Sem Médico de família por opção	92
Sem Médico	104
<b>Total</b>	<b>2 700</b>

Na **UCSP Vagos II** cerca de 90% dos utentes inscritos possuem médico de família. É de prever que, com a inauguração da USF, os restantes 10% sejam absorvidos pelos ficheiros existentes, atingindo os 100% de cobertura assistencial.

Tabela 44 | Utentes Inscritos na UCSP Vagos II (Dezembro 2015)

Médico	Nº de Utentes
Com Médico de família	7 893
Sem Médico de família por opção	25
Sem Médico	881
<b>Total</b>	<b>8 799</b>

A inauguração da **USF Senhora de Vagos** promoveu a reorganização dos serviços e em resultado dessa reorganização os médicos de família possuem uma média de 1750 utentes nos seus ficheiros.

**Tabela 45 | Utentes Inscritos na USF Senhora de Vagos (Dezembro 2015)**

Médico	Nº de Utentes
Com Médico de família	10 568
Sem Médico	1
<b>Total</b>	<b>10 569</b>

### Consultas

**Tabela 46 | Consultas por Programa na UCSP Vagos I (Último Trimestre de 2015)**

Programa de Vigilância	2015-12 Dezembro		2015-11 Novembro		2015-10 Outubro	
	Número Consultas (Prog. Saúde)	Número Utiliz. (Prog. Saúde)	Número Consultas (Prog. Saúde)	Número Utiliz. (Prog. Saúde)	Número Consultas (Prog. Saúde)	Número Utiliz. (Prog. Saúde)
Programa Específico CS	420	322	421	323	407	306
Planeamento Familiar	15	15	25	24	26	26
Saúde Materna	9	6	8	8	2	2
Rastreio Oncológico	28	27	44	43	26	26
Hipertensão	52	52	43	42	61	61
Diabetes	25	25	42	42	52	50
Saúde Infantil	10	10	17	17	19	19

**Tabela 47 | Consultas por Programa na UCSP Vagos II (Último Trimestre de 2015)**

Programa de Vigilância	2015-12 Dezembro		2015-11 Novembro		2015-10 Outubro	
	Número Consultas (Prog. Saúde)	Número Utiliz. (Prog. Saúde)	Número Consultas (Prog. Saúde)	Número Utiliz. (Prog. Saúde)	Número Consultas (Prog. Saúde)	Número Utiliz. (Prog. Saúde)
Programa Específico CS	2 138	1 447	2 112	1 463	2 159	1 525
Planeamento Familiar	88	87	99	97	71	70
Saúde Materna	44	32	32	26	46	37
Rastreio Oncológico	71	70	116	115	21	21
Hipertensão	154	151	201	194	255	242
Diabetes	86	85	127	124	153	141
Saúde Infantil	82	79	72	71	90	86

**Tabela 48 | Consultas por Programa na USF Senhora de Vagos (Último Trimestre de 2015)**

Programa de Vigilância	2015-12 Dezembro		2015-11 Novembro		2015-10 Outubro	
	Número Consultas (Prog. Saúde)	Número Utiliz. (Prog. Saúde)	Número Consultas (Prog. Saúde)	Número Utiliz. (Prog. Saúde)	Número Consultas (Prog. Saúde)	Número Utiliz. (Prog. Saúde)
Programa Específico CS	2 944	1 976	3 131	2 013	3 471	2 171
Planeamento Familiar	129	127	165	159	165	163
Saúde Materna	61	44	58	46	71	53
Rastreio Oncológico	26	26	29	29	27	27
Hipertensão	311	301	344	329	421	404
Diabetes	209	192	202	185	225	209
Saúde Infantil	110	106	139	132	143	142

Tabela 49 |Consultórios Particulares

Especialidades	Localização					
	Vagos	Calvão	Gafanha Boa-Hora	Fonte de Angeão	Ponte de Vagos	Ouca
Clínica Geral	3	--	--	--	--	1
Oftalmologia	2	--	--	--	--	--
Estomatologia	--	--	--	--	--	--
Medicina Dentária	4	1	1	1	1	1
Urologia	2	1	--	--	--	--
Ginecologia	2	1	--	--	--	1
Cardiologia	1	--	--	--	--	--
Dermatologia	1	--	--	--	--	--
Ortopedia	2	--	--	--	--	--
Pediatria	2	--	--	--	--	1
Medicina Interna	1	--	--	--	--	--
Otorrinolaringologia	2	--	--	--	--	1
Cirurgia Geral	1	--	--	--	--	--
Dermato-Venerologia	1	--	--	--	--	--
Endocrinologia	1	--	--	--	--	--
Gastroenterologia	1	--	--	--	--	--
Medicina no Trabalho	1	--	--	--	--	--
Psiquiatria	1	--	--	--	--	--

**Laboratórios de análises e meios complementares de diagnóstico e terapêutica**

O Município de Vagos não possui laboratórios de análises. No entanto, possui postos de recolha pertencentes a laboratórios sediados em Aveiro e Gafanha da Nazaré, que dão resposta às diversas freguesias.

Em relação aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT) alguns consultórios privados realizam eletrocardiogramas e endoscopias e, em caso de dúvida, são encaminhados para médicos especialistas para posterior análise.

**Farmácias e Parafarmácias**

A rede de farmácias existente no Concelho de Vagos abrange a quase totalidade das freguesias do Município. De facto, à exceção da Freguesia de Santo André, todas as outras dispõem de uma farmácia comunitária ou de uma parafarmácia.

Na União de Freguesias de Vagos e Santo António existem duas farmácias, sendo que uma delas apresenta um horário alargado, permitindo uma maior cobertura das necessidades da população.

**3.2 – Intervenção Precoce na infância**  
 (SNIPI - Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância)

Na sequência dos princípios estabelecidos na Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança e no âmbito do Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade 2006-2009, foi criado, ao abrigo do Decreto – Lei nº 281/2009, publicado no Diário da República a 6 de outubro, o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI).

O SNIPI funciona através da atuação coordenada dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Educação e da Saúde, conjuntamente com o envolvimento das famílias e da comunidade.

A intervenção precoce e a prevenção são essenciais no âmbito da elaboração de políticas mais eficazes e efetivas, numa lógica de colaboração entre setores e entre áreas disciplinares, bem como de integração de políticas e de medidas legislativas que possam proporcionar respostas mais abrangentes e mais adequadas às necessidades das crianças e das suas famílias.

O SNIPI tem a missão de garantir a Intervenção Precoce na Infância (IPI), entendendo-se como um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações

de natureza preventiva e reabilitativa, no âmbito da educação, da saúde e da ação social.

De acordo com o Decreto-lei 281/09 de 6 de outubro, são elegíveis para apoio no âmbito do SNIPI, as crianças entre os 0 e os 6 anos e respetivas famílias, que apresentem condições incluídas nos seguintes grupos: 1 - «Alterações nas funções ou estruturas do corpo» que limitam o normal desenvolvimento e a participação nas atividades típicas, tendo em conta os referenciais de desenvolvimento próprios, para a respetiva idade e contexto social; 2 - «Risco grave de atraso de desenvolvimento» pela existência de condições biológicas, psicoafectivas ou ambientais, que implicam uma alta probabilidade de atraso relevante no desenvolvimento da criança.

**Tem como objetivos:**

- Assegurar às crianças a proteção dos seus direitos e o desenvolvimento das suas capacidades;
- Detetar e sinalizar todas as crianças com necessidades de intervenção precoce;
- Intervir junto das crianças e famílias, em função das necessidades

identificadas, de modo a prevenir ou reduzir os riscos de atraso de desenvolvimento;

· Apoiar as famílias no acesso a serviços e recursos dos sistemas de segurança social, de saúde e de educação;

· Envolver a comunidade através da criação de mecanismos articulados de suporte social.

No ano de 2016, o SNIPI apoiou um total de 19709 crianças, sendo 3256 as crianças apoiadas na Região Centro, correspondendo a 13% do total nacional.

A Equipa Local de Intervenção Vagos-Oliveira do Bairro é responsável pela implementação e programação da Intervenção Precoce nestes dois concelhos. Para além da atuação de profissionais oriundos dos três Ministérios e da ANIP (Associação Nacional de Intervenção Precoce), a ELI tem protocolo de colaboração com a Câmara Municipal de Vagos e

com a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro. As práticas recomendadas em IPI traduzem-se em intervenções centradas na família e baseadas nas rotinas, em contextos naturais de aprendizagem, no trabalho em equipa, preferencialmente transdisciplinar e ainda na coordenação e integração de serviços e recursos.

Gráfico 16 | Frequência população SNIPI de 2012 a 2016 nas 5 Regiões

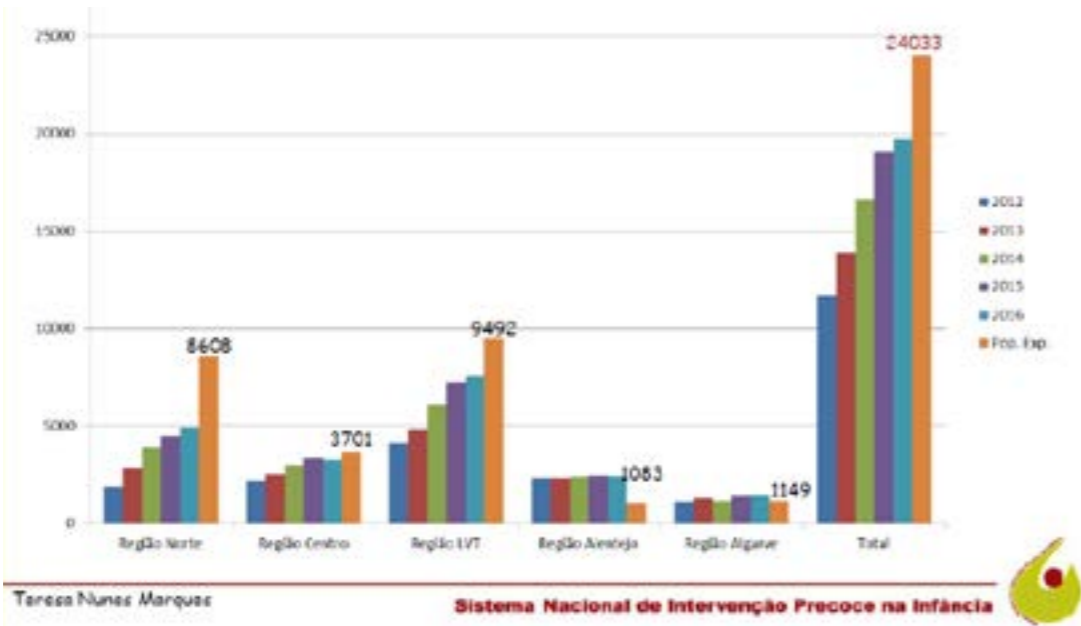


Figura 7 | População Residente em Portugal Continental: Cens 2011  
10 041 813 Habitantes | 649 518 Crianças | 0-6 Anos 24 033 (3,7% Crianças IPI)

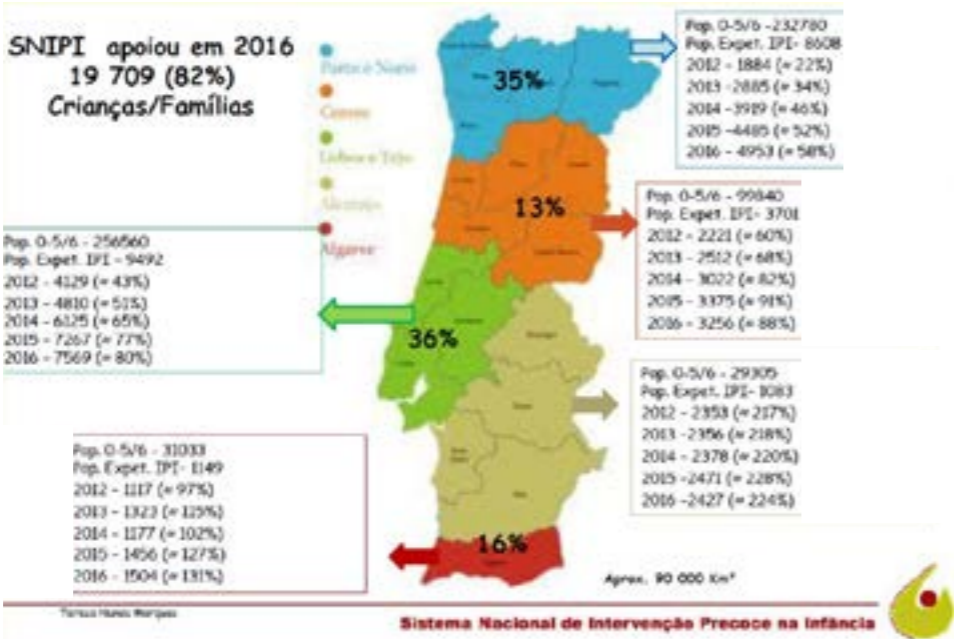


Tabela 50 | Intervenção precoce na infância - Caracterização das crianças acompanhadas pela Equipa Local de Intervenção de Vagos - Oliveira do Bairro

Idade	Número
0 - 3 Anos	24
3 - 6 Anos	71
<b>Total</b>	<b>95</b>

Entidade Referenciadora	Número
Educação Pré-escolar	53
Creche	15
Hospital	10
Família	2
ACES	12
Serviço da Segurança Social	0
CPCJ	1
Outros	2
<b>Total</b>	<b>95</b>

Critério de Elegibilidade	Número
Atraso de desenvolvimento sem etiologia conhecida	43
Atraso de desenvolvimento po condições específicas	16
Crianças expostas a fatores de Risco Ambiental	10
Crianças expostas a fatores de Risco Biológico	1
Condições específicas + Risco Ambiental	1
Risco Biológico + Risco Ambiental	6
Não reúne critérios	18
<b>Total</b>	<b>95</b>

Enquadramento	Número
Pré-escolar	78
Creche	12
Ama	0
Domicílio	5
<b>Total</b>	<b>95</b>

Os primeiros 3 anos de vida de uma criança constituem-se como um período de sensibilidade excecional às influências ambientais – período ‘crítico ou sensível’ –, como uma verdadeira janela de oportunidade para aprender, com um papel determinante na modelagem da estrutura e função do cérebro. Assim, é extraordinária a influência das primeiras experiências e do ambiente na arquitetura cerebral durante os três primeiros anos de vida, período de grande oportunidade e de grande vulnerabilidade para o desenvolvimento. Quanto mais rico e diversificado for este ambiente e experiências, estima-se um impacto mais benéfico e duradouro na criança.

O progresso dos conhecimentos científicos sobre o desenvolvimento precoce deve repercutir-se nas práticas a adotar pelas ELI's, especificamente na definição de um plano estratégico para a divulgação da Intervenção Precoce na Infância na comunidade local, para a facilitação do acesso precoce das famílias e das crianças a este apoio. No Concelho de Vagos, as crianças e suas famílias são referenciadas maioritariamente após integrarem a educação pré-escolar, logo, após os três anos de idade. As creches são a entidade que, logo após os estabelecimentos de educação pré-escolar, mais referenciam. Existe,

contudo, uma diferença significativa entre o número de referenciações feitas por estas duas entidades (53 contra 15). Os serviços de saúde, concelhios e distritais, ocupam o segundo lugar na referenciação de crianças, num total de 22. O sistema de intervenção precoce, e a ELI a nível concelhio, deve dar especial atenção à deteção de crianças potencialmente elegíveis, e os serviços da comunidade, formais e informais, devem comunicar entre si para que as crianças que necessitem de IPI sejam atempadamente identificadas.

Num total de 95 crianças, 90 estão enquadradas em estabelecimento público ou privado de ensino e apenas 5 encontram-se em domicílio. Este dado reflete a importância atribuída pelas famílias à educação formal garantida pela creche e ensino pré-escolar, e reflete ainda a organização da vida familiar ao longo dos últimos anos: pai e mãe trabalham fora de casa, com horário de trabalho incompatível com as necessidades de supervisão e cuidado dos filhos, e com licenças parentais maioritariamente gozadas até aos 4/5 meses. Com efeito, em 2016, as mulheres que beneficiaram do subsídio por licença parental de 120/150 dias foi de 77228, correspondendo a 88,6% das crianças nascidas.

Comparativamente ao número de homens que beneficiaram, em 2016,

da licença parental obrigatória, os números apontam para 58368, correspondendo a 67.3% das crianças nascidas. Importa ainda referir que o número de homens que partilha a licença parental de 120/150 dias tem vindo visivelmente a aumentar ao longo da última década. No mesmo ano, o número de homens que beneficiaram da licença parental obrigatória foi de 26239, correspondendo a 30.2% das crianças nascidas.

Com efeito, de forma a promover realmente o controlo, autonomia das famílias e a sustentabilidade da intervenção, as intervenções com crianças em idades precoces são mais eficazes quando proporcionadas nos seus contextos naturais de aprendizagem, quer seja a casa, a creche, o jardim-de-infância e a própria comunidade, com a sua multiplicidade de serviços.

A grande maioria das crianças referenciadas ao SNIPI apresentam o critério de elegibilidade “Alterações nas funções ou estruturas do corpo”, que limitam o normal desenvolvimento e a participação nas atividades típicas, tendo em conta os referenciais de desenvolvimento próprios, para a respetiva idade e contexto social. A área em que se verifica atraso de desenvolvimento é, na maioria significativa, a área da linguagem e comunicação.

Em segundo lugar, surgem crianças com Atraso de Desenvolvimento por Condições Específicas. As condições específicas, baseiam-se num diagnóstico relacionado com anomalia cromossómica, perturbação neurológica, malformações congénitas, doença metabólica, défice sensorial, doença crónica grave, desenvolvimento

atípico com alterações na relação e comunicação, perturbações graves da vinculação e outras perturbações emocionais.

Em terceiro lugar, surgem as crianças com Risco Grave de Atraso de Desenvolvimento expostas a fatores de risco biológico, e inclui crianças que estão em risco de vir a manifestar limitações na atividade e participação por condições biológicas que interferem claramente com a prestação de cuidados básicos, com a saúde e o desenvolvimento. Baseiam-se num diagnóstico relacionado com história familiar de anomalias genéticas, associadas a perturbações do desenvolvimento, exposição intra-uterina a tóxicos, complicações pré-natais severas, atraso de crescimento intra-uterino, abuso de álcool ou outras substâncias aditivas, maus-tratos ativos e passivos (negligência nos cuidados básicos a prestar à criança (saúde, alimentação, higiene e educação), doença do foro psiquiátrico e doença física incapacitante ou limitativa dos pais.

Consideram-se fatores contextuais, entre outros, o isolamento e/ou pobreza, desorganização familiar, conflitualidade familiar frequente, negligência da habitação a nível da organização do espaço e da higiene) e preocupações acentuadas, expressas por um dos pais, pessoa que presta cuidados à criança ou profissional de saúde, relativamente ao desenvolvimento da criança, ao estilo parental ou interação mãe/pai-criança.

Investir nos primeiros anos de vida passou a ser uma prioridade e uma recomendação estratégica por parte da comunidade científica e de organizações

internacionais, apelando a uma maior atenção ao desenvolvimento precoce e à qualidade de vida das crianças mais pequenas e das suas famílias (UNESCO, 2009; UNICEF, 2014). Neste sentido, as políticas públicas aliadas a uma política da família configuram uma estratégia nacional para a infância, num paradigma preventivo e habilitativo do desenvolvimento e da garantia

de direitos. Comprovadamente, o investimento nos primeiros anos de vida das crianças – tal como o faz a IPI no setor das crianças com deficiência ou em risco – apresenta um dos maiores níveis de retorno social e económico para as famílias, para as sociedades e para os países.

# 4. Ação Social

## 4.1 Ação Social

Durante o ano de 2015 a intervenção realizada no âmbito da ação social, no Concelho de Vagos, foi desenvolvida pelo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social da Rede Local de Intervenção Social (RLIS), cuja entidade promotora foi a Santa Casa da Misericórdia de Vagos. A RLIS constitui-se como uma plataforma colaborativa local de intervenção social que assenta numa lógica de intervenção articulada e integrada de entidades com responsabilidade no desenvolvimento da ação social.

A RLIS surge enquanto projeto piloto no Concelho de Vagos em novembro de 2014, tendo em dezembro de 2015 obtido a prorrogação por mais três anos de funcionamento. Presta atendimento e acompanhamento social a cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tendo como competência territorial o Concelho de Vagos. O Atendimento Social diz

respeito ao atendimento de primeira linha, personalizado, que responde às situações de crise ou emergência sociais; e o Acompanhamento Social destina-se a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais. Realiza 6 horas de atendimento diário, em dias úteis, nas diferentes freguesias do Concelho.

A equipa afeta ao projeto é multidisciplinar, sendo constituída por uma psicóloga e uma assistente social a tempo inteiro e uma coordenadora (assistente social) a 50%.

Seguidamente proceder-se-á à análise de alguns dados estatísticos somente relativos às famílias que se encontram em Acompanhamento Social (e não em Atendimento Social) que espelham a intervenção e o trabalho desenvolvido pela RLIS no Concelho de Vagos.

Tabela 51 | Número de Processos por Freguesia

Freguesia	Número de Processos
Vagos	33
Santa Catarina	8
Santo António	13
Santo André	20
Soza	26
Ponte de Vagos	17
Ouca	12
Gafanha da Boa Hora	36
Fonte de Angeão	6
Covão do Lobo	14
Calvão	24
<b>Total</b>	<b>209</b>

As freguesias com maior número de processos em acompanhamento são a Gafanha da Boa Hora e Vagos, esta situação prende-se com a dimensão destes territórios, que implicam um maior número de habitantes e consequentemente um maior número de problemáticas sociais associadas.

Tabela 52 | Caracterização quanto ao género

Género	Número de Pessoas
Masculino	237
Feminino	295
<b>Total</b>	<b>532</b>

Relativamente ao número de homens e mulheres em acompanhamento, as mulheres encontram-se em maioria, com 295 mulheres identificadas em acompanhamento pela RLIS.

Tabela 53 | Caracterização quanto à tipologia da família

Tipo de Família	Número
Unipessoal	42
Monoparental Masculina	1
Monoparental Feminina	46
Nuclear com filhos	52
Nuclear com filhos autonomizados	22
Nuclear sem filhos	15
Alargada	25
Reconstituída	6

Quanto à constituição das famílias, as famílias nucleares com filhos representam 52 agregados seguidas das famílias monoparentais femininas com 46 agregados identificados. As famílias monoparentais representam uma fatia significativa desta amostra atendendo as atuais situações de divórcio ou separação.

Tabela 54 | Problemáticas Identificadas na família

Problemas Existentes na Família	Número de Agregados
Desemprego	90
Hábitos Etílicos	15
Violência doméstica	6
Comportamentos Aditivos	5
Má gestão de recursos	12
Más condições de Habitação	17
Insuficiência de Rendimentos	108
Endividamento	8
Saúde Mental	27
Deficiência	27
Doença	60

As problemáticas mais comuns identificadas nos agregados familiares que recorrem ao Serviço da RLIS são a insuficiência de rendimentos para fazer face às despesas; o desemprego e a doença.

Tabela 55 | Situação Profissional

Ocupação	Número de indivíduos
Pensionista	130
Empregado	109
Desempregado	163
Integrados em equipamento de ensino/formação	93
Outras	37

Na maioria dos indivíduos em acompanhamento a situação profissional/ocupação é de desempregado, sendo que também há um grande número de pensionistas, representado por 130 indivíduos. Muitas vezes o valor reduzido das pensões manifesta-se insuficiente para fazer face aos encargos com saúde alimentação e habitação, o que leva as famílias a recorrerem ao atendimento e acompanhamento social da RLIS.

Tabela 56 | Caracterização dos beneficiários quanto à idade

Idade	Número de indivíduos
Menos de 18	130
19-27	54
28-37	45
38-47	92
48-57	84
58-67	72
68-77	32
Mais de 78	23

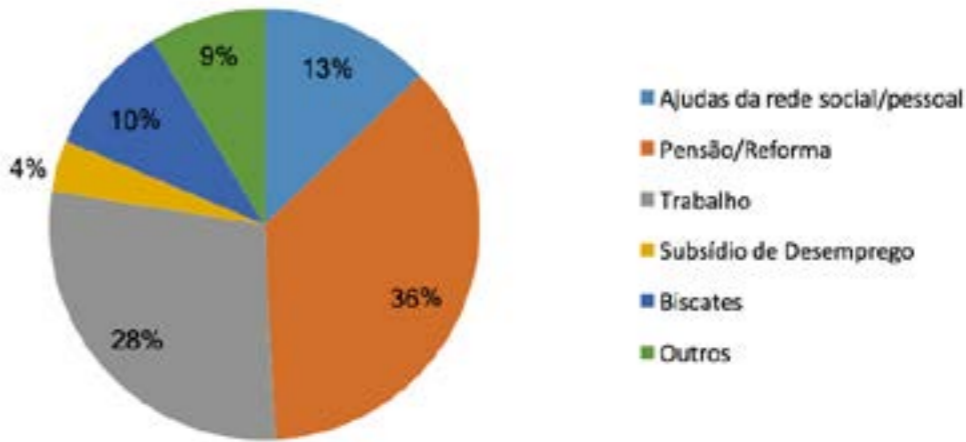
Atendendo ao elevado número de famílias nucleares com filhos e agregados monoparentais, registam-se no acompanhamento da RLIS 130 menores de 18 anos. A faixa etária dos 38-47 e dos 48-57 apresenta ainda a fatia mais significativa da população acompanhada.

Tabela 57 | Principais Fontes de Rendimento

Principais Fontes de Rendimento	Número de indivíduos
Ajudas da rede social/pessoal	40
Pensão/Reforma	113
Trabalho	88
Subsídio de Desemprego	12
Biscates	31
Outros	27
<b>Total</b>	<b>311</b>

As principais fontes de rendimento provêm da pensão e de rendimentos e trabalho, O trabalho não declarado “biscates” e ainda as ajudas da rede social/pessoal, são identificadas também como outras fontes de rendimento com 31 e 40 indivíduos sucessivamente.

Gráfico 17 | Principais Fontes de Rendimento



# 4.2 Instituições Particulares de Solidariedade Social IPSS - Terceiro Setor

As Instituições Particulares de Solidariedade Social, tem atualmente no concelho de Vagos uma grande cobertura territorial, existindo um total de onze IPSS distribuídas por todo o concelho.

As IPSS assumem grande importância enquanto Entidades promotoras de respostas sociais junto das suas comunidades e impulsionadoras do desenvolvimento local, através da promoção e dinamização das economias locais onde se inserem.

“A promoção solidária destas mesmas instituições constitui, assim, a raiz da sua ação, assente na capacidade de inovação e adaptação, face às respostas sociais necessárias. Importa referir que, para além da importância que o setor social e solidário possui no apoio aos cidadãos, as IPSS adquirem uma outra e especial importância na dinamização das economias locais onde estão implementadas, constituindo-se, assim, como agentes da dita economia social. A sua capacidade de dinamização económica e social é, hoje, reconhecida e valorizada por todos, desde logo, pelo peso que possui no emprego em Portugal, cerca de 5,5 %, e porque em momentos de crise é uma economia que se comporta de forma expansionista e em contraciclo, quando comparado com os outros setores tradicionais da economia. Uma economia que é das

peçoas, para as peçoas e que respeita as comunidades. Com efeito, a ação de solidariedade social exercida pelas IPSS não se encerra, apenas, no setor da segurança social, abrangendo igualmente outros domínios, como a saúde, a educação ou, ainda, em áreas em que as necessidades sociais dos indivíduos e das famílias encontram apoio e resposta. Por via da sua proximidade junto da sociedade, as IPSS têm demonstrado, pela sua ação, possuir capacidade para responder com elevada eficácia às situações de emergência social e de apoio aos cidadãos em situação de maior vulnerabilidade. A promoção solidária destas mesmas instituições constitui, assim, a raiz da sua ação, assente na capacidade de inovação e adaptação, face às respostas sociais necessárias. ” Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro.

Os dados abaixo apresentados, foram retirados do inquérito dirigido às IPSS do concelho de Vagos, elucidam sobre o funcionamento das mesmas, bem como apresentam as respostas sociais<sup>4</sup> existentes. Apresentam-se neste capítulo, os dados, que versaram sobre: Identificação da IPSS; Respostas Sociais; Capacidade dos Equipamentos (nº de Lugares com Acordo de Cooperação com a Segurança Social, frequência, proveniência dos utentes e número de inscrições em lista de espera nos últimos três meses).

<sup>4</sup> Anexo 3- RESPOSTAS SOCIAIS: Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, ano de 2006

Com base nas respostas aos questionários dadas pelas Instituições, o panorama das respostas sociais pode ser analisado pela observação dos quadros seguintes:

Tabela 58 | IPSS do Concelho - Respostas Sociais

Equipamentos	Respostas Sociais
Associação Boa Hora	Creche
	CATL
	Centro de dia
	Serviço de Apoio Domiciliário
Associação de Solidariedade Social e Cultural de Santo André de Vagos	Cantina Social
	CATL
	Creche
	Estabelecimento de Educação
Associação BETEL - Ponte de Vagos	Pré-escolar
	CATL
	Centro de dia
	Serviço de Apoio Domiciliário
Centro de Ação Social de Covão do Lobo	Serviço de Apoio Domiciliário
	ERPI - Estrutura Residencial para Idosos
	Cantina Social
	Creche
Centro Social e Bem Estar de Ouca	CATL
	Serviço de apoio Domiciliário
	ERPI - Estrutura Residencial para Idosos
	AAAF
Centro Social da Freguesia de Soza	Creche
	CATL
	Serviço de Apoio Domiciliário
	Creche
Centro Social e Paroquial de Calvão	CATL
	Centro de dia
	Serviço de Apoio Domiciliário
	Creche

	Creche Estabelecimento de Ensino Pré-escolar CATL Centro de dia Comissão Apoio Social e Desenvolvimento de Santa Catarina Serviço de Apoio Domiciliário Centro de Atividades Ocupacionais Lar para Pessoas Portadoras de Deficiência Residência Autónoma Cantina Social
Centro Social e Paroquial de Fonte de Angeão	Creche CATL Serviço de Apoio Domiciliário
Centro Social Paroquial de Santo António	Serviço de Apoio Domiciliário Estrutura Residencial para Idosos
	Creche (2) Estabelecimento de Educação Pré-escolar Serviço de Apoio Domiciliário ERPI - Estrutura Residencial para Idosos Centro de Acolhimento Temporário RLIS - Rede Local de Intervenção Social Cantina Social
Santa Casa da Misericórdia de Vagos	

Fonte: Questionários aplicados às IPSS do Concelho de Vagos - Ano de 2016

No seguimento da identificação das IPSS do concelho, procedeu-se a uma análise mais detalhada das respostas sociais existentes em cada uma delas. Nesta segunda abordagem, foi

identificada por IPSS, a capacidade do Equipamento; número de lugares em acordo de cooperação; frequência do Equipamento; proveniência dos utentes e inscrições em lista de espera nos últimos 3 meses.

Tabela 59 | Associação Boa Hora

Resposta Social	Capacidade do Equipamento	Nº de lugares em acordo de cooperação	Frequência do Equipamento	Proveniência (Nº Utentes)		Inscrições em lista de espera nos últimos 3 meses
				Concelho	Fora do Concelho	
Creche	32	20	20	18	2	0
CATL	26	20	26	23	5	0
Centro de dia	15	12	15	8	7	0
Serviço de Apoio Domiciliário	15	15	15	12	3	0
Cantina Social	10	--	--	10	0	--

A **Associação Boa Hora** encontra-se situada na freguesia Gafanha da Boa Hora. A instituição tem protocolado as seguintes respostas sociais: Creche; CATL; Centro de Dia; Serviço de Apoio Domiciliário e Cantina Social.

Tabela 60 | Associação de Solidariedade Social e Cultural de Santo André de Vagos

Resposta Social	Capacidade do Equipamento	Nº de lugares em acordo de cooperação	Frequência do Equipamento	Proveniência (Nº Utentes)		Inscrições em lista de espera nos últimos 3 meses
				Concelho	Fora do Concelho	
CATL	40	25	40	40	0	0

A **Associação de Solidariedade Social e Cultural de Santo André de Vagos** encontra-se situada na freguesia Santo André de Vagos. A Instituição, tem como respostas sociais, CATL; AAAF.

Tabela 61 | Associação BETEL - Ponte de Vagos

Resposta Social	Capacidade do Equipamento	Nº de lugares em acordo de cooperação	Frequência do Equipamento	Proveniência (Nº Utentes)		Inscrições em lista de espera nos últimos 3 meses
				Concelho	Fora do Concelho	
Creche	66	66	66	--	--	5
Estabelecimento de Educação Pré-escolar	66	66	66	--	--	4
CATL	58	58	47	--	--	0
Centro de dia	15	11	11	--	--	0
Serviço de Apoio Domiciliário	26	26	21	--	--	0

A Associação BETEL é uma instituição que se encontra sediada na localidade de ponte de Vagos, freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina. A Instituição tem em funcionamento as seguintes respostas sociais: Creche, Estabelecimento de Educação Pré-Escolar, CATL (Centro de Atividades de Tempos Livres); Centro de Dia; Serviço de Apoio Domiciliário e Cantina Social.

Tabela 62 | Centro de Ação Social de Covão do Lobo

Resposta Social	Capacidade do Equipamento	Nº de lugares em acordo de cooperação	Frequência do Equipamento	Proveniência (Nº Utentes)		Inscrições em lista de espera nos últimos 3 meses
				Concelho	Fora do Concelho	
Creche	33	18	17	17	0	0
CATL	40	12	8	8	0	0
Serviço de Apoio Domiciliário	30	24	14	14	0	0
ERPI - Estrutura Residencial para Idosos	17	17	17	16	1	3
Cantina Social	--	4	--	--	--	--

O **Centro de Ação Social de Covão do Lobo** encontra-se situado na localidade de Covão do Lobo, freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo. O Centro de Ação Social de Covão do Lobo tem em funcionamento: Creche;

CATL; Serviço de Apoio Domiciliário; ERPI – Estrutura Residencial para Idosos; Cantina Social e Outro (s) tipo (s) de serviço (s) – Apoio informativo de cariz social, resposta social de componente de apoio à família.

Tabela 63 | Centro Social e Bem Estar de Ouca

Resposta Social	Capacidade do Equipamento	Nº de lugares em acordo de cooperação	Frequência do Equipamento	Proveniência (Nº Utentes)		Inscrições em lista de espera nos últimos 3 meses
				Concelho	Fora do Concelho	
Creche	30	15	10	10	0	0
Serviço de Apoio Domiciliário	30	30	30	30	0	0
ERPI - Estrutura Residencial para Idosos	37 - CC 33 - LSM	37 - CC 33 - LSM	37 - CC 33 - LSM	40	30	14
AAAF	11	--	11	11	0	0

O Centro Social e Bem Estar de Ouca tem a sua sede na freguesia de Ouca. As respostas sociais que a instituição tem ao dispor são: Creche; Serviço de

Apoio Domiciliário; ERPI – Estrutura Residencial para Idosos, AAAF – Atividades de Animação e Apoio à Família e Cantina Social.

Tabela 64 | Centro de Social da Freguesia de Soza

Resposta Social	Capacidade do Equipamento	Nº de lugares em acordo de cooperação	Frequência do Equipamento	Proveniência (Nº Utentes)		Inscrições em lista de espera nos últimos 3 meses
				Concelho	Fora do Concelho	
Creche	33	30	31	30	1	3
CATL	20	12	12	12	0	0
Serviço de Apoio Domiciliário	60	55	55	55	0	0

O **Centro Social da Freguesia de Soza** está localizado na freguesia de Soza. A Instituição apresenta as

seguintes respostas sociais: Creche; CATL e Serviço de Apoio Domiciliário.

Tabela 65 | Comissão de Apoio Social e Desenvolvimento de Santa Catarina

Resposta Social	Capacidade do Equipamento	Nº de lugares em acordo de cooperação	Frequência do Equipamento	Proveniência (Nº Utentes)		Inscrições em lista de espera nos últimos 3 meses
				Concelho	Fora do Concelho	
Creche	35	20	21	21	0	0
Estabelecimento de Educação Pré-escolar	22	22	19	19	0	0
CATL	40	22	15	15	--	--
Centro de dia	15	12	14	14	--	--
Serviço de Apoio Domiciliário	40	40	38	34	4	--
Centro de Atividades Ocupacionais	15	15	15	9	6	--
	30	21	27	14	13	--
Lar para Pessoas Portadoras de Deficiência	26	24	26	11	15	22
Residência Autónoma	5	5	5	2	3	2
Cantina Social	--	91	72	72	--	--

A **Comissão de Apoio Social e Desenvolvimento de Santa Catarina** encontra-se situada na localidade de Santa Catarina, Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina. Como respostas sociais, a Instituição dispõe de: Creche;

Estabelecimento de Educação Pré-Escolar; CATL; Centro de Dia; Serviço de Apoio Domiciliário; Centro de Atividades Ocupacionais; Lar para pessoas portadoras de Deficiência; Residência Autónoma; Cantina Social.

Tabela 66 | Centro Social Paroquial de Calvão

Resposta Social	Capacidade do Equipamento	Nº de lugares em acordo de cooperação	Frequência do Equipamento	Proveniência (Nº Utentes)		Inscrições em lista de espera nos últimos 3 meses
				Concelho	Fora do Concelho	
Creche	42	30	39	--	--	0
CATL	50	50	50	--	--	0
Centro de dia	30	30	30	--	--	--
Serviço de Apoio Domiciliário	50	50	50	--	--	--

O **Centro Social de Calvão** situa-se na freguesia Calvão. A IPSS tem em funcionamento as seguintes respostas sociais: Creche; CATL; Centro de Dia; Serviço de Apoio Domiciliário.

Tabela 67 | Centro Social e Paroquial de Fonte de Angeão

Resposta Social	Capacidade do Equipamento	Nº de lugares em acordo de cooperação	Frequência do Equipamento	Proveniência (Nº Utentes)		Inscrições em lista de espera nos últimos 3 meses
				Concelho	Fora do Concelho	
Creche	35	11	8	8	0	0
CATL	25	15	15	14	1	0
Serviço de Apoio Domiciliário	20	20	20	16	4	0

O **Centro Social Paroquial de Fonte de Angeão** encontra-se localizado na localidade de Fonte de Angeão, freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo.

Tem em funcionamento as seguintes repostas sociais: Creche; CATL e Serviço de Apoio Domiciliário.

Tabela 68 | Centro Social Paroquial de Santo António

Resposta Social	Capacidade do Equipamento	Nº de lugares em acordo de cooperação	Frequência do Equipamento	Proveniência (Nº Utentes)		Inscrições em lista de espera nos últimos 3 meses
				Concelho	Fora do Concelho	
Serviço de Apoio Domiciliário	30	27	30	30	0	0
ERPI - Estrutura Residencial para Idosos	44	40	44	33	11	13

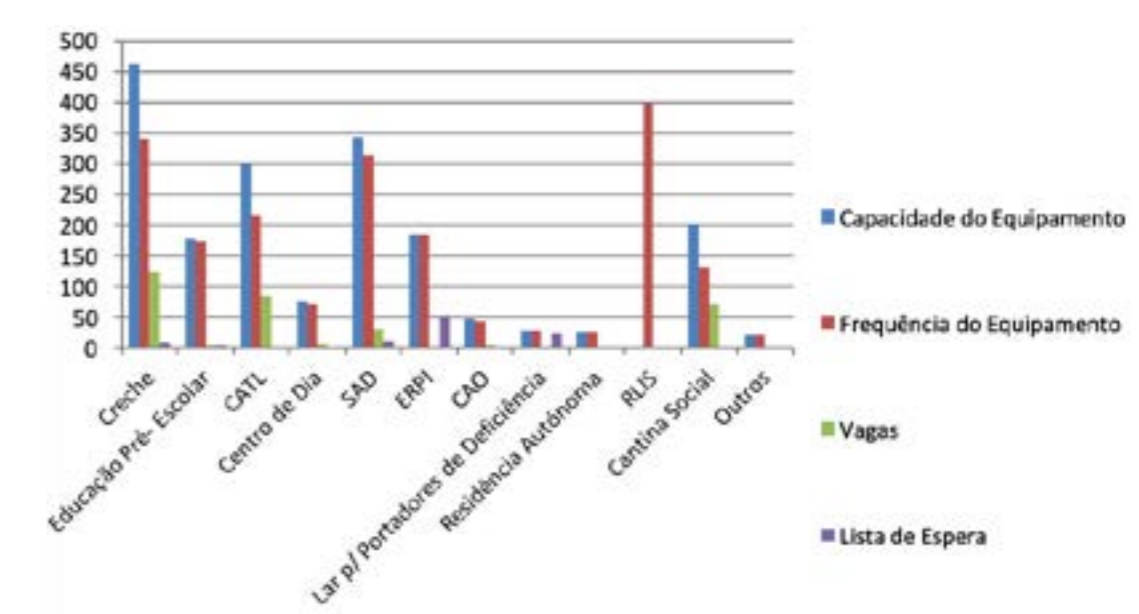
O Centro Social Paroquial de Santo António está situado na localidade de Santo António de Vagos, freguesia de Vagos e Santo António. Dispõe das seguintes respostas sociais: Serviço de Apoio Domiciliário; ERPI – Estrutura Residencial para Idosos; e Cantina Social.

Tabela 69 | Comissão de Apoio Social e Desenvolvimento de Santa Catarina

Resposta Social	Capacidade do Equipamento	Nº de lugares em acordo de cooperação	Frequência do Equipamento	Proveniência (Nº Utentes)		Inscrições em lista de espera nos últimos 3 meses
				Concelho	Fora do Concelho	
Creche	113	113	112	100	12	0
Creche ZIV	42	15	15	12	3	0
Estabelecimento de Educação Pré-escolar	88	88	88	80	8	0
Serviço de Apoio Domiciliário	40	30	30	0	0	0
ERPI- Estrutura Residência para Idosos	53	53	53	24	29	22
Centro de Acolhimento Temporário	20	20	20	0	20	0
Rede Local de Intervenção Social	--	--	397	--	--	--
Cantina Social	100	44	59	--	0	--

A **Santa Casa da Misericórdia de Vagos** situa-se na vila de Vagos, freguesia de Vagos e Santo António de Vagos. A Instituição apresenta as seguintes respostas sociais: Creche; Estabelecimento de Educação Pré-Escolar; Serviço de Apoio Domiciliário; ERPI – Estrutura Residencial para Idosos; Centro de Acolhimento Temporário; Cantina Social, GIP – Gabinete de Inserção Profissional e Centro de Medicina Física e Reabilitação.

Gráfico 18 | Respostas Sociais das IPSS no Concelho de Vagos



Analisando os dados estatísticos das IPSS, é possível concluir que, na resposta social de Creche:

- a) 4 das 9 IPSS têm vagas com acordo de cooperação, num número variável entre 1 e 5 lugares;
- b) 8 das 9 IPSS têm vagas extra acordo (correspondendo à capacidade física do equipamento) num numero variável entre 1 e 27 lugares, traduzindo uma distribuição não homogénea pelo Concelho;
- c) Fonte de Angeão e Covão do Lobo, e Ouca são as freguesias que apresentam taxa de crescimento efetivo negativa mais significativa, encontrando correspondência nas três IPSS cujo número de vagas em creche é mais elevado. Santo André de Vagos, por sua vez, apresenta a terceira taxa de crescimento efetivo negativa, não existindo nesta freguesia a resposta social de creche;
- d) A Associação BETEL tem a totalidade da sua capacidade preenchida, a Santa Casa da Misericórdia de Vagos tem apenas 1 lugar vago e o Centro Social de Soza apenas 2 lugares vagos, sendo portanto as três IPSS com a (quase) totalidade da sua capacidade atingida.

e) 2 das 9 IPSS têm lista de espera, Associação BETEL, na Ponte de Vagos, e Centro Social de Soza, coincidindo com zonas de expansão industrial, forte empregabilidade e elevadas taxas de natalidade.

Observada a taxa bruta de natalidade entre 1981 e 2016, verifica-se uma diminuição da mesma de 13,6‰ para 7,7‰ no Município de Vagos, seguindo a tendência da região de Aveiro.

A resposta de Educação Pré-Escolar é disponibilizada por três IPSS, nas freguesias de Vagos e Santo António, Ponte de Vagos e Santa Catarina, sendo que duas delas apresentam ocupação total, havendo apenas 3 vagas na CASDSC. Os equipamentos públicos de Ensino Pré-escolar estão distribuídos uniformemente pelas 9 freguesias e dão resposta à quase totalidade dos alunos na faixa etária compreendida entre os 3 e os 6 anos, motivo pelo qual esta resposta social representa uma baixa percentagem dos utentes em IPSS. A lista de espera, é, portanto, residual.

As respostas sociais de CATL e AAAF, também apresentam uma lista de frequência inferior à capacidade, com especial relevo para o CATL, com um número de vagas que ronda os 30%.

A evolução do quadro social e familiar tem influenciado as medidas de orientação política, no que diz respeito à educação pré-escolar e ensino básico, já que aquela nos dá conta de alterações na sua organização ao longo dos últimos anos: pai e mãe trabalham fora de casa, com horário de trabalho incompatível com o horário escolar dos filhos; aumento do número de famílias monoparentais; redução do número de elementos na família;

aumento da idade da reforma, sendo que os avós ainda estão empregados ou vivem longe. Contudo, no Concelho de Vagos, a resposta da família alargada no suporte às necessidades de supervisão e prestação de cuidados às crianças parece justificar as vagas existentes nestas respostas sociais. As IPSS onde a capacidade se encontra atingida na quase totalidade coincide com aquelas que servem os dois Centros Escolares – Associação BETEL e Associação Boa-Hora – e com aquela que serve um maior número de Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, Associação de Solidariedade Social e Cultural de Santo André de Vagos.

Na área Sénior, há uma ocupação quase total das respostas sociais de Serviço de Apoio Domiciliário e de Centro Dia. Em ERPI a frequência do equipamento é total, e realça-se a presença da maior lista de espera comparativamente a todas as outras respostas sociais. Este dado reflete o envelhecimento da população. Quando analisados os índices de envelhecimento e de dependência dos idosos, observa-se um aumento desses valores no último decénio. Conforme caracterização sociodemográfica feita anteriormente, no último período intercensitário houve uma redução generalizada dos grupos etários mais jovens e um aumento dos grupos etários mais elevados (mais evidente no grupo etário dos 75 e mais anos, com 47,4%). Existem necessidades específicas inerentes ao processo de envelhecimento, quer para o indivíduo, quer para a família próxima. Do ponto de vista do indivíduo, as questões da saúde, da autonomia e da socialização, determinam a necessidade desta resposta social. Para a família próxima que, por se encontrar ainda em idade laboral, distante geograficamente ou

a prestar cuidados aos descendentes, a resposta em ERPI afigura-se como incontornável na garantia de prestação de cuidados aos mais idosos e/ou dependentes.

No que respeita a área da deficiência, no Concelho de Vagos, a CASDSC é a Instituição com respostas sociais específicas dirigidas a esta população. A residência autónoma e o CAO apresentam ocupação total, verificando-se lista de espera na resposta social de lar residencial. A CERCI Mira, o CASCI na Costa Nova, e o Centro Social Paroquial S. Pedro da Palhaça servem alguns dos munícipes, que obtêm respostas sociais em concelhos vizinhos. Dinamizar a cooperação intermunicipal com as instituições que defendem os direitos e interesses das pessoas com deficiências ou incapacidade

e suas famílias, constitui-se como uma abordagem indispensável na promoção da participação ativa das pessoas com deficiência em todos os domínios da sociedade.

A Rede Local de Intervenção Social, apresenta um atendimento efetivo a 397 famílias em situação de vulnerabilidade social, distribuídas por todas as freguesias do concelho, e melhor caracterizado no capítulo III. A Cantina Social, uma resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, tem como objetivo suprir as necessidades alimentares dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da disponibilização de refeições. No ano de 2016, foram disponibilizadas 131 refeições diárias.

## 4.3 CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vagos

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vagos foi constituída ao abrigo da Portaria de instalação n.º 127/2002, de 9 de fevereiro.

De acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 12.º, da Lei 142/15, de 8 de setembro, as CPCJ são instituições oficiais não judiciais com autonomia funcional que visam promover os

direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

A intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, representante legal ou quem tenha a

guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento.

A CPCJ tem competência para aplicar medidas de promoção e proteção em

meio natural de vida - apoio junto dos pais ou familiares, confiança a pessoa idónea, apoio para a autonomia de vida - e pode ainda aplicar a medida de acolhimento familiar ou residencial.

## Atividade Processual - CPCJ de Vagos

O estudo da atividade processual da CPCJ de Vagos implica a análise do total de processos acompanhados. Esta análise exige, desde logo, a decomposição do fluxo processual em três categorias essenciais:

. Total de Entradas ou Volume Processual: corresponde à soma dos processos transitados de anos anteriores, dos processos instaurados no ano em análise e dos processos reabertos nesse mesmo ano.

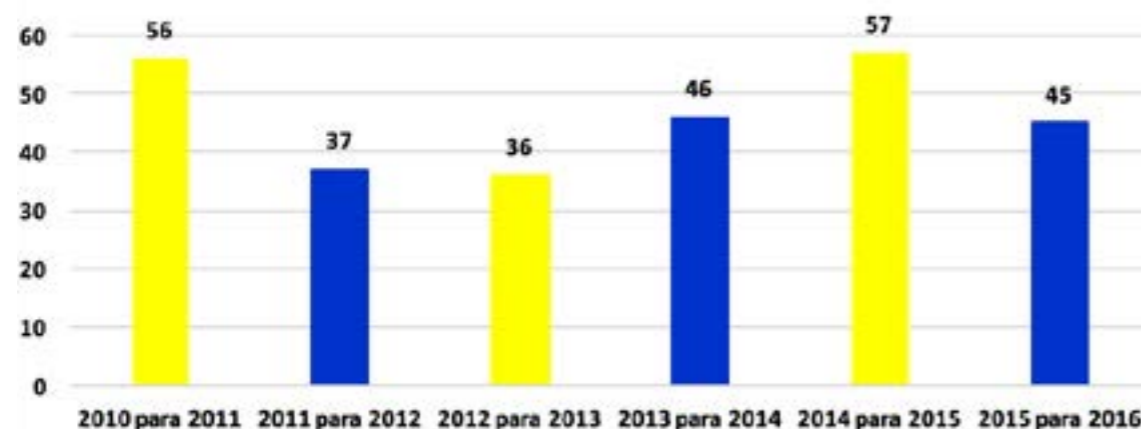
. Saídas ou Arquivamento: corresponde ao total de processos findos no ano em análise. O seu valor é encontrado somando

o número de processos arquivados liminarmente, o número de processos arquivados após o início da intervenção da CPCJ e os processos transferidos para outras CPCJ;

. Processos Ativos no final do ano em análise: corresponde a diferença entre o número de processos entre o volume processual global e o número de processos arquivados no ano.

. Os gráficos seguintes permitem a visualização comparativa dos dados do fluxo processual da CPCJ de Vagos de 2010 a 2016.

**Gráfico 19 | Evolução dos Processos Transitados de 2010 a 2016**

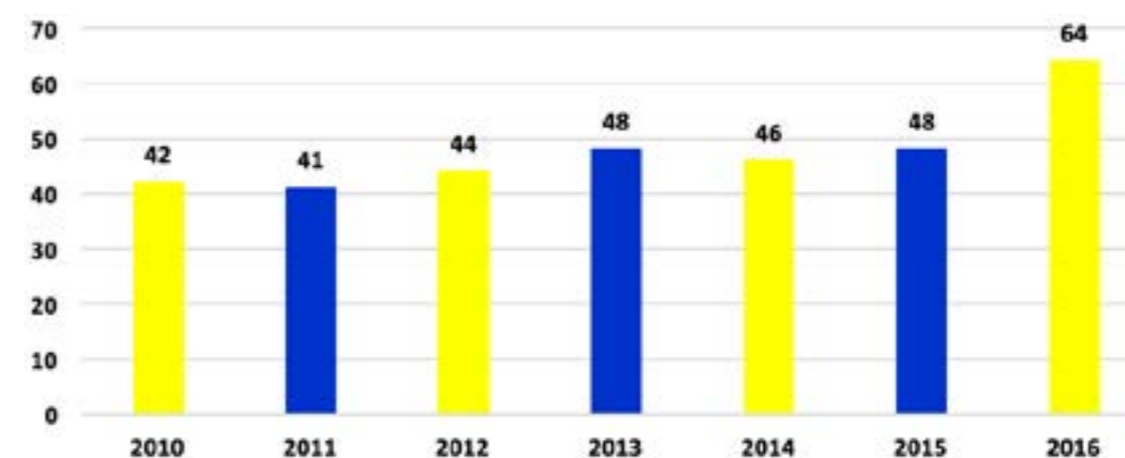


Os processos transitados são todos os processos ativos às 00:00 de 1 de Janeiro do ano em análise, ou seja, todos os processos que não se encontram no estado arquivado.

O número de processos transitados para 2016 foi inferior ao do ano anterior, registando-se uma diminuição de 12 processos.

Verifica-se uma diminuição, igualmente significativa, dos processos transitados de 2011 para 2012 em relação aos transitados de 2010 para 2011, não se verificando diferenças significativas nos restantes anos.

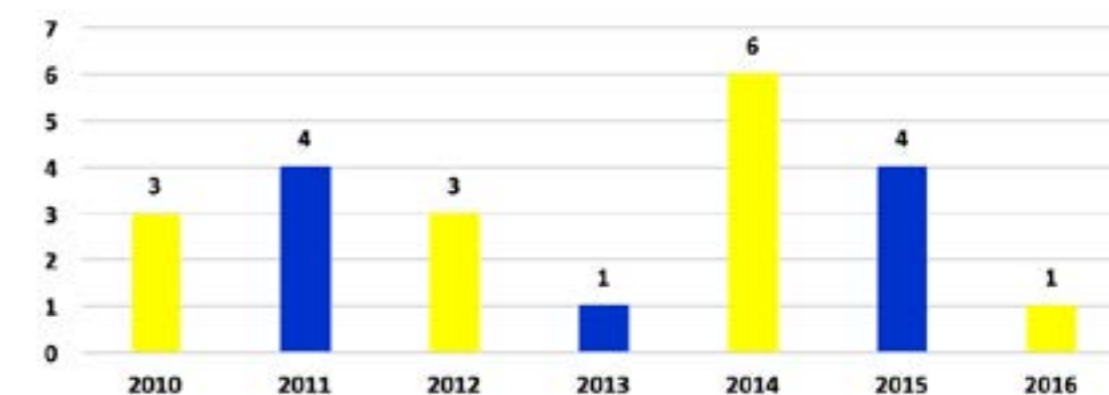
**Gráfico 20 | Evolução dos Processos Instaurados – Novos Processos de 2010 a 2016**



Em 2016 foram instaurados 64 processos de promoção e proteção. Este valor traduz um aumento significativo de processos em relação ao verificado

nos anos anteriores, onde o número de processos instaurados não sofreu diferenças significativas, mantendo-se entre os 41 e os 48 processos.

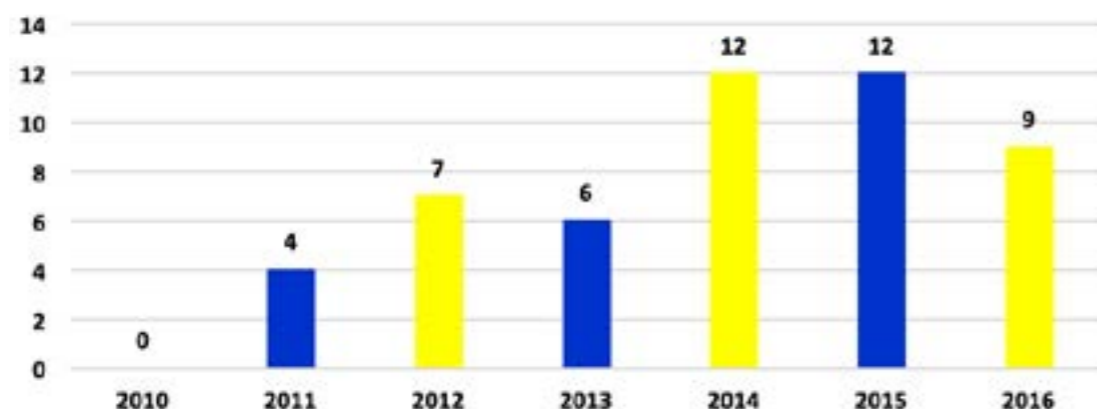
**Gráfico 21 | Evolução dos Processos Instaurados – Recebidos de outras CPCJ – de 2010 a 2016**



Os processos recebidos de outras CPCJ correspondem aos processos que foram transferidos de outra CPCJ de origem diferente da atual e independente do estado atual do processo.

O gráfico anterior representa o número de processos recebidos de outras CPCJ por mudança da competência territorial.

**Gráfico 22 | Evolução dos Processos Reabertos de 2010 a 2016**

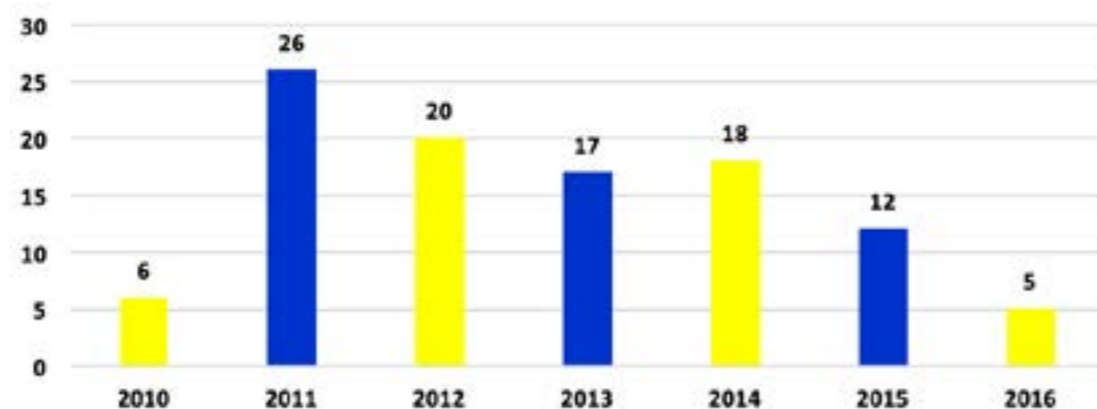


Este gráfico permite fazer a leitura dos processos que foram arquivados em qualquer ano e abertos no ano em análise na CPCJ.

Assinale-se, em 2016, a reabertura de 9 processos. Este número traduz uma diminuição de 3 processos face ao número verificado nos dois anos anteriores.

Observando o gráfico anterior destacam-se duas tendências opostas, uma de crescimento entre 2010 e 2012 e outra de decréscimo entre 2014 e 2016.

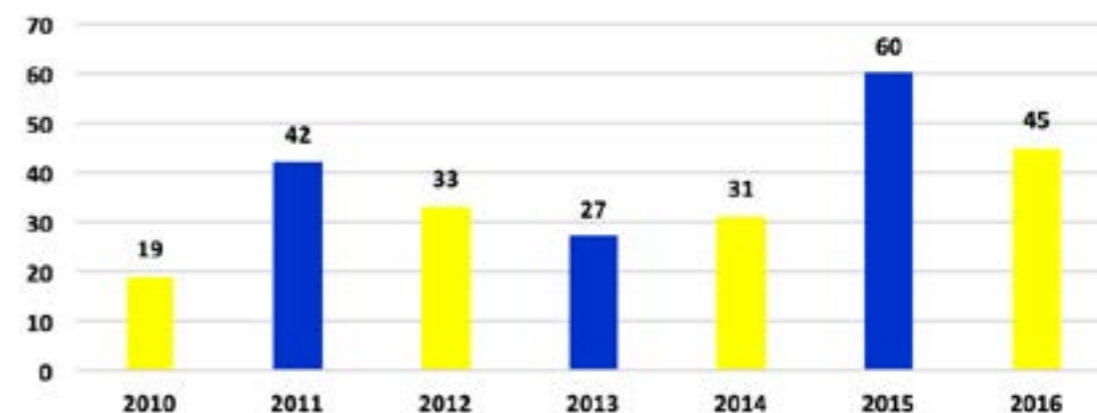
**Gráfico 23 | Evolução dos Processos Arquivados em Fase Preliminar de 2010 a 2016**



Recebida a sinalização de uma criança em situação de perigo, a CPCJ, após apreciação da situação, pode decidir pela abertura ou reabertura de um processo ou pelo arquivamento imediato do caso quando se verifique manifesta desnecessidade de intervenção. Caso se verifique esta última situação, trata-se de um arquivamento liminar.

Em 2016, foram arquivados em fase preliminar 5 processos, o que confirma o decréscimo verificado desde 2014. Verificou-se, igualmente, uma tendência de decréscimo de 2011 a 2013, tendo havido em 2014 o aumento de 1 processo.

**Gráfico 24 | Evolução dos Processos Arquivados em Fase Pós-Preliminar de 2010 a 2016**

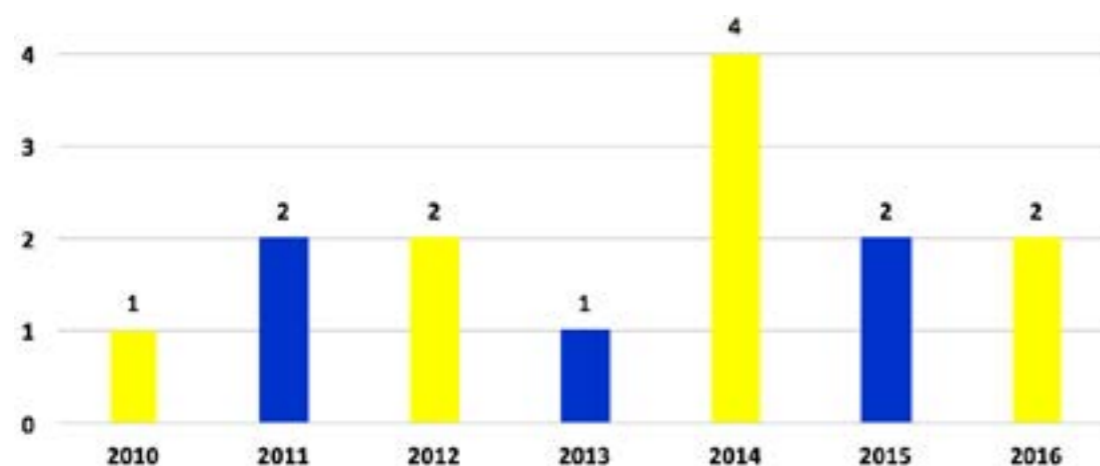


Após ter sido prestado o consentimento pelos pais, representante legal ou pessoa que tenha a guarda de facto e verificada a não oposição da criança ou jovem com mais de 12 anos (ou idade inferior caso a criança tenha capacidade para compreender o sentido e alcance da intervenção), poderão ocorrer vicissitudes no processo que determinam a cessação da intervenção da CPCJ, seja pela extinção da situação de perigo, seja porque a competência para intervir passou a ser do Tribunal ou de outra entidade.

Em 2016, foram arquivados em fase pós-preliminar (processos que foram arquivados após aplicação de medida de promoção e proteção) 45 processos, uma diminuição de 15 processos em relação ao ano anterior.

Verifica-se, igualmente, uma tendência de decréscimo de 2011 a 2013, tendo havido em 2014 o aumento de 4 processos.

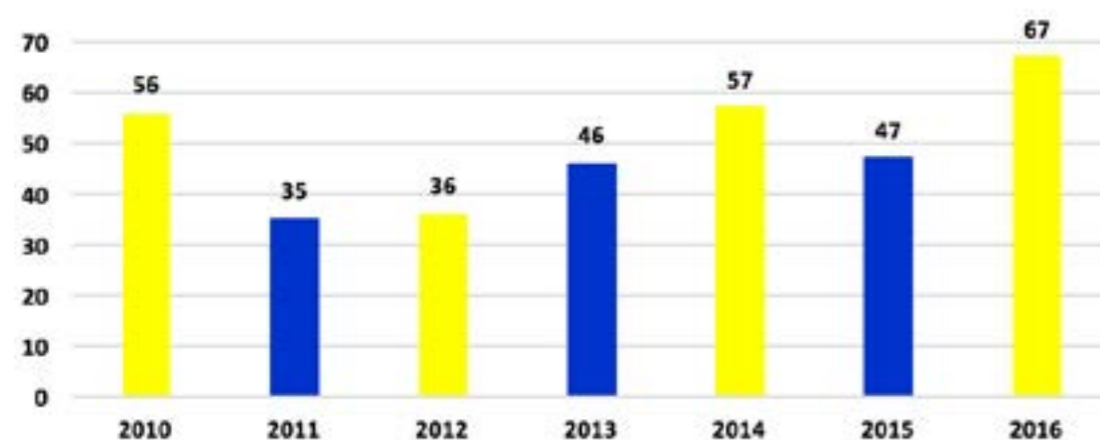
**Gráfico 25 | Evolução dos Processos Enviados para outras CPCJ de 2010 a 2016**



O gráfico anterior refere-se a todos os processos transferidos no estado ativo. Em 2016 foram transferidos para outras CPCJ, por mudança da competência territorial, 2 processos,

mantendo-se a tendência desde 2010, entre 1 e 2 processos, e verificando-se um aumento em 2014, de 4 processos transferidos.

**Gráfico 26 | Evolução do Total de Processos Ativos de 2010 a 2016**



O gráfico anterior corresponde à diferença entre o número de processos entrados e findos em cada ano.

Em 2016 verifica-se que o número de processos ativos é o mais elevado desde 2010.

Verifica-se uma tendência de crescimento de 2011 a 2014, tendo diminuído em 2014 (diminuição de 10 processos em relação a 2014), bem como um aumento significativo em 2016 (aumento de 20 processos em relação a 2015).

## Entidades Sinalizadoras em Processos 2016

A instauração ou reabertura de um processo de promoção e proteção implica a receção, pela CPCJ, de uma comunicação evidenciando uma situação de perigo. Em 2016, a CPCJ de Vagos identificou 119 comunicações de situações de perigo.

Em 2016, as entidades com maior número de comunicações de situações de perigo à Comissão foram, por ordem decrescente, as seguintes: Autoridade Policial, Estabelecimentos de Ensino e Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

### Problemáticas Sinalizadas em Processos - 2016

Analisam-se, agora, as principais situações de perigo, comunicadas à CPCJ, das crianças e jovens com processo de promoção e proteção no ano de 2016.

Da leitura da grelha é possível observar que as situações de perigo comunicadas à CPCJ de Vagos incidem nas seguintes problemáticas:

Tabela 70 | Problemáticas sinalizadas em processos - 2016

Problemática	Número de Processos
Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança/jovem	31
A criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada	10
Abandono escolar	5
Consumo de bebidas alcoólicas	5
Mau trato/Ofensa física	3
Violência doméstica	3
Absentismo escolar	3
Bullying	2
Abuso sexual	2
Comportamentos graves antissociais e/ou de indisciplina	2
Negligência grave	2
Ausência temporária de suporte familiar	1
Insucesso escolar	1
Consumo de estupefacientes	1
Negligência	1
Negligência ao nível da saúde	1
Falta de supervisão e acompanhamento familiar	1
<b>Total de entradas</b>	<b>74</b>

A Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança é a primeira causa que motiva a intervenção das CPCJ.

### Medidas Aplicadas em Processos - 2016

Efetuada o diagnóstico da situação, a CPCJ delibera o arquivamento ou a aplicação de uma medida de promoção e proteção e contratualiza com a família um acordo de promoção e proteção.

aplicadas pela CPCJ de Vagos, a maioria corresponde a medidas em meio natural de vida (Apoio Junto dos Pais e Apoio Junto de Outro Familiar). O acolhimento residencial é a terceira medida mais aplicada ou em execução no ano de 2016.

A grelha seguinte permite também observar que, do total das medidas

Tabela 71 | Medidas Aplicadas em Processos - 2016

Escalão Etário	Tipo de Medida	Número de Processos
0 - 2 Anos	Apoio Junto dos Pais	6
3 - 5 Anos	Apoio Junto de Outro Familiar	4
	Apoio Junto dos Pais	9
6 - 8 Anos	Apoio Junto dos Pais	7
9 - 10 Anos	Apoio Junto dos Pais	6
11 - 14 Anos	Apoio Junto dos Pais	19
	Apoio Junto dos Pais	1
15 - 17 Anos	Apoio Junto de Outro Familiar	20
	Acolhimento Residencial	1
18 - 21 Anos	Acolhimento Residencial	1
<b>Total</b>		<b>74</b>

## 4.4 Rendimento Social de Inserção

### 4.4 O Rendimento Social de Inserção Português O aparecimento de regimes de rendimento mínimo em Portugal.

Quando, em 24 de Junho de 1992, o Conselho Económico aprovou a Recomendação n.º 441 relativa a *critérios comuns respeitantes a recursos e prestações suficientes nos sistemas de proteção social*, os conceitos de «pobreza» e «exclusão social» já eram recorrentes nos discursos políticos e sociais portugueses. Simultaneamente, a discussão destes problemas sociais – possibilitada pela mudança política e social de Abril de 1974 e intensificada depois de Portugal aderir à CEE em 1986 – moldava já os novos discursos sobre política social.

A chamada «nova geração» de políticas sociais, aplicada em Portugal após 1996, criou um novo conceito de ação social baseado na ideia da promoção, que visava criar e apoiar formas de desenvolver cada cidadão, tornando-o independente. Esta nova orientação da política social traduziu-se também no reforço de diversas soluções de apoio social, envolvendo um grande número de atores (entidades públicas, privadas, ONG) que privilegiavam a elaboração e aplicação de políticas sociais com dimensão territorial. Conceberam-se e experimentaram-se formas de parceria inovadoras ao nível local que

promoviam a participação ativa da população nos programas, bem como novos mecanismos de coordenação.

Este novo conjunto de medidas e de programas baseava-se em determinados princípios fundamentais:

- Promover um conceito de cidadania que incluísse o direito ao trabalho e o direito a um rendimento mínimo, mas também o pleno exercício dos direitos civis, cultura, educação e participação na vida social em geral;

- Reconhecer a importância da igualdade de oportunidades como uma forma de combater as desigualdades e a fragmentação social;

- Adotar uma abordagem mobilizadora para erradicar a pobreza e a exclusão, refletida no envolvimento em parcerias e redes dos mais variados atores, tais como serviços estatais, autoridades locais, organizações sem fins lucrativos e simples grupos de cidadãos, o que cada vez mais representa uma conjugação de esforços e de vontades, bem como uma partilha mais alargada de responsabilidades.

Em 1996, a criação do *Rendimento Mínimo Garantido* (passando posteriormente a chamar-se *Rendimento Social de Inserção*) foi a resposta portuguesa às recomendações formuladas pela Comissão em 1992.

O RMG foi introduzido em Portugal pela Lei 19/96 de 1 de Julho de 1997 que instituiu um novo direito, garantindo a cada cidadão um nível mínimo de recursos económicos e promovendo o desenvolvimento de programas de inserção social.

A partir da data da publicação da presente lei, serão desenvolvidos projetos piloto experimentais de ação social, aprovados pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social e destinados a indivíduos e seu agregados familiares em situação de carência económica que satisfaçam a condição de atribuição de prestação de Rendimento mínimo previsto na presente lei. O concelho de Vagos, foi um dos Concelhos a nível nacional contemplado com a implementação do Projeto-piloto, em duas freguesias: Vagos e Gafanha da Boa Hora.

De acordo com Ferro Rodrigues – então Ministro da Solidariedade e Segurança Social – a lei sobre o RMG tinha três objetivos fundamentais: «*Em primeiro lugar, criar um instrumento coerente no contexto de proteção social, reconhecendo a cada cidadão residente em Portugal o direito a um nível mínimo de subsistência, desde que se encontre numa situação de exclusão social e esteja ativamente disponível para seguir um caminho de inserção social. Em segundo lugar, a nova medida é criada sob a forma de um contrato social que compromete*

*o Estado, os parceiros sociais, as instituições de solidariedade, as autoridades municipais e os cidadãos, sendo que o primeiro se compromete a conceder uma prestação financeira e, em conjunto com o segundo, a apostar na criação de oportunidades para a inserção social e, por sua vez, os últimos se comprometem a seguir as trajetórias de inserção que foi possível criar. Em terceiro lugar, este novo instrumento é criado no contexto de um sistema de proteção social, sendo equiparado com a pensão social porque se entende que deve representar um nível mínimo de proteção social universal.*» (Ferro Rodrigues, Diário da Assembleia da República, 1996: 2214).

É justo dizer-se que a evolução no sentido da consolidação do carácter não supletivo da ação social do Estado já tinha começado em 1984 quando a Ação Social se tornou parte integrante do Sistema de Segurança Social, no entanto, só a aplicação do Rendimento Mínimo Garantido reforçou esta evolução para políticas sociais ativas.

O RMG (atualmente designado por Rendimento Social de Inserção – RSI) foi provavelmente o melhor exemplo da nova combinação de políticas e a primeira abordagem global para dar uma nova dinâmica à política social, nomeadamente ao tentar ultrapassar a enraizada tradição que consistia em promover uma mera assistência social discricionária em Portugal.

Ao mesmo tempo, os três objetivos fundamentais do RMG salientaram – pela primeira vez em termos de orientação política portuguesa – a relevância dos aspetos mais importantes abordados nos estudos

sobre a pobreza: a falta de recursos monetários, a exclusão dos direitos sociais e a exclusão dos sistemas de integração social da sociedade. Assim, o RMG/RSI combina o apoio ao rendimento e oportunidades de participação em programas de inserção social, de forma a assegurar recursos que permitam satisfazer as necessidades básicas das pessoas e dos seus agregados familiares, e incentivar a sua progressiva inserção social e profissional.

A curto prazo, o RMG/RSI respondeu a um desafio de modernização e de aumento da eficiência do Estado-providência, em particular das políticas que combatem a exclusão social. Dá-se ênfase não só à dimensão tradicional e fundamental da redistribuição, mas também e decididamente à ativação de processos de inserção social dentro de um quadro de reconhecimento do direito à cidadania (Pedroso in Capucha, 1998: VII).

A longo prazo, o RMG/RSI procura reformular o funcionamento do Estado-providência, representando uma mudança nas políticas sociais tanto em termos de objetivos como de formas de os alcançar. Por outras palavras, o RMG/RSI representa um «contrato entre o Estado, a sociedade civil e o beneficiário. Neste contrato, o Estado assume a obrigação de garantir condições mínimas de existência a cada cidadão e de dar apoio à criação de oportunidades de inserção. Por sua vez, o cidadão compromete-se a estar disposto a empenhar-se na sua inserção social, incluindo estar disposto a trabalhar, a participar na criação de tais oportunidades e, até mesmo, a tirar proveito das potencialidades que delas surjam. As instituições da

sociedade civil assumem a obrigação de se empenhar na organização e gestão dos programas onde surjam novas oportunidades, bem como de participar na criação destas oportunidades.» (Pedroso in Capucha, 1998: VIII).

Foi a primeira medida a colmatar a falta de um rendimento mínimo de subsistência para quem não tem quaisquer recursos, independentemente de terem pago ou não contribuições para o sistema de Segurança Social, e, simultaneamente, a dar resposta a uma série de necessidades que se encontram claramente no domínio da ativação social, mas não se limitam à ativação laboral.

Por outro lado, os princípios subjacentes ao RMG/RSI estão diretamente relacionados com os objetivos em termos de proteção social e de inclusão social, nomeadamente combater a pobreza e a exclusão social entre as pessoas e grupos mais marginalizados, e como Recomendação CE 2008 relativa à inclusão ativa das pessoas excluídas do mercado de trabalho, segundo a qual os Estados-Membros deveriam: «Conceber e implementar uma estratégia global e integrada de inclusão ativa das pessoas excluídas do mercado de trabalho, que conjugue apoios adequados ao rendimento, mercados de trabalho inclusivos e acesso a serviços de qualidade. As políticas de inclusão ativa devem facilitar a integração das pessoas aptas para o trabalho em empregos sustentáveis e de qualidade e providenciar às que não podem trabalhar recursos suficientes para viver condignamente, bem como apoios à participação social.»<sup>1</sup>

CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social-Abril de 2009  
1 In - Jornal Oficial da União Europeia de 18 de Novembro de 2008, p. 307/12.

Tabela 72 | Nº de Requerimentos Entrados no Concelho de Vagos por anos - 2015-2016

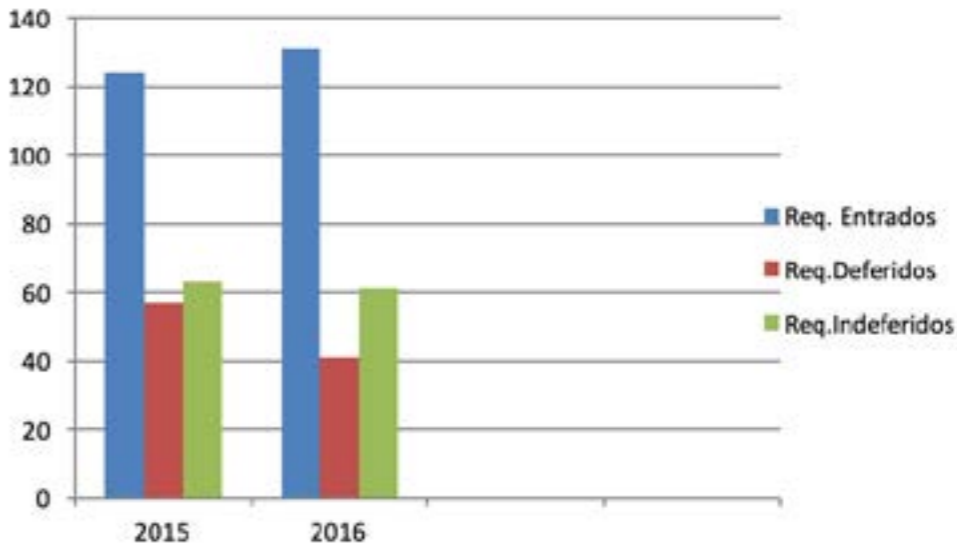
Concelho de Vagos <sup>1</sup>	2015	2016
Requerimentos Entrados	124	131
Requerimentos Deferidos	57	41
Requerimentos Indeferidos	63	61

Fonte: <sup>1</sup> ISS, IP/gabinete de Planeamento e estratégia

Durante os dois anos (2015/2016) registou-se no Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro a entrada respetivamente de 124 e 131 processos de RSI. A grelha mostra um ligeiro aumento de requerimentos que deram entrada no ano de 2016, mas no

que diz respeito aos requerimentos deferidos e indeferidos, verificamos uma diminuição de 57, para 41 e de 63 para 61, respetivamente em cada um dos anos. Estes requerimentos dizem respeito a um igual número de titulares da prestação social de RSI.

Gráfico 27 | Número de requerimentos



**Tabela 73 | Requerimentos Cessados no Concelho de Vagos, por motivo de cessação e por ano (2015 e 2016)**

Motivo de Cessação	Requerimentos Cessados 2015	Requerimentos Cessados 2016
Deixou de se verificar as condições e requisitos de atribuição	79	66
90 dias após suspensão da prestação	13	8
A pedido do requerente	8	6
Outros motivos	10	8
<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>88</b>

**Motivos da Cessação**

Da análise do quadro, quanto aos motivos da cessação da prestação social de RSI, permite constatar que no ano de 2015 e em 2016, o principal motivo

da cessação foi o facto de se deixar de verificar as condições e requisitos de atribuição, com 79 e 66 situações, respetivamente em cada um dos anos.

**Tabela 74 | Número de Agregados Familiares (com processamento) no Concelho de Vagos por ano (2015 e 2016)**

Concelho Residência	Agregados/Famílias (com processamento)	
	2015	2016
Vagos	133 = 270	130 = 264

**Tabela 75 | Número de Beneficiários (com processamento) no Concelho de Vagos por ano (2015 e 2016)**

Concelho Residência	Agregados/Famílias (com processamento)	
	2015	2016
Vagos	270	264

Às 113 famílias com processamento no ano de 2015, corresponde a 270 indivíduos/cidadãos.

Às 130 famílias com processamento no ano de 2016, corresponde a 264 indivíduos/cidadãos.

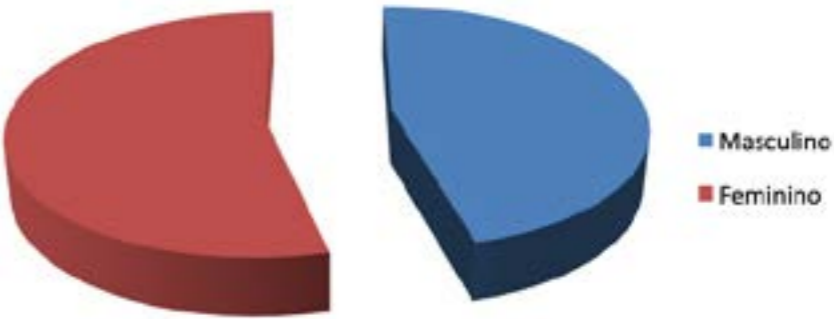
**Tabela 76 | I - Caracterização dos Beneficiários por Idade e Sexo Dezembro de 2015**

Faixa Etária	Masculino	Feminino
0 - 5 Anos	11	21
6 - 18 Anos	30	29
19 - 24 Anos	13	13
25 - 34 Anos	19	21
35 - 44 Anos	7	22
45 - 54 Anos	10	21
55 - 64 Anos	31	18
+ 65 Anos	3	1
<b>Total</b>	<b>124</b>	<b>146</b>

Nos dois anos em análise as pessoas do sexo feminino/mulheres predominam como principais requerentes / beneficiários da prestação social de RSI, (2015-124M/146F e no ano de

2016-105M/159F). O gráfico mostra de forma evidente a distribuição proporcional entre os géneros (quadro nº I e II).

**Gráfico 28 | Caracterização dos Beneficiários quanto ao género**



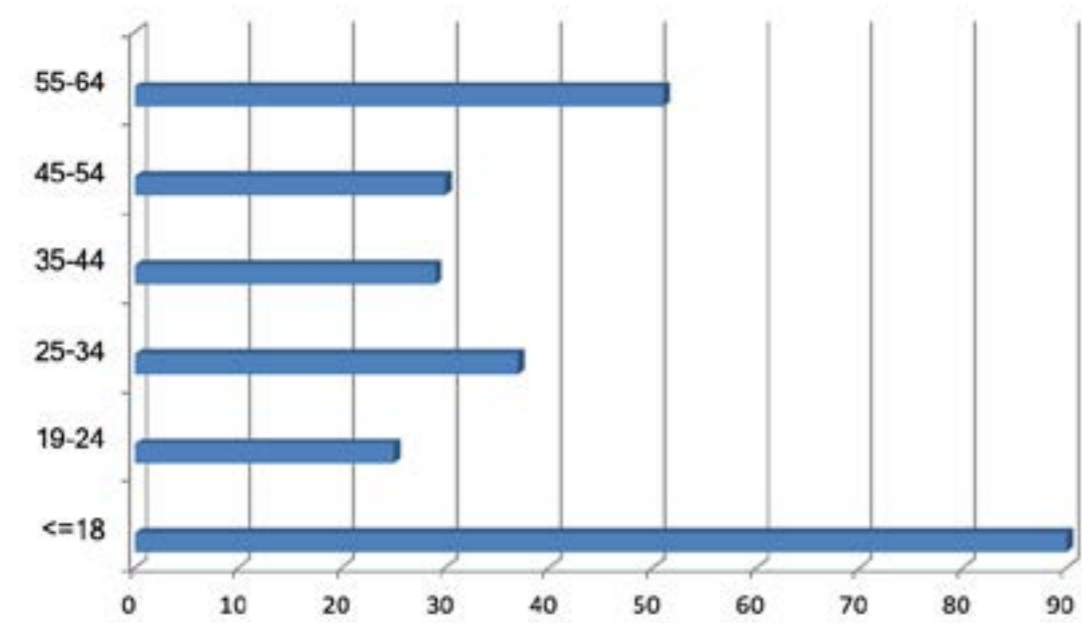
**Tabela 77 | II - Caracterização dos Beneficiários por Idade e Sexo**  
**Dezembro de 2016**

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total	%
0 - 5 Anos	5	2 / 5	90	34,09
6 - 18 Anos	26	34		
19 - 24 Anos	13	12	25	9,46
25 - 34 Anos	15	22	37	14,01
35 - 44 Anos	3	2 / 6	29	10,98
45 - 54 Anos	11	19	30	11,36
55 - 64 Anos	30	21	51	19,31
+ 65 Anos	2	0	2	0,75
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>159</b>	<b>264</b>	<b>100</b>

Relativamente à caracterização etária dos beneficiários da prestação de RSI no ano de 2016, pode dizer-se que esta é composta por um número significativo de indivíduos com menos de 18 anos (90=34,09%) para um

universo de 264 indivíduos, ou seja, pode dizer-se que é uma população jovem, uma vez que os indivíduos beneficiários se encontram na faixa etária inferior aos 18 anos.

**Gráfico 29 | Caracterização dos Beneficiários de RSI por Idade no ano de 2016**



**Tabela 78 | Número de Agregados Familiares (com processamento) por Tipo de Famílias com e sem rendimentos, no Concelho de Vagos por ano (2015-2016)**

Tipo de Agregado	2015			2016		
	Com Rendimentos	Sem Rendimentos	Total	Com Rendimentos	Sem Rendimentos	Total
Alargada	--	--	13	6	8	14
Extensa	--	--	5	--	--	3
Isolada	16	25	41	18	22	40
Monoparental	4	8	12	--	--	9
Nuclear com Filhos	7	19	26	6	21	27
Nuclear sem Filhos	--	--	16	--	--	10
Outros	10	10	20	12	15	27
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>92</b>	<b>133</b>	<b>46</b>	<b>84</b>	<b>130</b>

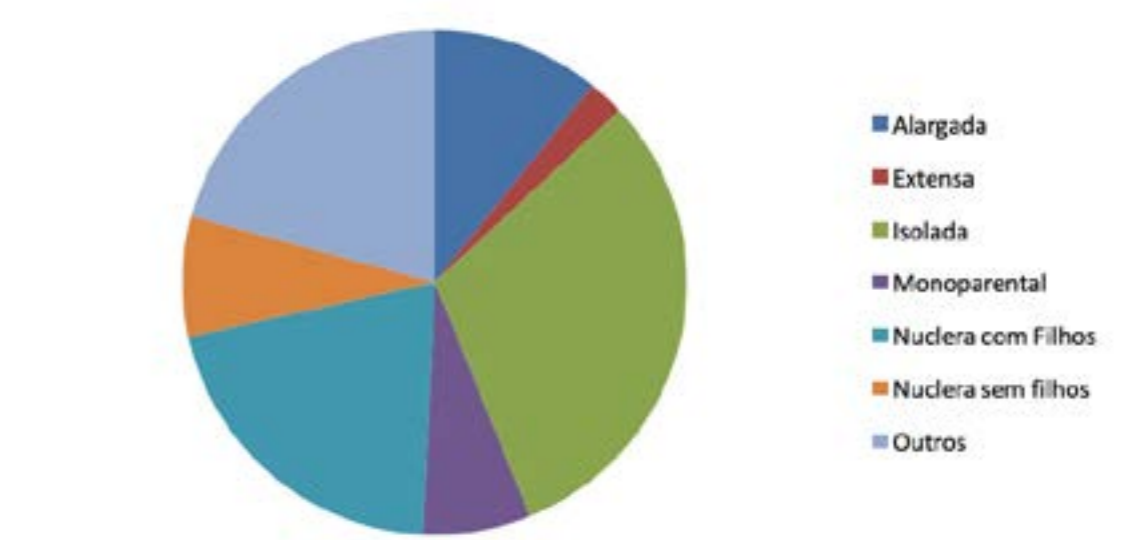
**Família Alargada** - mais de um núcleo; **Extensa** - quando pelo menos um dos elementos do agregado familiar não possui qualquer relação de parentesco; **Isolada** - homem ou mulher que vive sozinha(a); **Monoparental** - Homem ou mulher que coabita (unicamente) com os seus filhos; **Nuclear com ou sem filhos** - casal com ou sem filhos.

**Caracterização das famílias beneficiárias de RSI, com processamento nos anos de 2015 e 2016, segundo o tipo de família.**

Nas famílias beneficiárias da prestação social de RSI, quer no ano de 2015 e no ano de 2016, é visível a predominância da família isolada, seguida da família

nuclear com filhos (26-2015 e 27-2016). Já a família extensa é o tipo de agregado que aparece com menor frequência, em ambos os anos.

**Famílias segundo o tipo de Agregado no ano de 2016**  
 Gráfico 30 | Tipo de Agregado Familiar



**Tabela 79 | Número de Agregados familiares (com processamento) por dimensão da família com e sem rendimentos, no Concelho de Vagos, por ano (2015 e 2016)**

Dimensão do Agregado	2015			2016		
	Com Rendimentos	Sem Rendimentos	Total	Com Rendimentos	Sem Rendimentos	Total
1 Pessoa	37	29	66	33	32	65
2 Pessoa	28	3	31	27	5	32
3 Pessoa	--	--	13	--	--	10
4 Pessoa	10	4	14	11	3	14
5 e + Pessoas	--	--	9	--	--	9
<b>Total</b>	<b>92</b>	<b>41</b>	<b>133</b>	<b>84</b>	<b>46</b>	<b>130</b>

**Caracterização dos agregados familiares de RSI (com processamento) nos anos de 2015/2016, segundo a dimensão do agregado.**

Nas famílias beneficiárias da prestação social de RSI, quer no ano de 2015 e no de 2016, é visível a predominância de uma pessoa-família isolada, segundo a dimensão do agregado familiar, com rendimentos, uma pessoa, com um total de 66 e sem rendimentos 65 famílias, respetivamente, em cada um dos anos.

Áreas de Inserção

**Caracterização dos agregados familiares de RSI (com processamento) nos anos de 2015/2016, segundo a dimensão do agregado.**

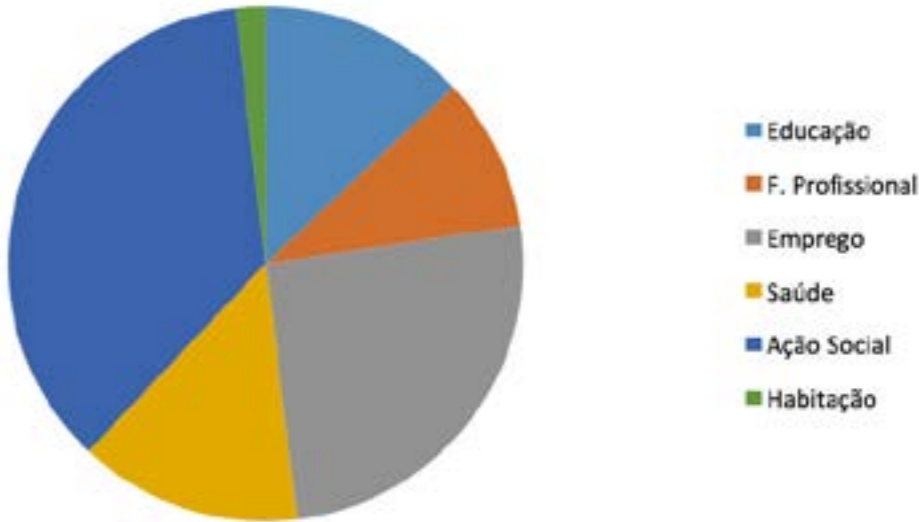
O estabelecimento de contrato de inserção é o grande desafio que se lança no âmbito do RSI. Contudo, a diversidade e a complexidade das problemáticas dos beneficiários diminui a capacidade de utilização dos recursos localmente existentes, às potencialidades e às necessidades dos mesmos. Não obstante, e apesar do número significativo de pessoas que beneficiam da prestação social de RSI, o estabelecimento de programas de inserção/contrato de inserção continua a ser um dos principais objetivos dos serviços, atingidos com êxito.

**Tabela 80 | Quadro síntese <sup>1</sup>**

Áreas	Masculino	%
Educação	119	13,02
Formação Profissional	88	9,63
Emprego	232	25,39
Saúde	128	14,00
Ação Social	330	36,10
Habitação	17	1,86
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>100</b>

Fonte: <sup>1</sup> Relatório anual de execução e caracterização dos beneficiários de RSI (Dez/2015)

**Gráfico 31 | Áreas de Inserção**

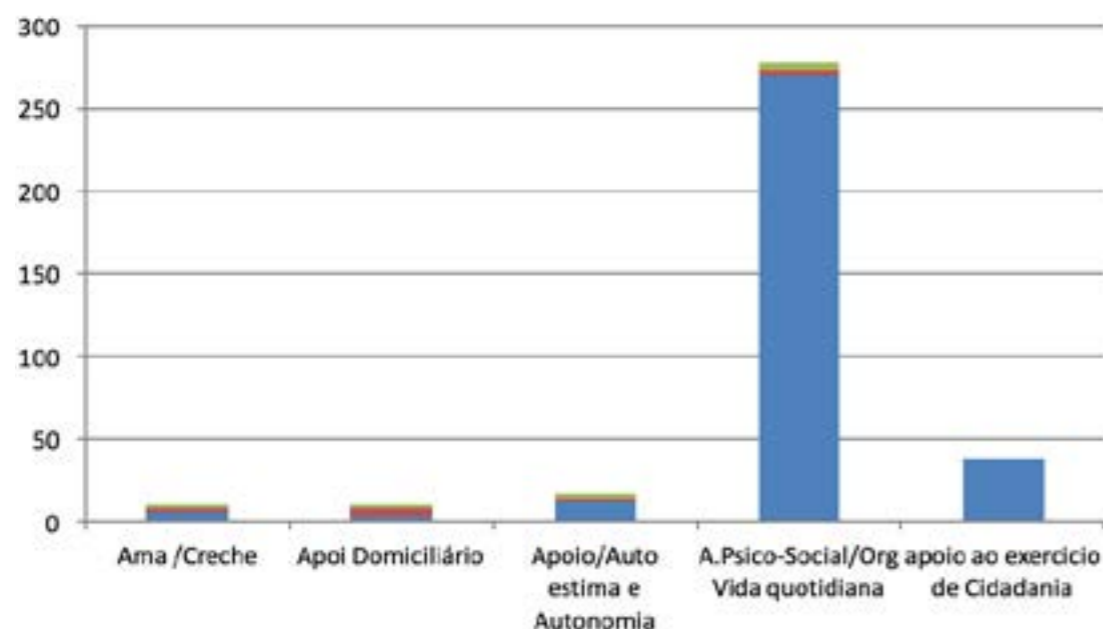


A área de inserção que assume o peso menos significativo é o da habitação, representando apenas (1,86%) do total das ações de inserção. Esta distribuição pelas áreas de inserção reproduz, aliás as tendências verificadas nos anos anteriores e no seguinte (2016).

## Ação Social

A área da ação social é aquela que mais beneficiários envolve em programas de inserção (330 em Dez/2015), importa conhecer a natureza destas ações de inserção subscritas/contratualizadas pelos beneficiários de RSI.

Gráfico 32 | Ações na área da ação social



Destacam-se, tal como em anos anteriores, as ações relativas a apoio psicossocial, que representa 270 das ações contratualizadas. As ações da área da ação social visam o reforço da autoestima dos beneficiários e do desenvolvimento de competências pessoais e sociais que lhes permitam uma mais adequada inserção no

mercado de trabalho, bem como no apoio à organização da vida quotidiana e no exercício de cidadania.

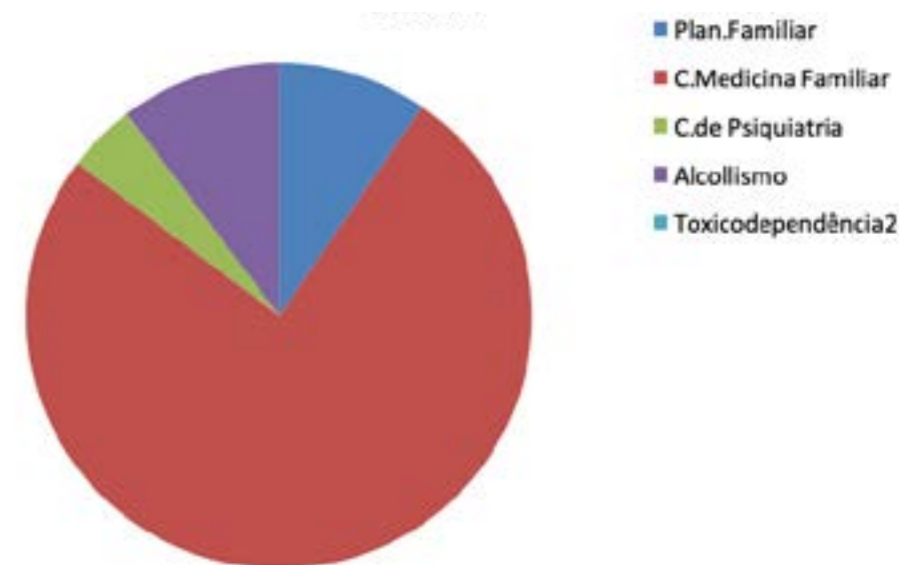
As restantes ações deste tipo continuam, a apresentar valores muito residuais, como é o caso do serviço de Apoio Domiciliário (4 casos).

## Saúde

É de referir, ainda, ao nível da saúde os tratamentos complementares, para próteses oculares e outras, que possibilitam o tratamento de problemas de saúde e melhorias na imagem dos beneficiários. Estes apoios podem fazer toda a diferença quer do ponto de vista da imagem dos indivíduos junto de entidades empregadoras ou

outras, quer da sua autoestima, efeitos não negligenciáveis na inserção social e mesmo profissional destas pessoas. As ações na área da saúde dizem respeito ao tratamento e acompanhamento de situações de dependência de álcool e em número reduzido de situações em acompanhamento de toxicod dependentes.

Gráfico 33 | Ações na área da saúde



## Educação

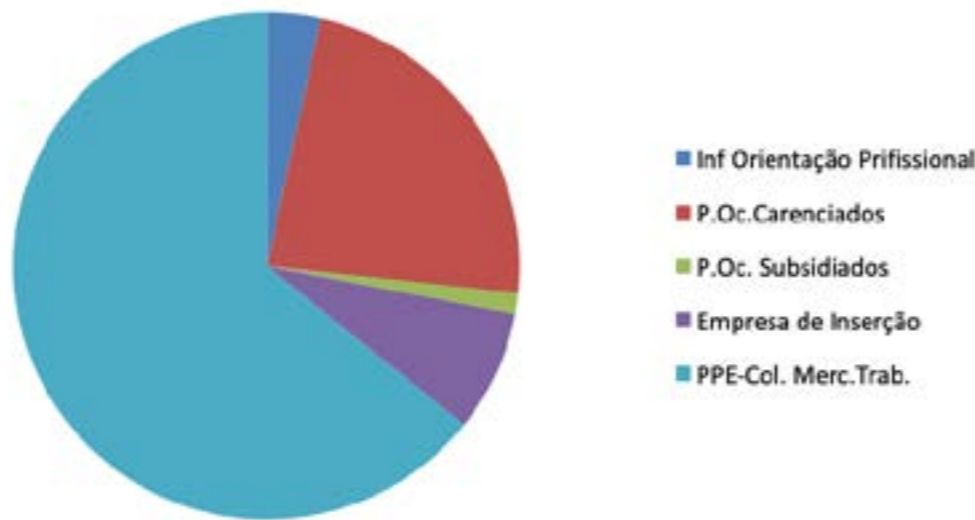
As ações de inserção dos beneficiários na área da educação ascendem aos 119 indivíduos, dos quais 93 dizem respeito à escolaridade obrigatória. A maioria dos indivíduos nesta área dizem respeito a cidadãos cuja escolaridade obrigatória ficou por cumprir-(idade estipulada legalmente para obtenção de determinado grau de ensino). A aposta nesta área de

inserção tem como objetivo último a prevenção de situações de exclusão e a rotura de ciclos de exclusão, pretendendo garantir às gerações mais jovens as competências sociais e os instrumentos de certificação e qualificação que lhes assegure a sua autonomia enquanto cidadãos no mercado de trabalho.

### Emprego

Para além da ação social a área de inserção ainda, a considerar é a do Emprego, com 232 indivíduos e da formação profissional com 88 beneficiários com ações de inserção contratualizadas.

Gráfico 34 | Ações na área de inserção



Relativamente ao Emprego, continuam a ser as ações de colocação em mercado de trabalho de pessoas – PPE, Planos Pessoais de Emprego, em situação de emprego mais frequente.

### Habitação

A melhoria das condições de Habitação da população que beneficia da prestação social de RSI, tem sido uma preocupação para todos os parceiros do NLI. Apesar de terem terminado os apoios complementares, que permitiam o apoio económico para beneficiação das habitações, as situações mais urgentes, têm sido encaminhadas para

a autarquia, para que sejam apoiados em materiais de construção civil. Por outro lado, e quando se justifique têm sido apoiadas através do apoio económico ao arrendamento e para obtenção de habitação social, que também tem resolvido algumas das situações de falta de habitação.

## 4.5 Voluntariado

O Banco de Voluntariado de Vagos é uma estrutura de proximidade, de âmbito concelhio, que promove o encontro entre a oferta e a procura de Voluntariado, prestando um serviço à comunidade. Tem como entidade enquadradora a Câmara Municipal de Vagos, que reúne as condições necessárias para o papel de agente dinamizador da atividade.

Os principais objetivos deste Banco de Voluntariado são: valorizar e promover o voluntariado; promover o encontro entre a oferta e a procura de voluntariado; sensibilizar os cidadãos e as instituições para o voluntariado e divulgar projetos e oportunidades de voluntariado.

A ação deste projeto tem como base diferentes fases, passando inicialmente pelo acolhimento de candidaturas dos interessados em participar em projetos de Voluntariado, receção de inscrições por parte de instituições promotoras de programas/projetos de Voluntariado; numa segunda fase procede-se ao encaminhamento dos voluntários para as instituições promotoras de programas/projetos de Voluntariado e, posteriormente, ao encaminhamento e acompanhamento dos voluntários nas instituições promotoras de programas/projetos de Voluntariado.

Tabela 81 | Quadro 1

Nº total de voluntários inscritos	Nº de voluntários encaminhados para instituições promotoras de voluntariado	Nº de voluntários sem encaminhamento
38	31	6

Fonte: Fichas de inscrição de voluntários

Dos 38 voluntários inscritos no Banco de Voluntariado de Vagos, 31 foram encaminhados para instituições promotoras de programas/projetos de Voluntariado e 6 não tiveram qualquer encaminhamento por razões diversas:

por ter passado a residir fora do concelho, integração no mercado de trabalho e/ou por ausência na base de dados de organizações consentâneas com as aptidões e preferências evidenciadas pelo(s) candidato(s).

Tabela 82 | Quadro 2

Nº total de entidades inscritas	Nº de entidades que acolheram voluntários
5	5

Fonte: Fichas de inscrição de entidades

Das 5 entidades inscritas no Banco de Voluntariado de Vagos, todas se mostraram disponíveis para acolher voluntários.

# 4.6 Lojinhas Sociais

As Lojinhas Sociais, criadas como respostas sociais atípicas, de cariz solidário, surgiram, também, no Concelho de Vagos para dar resposta a necessidades sociais, que iam sendo identificadas junto das famílias em acompanhamento, nos Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social do Concelho.

Estes espaços surgiram como estruturas de atendimento e acompanhamento de proximidade, que visam suprir as necessidades imediatas das famílias carenciadas, através da disponibilização gratuita de bens usados ou novos, que são doados por particulares, empresas e IPSS.

O principal objetivo desta resposta social é o de receber dádivas dos cidadãos, de bens, na sua generalidade já usados, como vestuário, calçado, roupa de cama, brinquedos, utensílios domésticos, eletrodomésticos, mobílias ou outros bens, que, estando em bom estado, pudessem ser aproveitados por outras pessoas.

Outros objetivos, senão menos importantes, como potenciar o envolvimento da sociedade civil, empresas, IPSS e outros na recolha desses bens, fomentar a rede de parceria interinstitucional do Concelho, contribuir para o incremento do espírito de solidariedade, incentivar o voluntariado local e ainda contribuir para diminuição e o retardamento do depósito deste tipo de “lixos”

nos contentores de lixo doméstico e nos aterros sanitários, são também importantes para justificar a importância desta resposta.

A primeira experiência, neste âmbito, surgiu em Vagos no ano de 2003, integrada no Projeto Saltar Barreiras, do Programa “Ser Criança”, cuja entidade promotora era a Câmara Municipal de Vagos.

Outros espaços similares foram entretanto sendo criados, nas freguesias da Gafanha da Boa Hora, Calvão, Santa Catarina e Santo André de Vagos, de forma a responder, localmente, às necessidades dos cidadãos.

Atualmente mantêm-se em funcionamento as Lojinhas Sociais da Comissão de Apoio Social e Desenvolvimento de Santa Catarina, da Associação Social e Cultural de Santo André de Vagos e da Câmara Municipal de Vagos, com um atendimento organizado, e com tendência para dar resposta a um cada vez maior número de beneficiários, contribuindo assim para a melhoria das condições de vida das famílias em situação de maior vulnerabilidade económica e social.

As Lojinhas Sociais referidas realizam o atendimento às famílias/indivíduos, preenchendo um formulário próprio e selecionando as famílias de acordo com os Regulamentos de funcionamento de cada uma delas.

De forma a espelhar a adesão das famílias a esta resposta social, nos quadros abaixo registamos o número de famílias/indivíduos que beneficiaram desta resposta social nos anos de 2015 e 2016:

Tabela 83 | Caracterização dos Beneficiários da Lojinha Social

Lojinha Social	Nº de famílias apoiadas em 2015	Nº de beneficiários em 2015	Nº de famílias apoiadas em 2016	Nº de beneficiários em 2016
Associação de Solidariedade Social e Cultural de Santo André de Vagos	25	83	30	100

Fonte: Fichas de inscrição de beneficiários

Tabela 84 | Caracterização dos Beneficiários da Lojinha Social

Lojinha Social	Nº de famílias apoiadas em 2015	Nº de beneficiários em 2015	Nº de famílias apoiadas em 2016	Nº de beneficiários em 2016
Câmara Municipal de Vagos	50	174	47	184

Fonte: Fichas de inscrição de beneficiários

Tabela 85 | Caracterização dos Beneficiários da Lojinha Social

Lojinha Social	Nº de famílias apoiadas em 2015	Nº de beneficiários em 2015	Nº de famílias apoiadas em 2016	Nº de beneficiários em 2016
Comissão de Apoio Social e Desenvolvimento de Santa Catarina	14	20	14	20

Fonte: Fichas de inscrição de beneficiários

# 4.7 RMAAESD Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos

A Constituição da República Portuguesa preconiza no seu artigo 65.º o direito à habitação “ todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e privacidade familiar”.

O usufruto de uma habitação que proporcione boas condições de habitabilidade, quer seja pelo processo do arrendamento urbano, quer pela reabilitação de habitação própria, traz, na maioria das famílias, melhorias significativas no modo como os elementos se relacionam e na forma como apreendem o mundo à sua volta.

Constituindo a intervenção social, junto das famílias e indivíduos mais carenciados, uma das competências dos Municípios, é necessário possuir instrumentos que regulem a atribuição das medidas de apoio a fornecer aos munícipes em situação de carência. Os apoios no âmbito da habitação são estatuídos, no

município de Vagos, pelo Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos. Este instrumento regulamenta a atribuição de apoio social, aos munícipes mais desfavorecidos, no âmbito da habitação, prevendo diversas formas de apoio económico, que se podem traduzir em apoios ao arrendamento de habitação, realização de pequenas melhorias em habitação própria, construção de habitação própria, isenção de taxas em processos de obras e acompanhamento técnico nas obras de beneficiação de habitações.

Neste âmbito os apoios concedidos no ano de 2015 e 2016 são apresentados nas grelhas abaixo, que identificam o tipo de apoio, o número de famílias e o total de indivíduos beneficiados.

**Tabela 86 | Apoios à habitação no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos – Ano de 2015**

Tipo de Apoio:	Número de beneficiários:
<b>Apoio ao arrendamento:</b> Consiste na atribuição de um subsídio para ajudar no pagamento da renda mensal – até ao máximo de 12 meses	Beneficiaram deste apoio 8 famílias, no total de 23 indivíduos
<b>Melhorias habitacionais:</b> Consiste na atribuição de um subsídio, em materiais de construção, para realização de pequenas obras	Beneficiaram deste apoio 2 famílias, no total de 6 indivíduos
<b>Auto construção:</b> Consiste na atribuição de um subsídio, em materiais de construção, para construção de raiz de habitação licenciada	Beneficiou deste apoio 1 família, no total de 1 indivíduo

**Tabela 87 | Apoios à habitação no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos – Ano de 2016**

Tipo de Apoio:	Número de beneficiários:
<b>Apoio ao arrendamento:</b> Consiste na atribuição de um subsídio para ajudar no pagamento da renda mensal – até ao máximo de 12 meses	Beneficiaram deste apoio 4 famílias, no total de 10 indivíduos
<b>Melhorias habitacionais:</b> Consiste na atribuição de um subsídio, em materiais de construção, para realização de pequenas obras	Beneficiaram deste apoio 1 famílias, no total de 6 indivíduos
<b>Auto construção:</b> Consiste na atribuição de um subsídio, em materiais de construção, para construção de raiz de habitação licenciada	Não foram selecionados pedidos para estes apoios

# 4.8 FEAC - Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas

O FEAC foi criado pela Comissão Europeia com o objetivo de promover e reforçar a coesão social, e visa substituir o anterior programa de distribuição de alimentos em Portugal (PCAAC) que terminou a 31-12-2014, dando assim continuidade ao apoio alimentar atribuído aos mais carenciados. De acordo com o Guião para a execução do plano anual de distribuição de produtos, o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados, foi criado pelo regulamento (CEE) nº.3730/87, do Conselho, de 10 de Dezembro de 1987 e está enquadrado por vários Regulamentos da Comissão. Assenta numa filosofia de princípios humanitários, que devem nortear a respetiva execução pelos países que a ele se candidatam. Os produtos postos à disposição deste Programa têm origem nas existências de intervenção e são distribuídos pela população mais necessitada. As Instituições podem candidatar-se como entidade beneficiária e ou mediadora, sendo que, como beneficiária a Instituição recebe alimentos, tendo em conta, o número de utentes carenciados cujas participações são reduzidas. Como entidade mediadora, atua como parceiro do Centro Distrital de Segurança Social na execução do plano de distribuição dos alimentos na sua zona geográfica de intervenção.

Podem ser beneficiários do PCAAC, desde que em território nacional, todas as famílias/pessoas e Instituições/ utentes cuja situação de dependência social e financeira for verificada e reconhecida, com base nos Critérios de Elegibilidade aprovados por Despacho de 06/02/96, do então Secretário de Estado da Inserção Social.

## Famílias/pessoas carenciadas por:

- . Baixo rendimento do agregado familiar;
- . Desemprego prolongado;
- . Situações de prisão, morte, doença, separação e abandono;
- . Pensionistas do regime não contributivo;
- . Número de pessoas do agregado familiar;
- . Situações de catástrofe.

## Instituições/utentes carenciadas por:

- . Maior número de utentes carenciados cujas participações são diminutas;

. Elevado número de utentes com características específicas de acordo com as tabelas dietéticas (crianças, jovens e idosos);

. Número de valências desenvolvidas;

. Localização em meio degradado e/ou com menor abastecimento de produtos (o que os encarece).

São estes os principais critérios genéricos que orientam uma distribuição equitativa dos produtos, ainda que com margem para os ajustes e adaptações que cada situação concreta o justifique.

No ano de 2015, registou-se no Concelho de Vagos, a manifestação de interesse ao Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas um total de **247 agregados familiares**, este número encontra-se repartido pelas diversas Instituições e Grupo Sócio Caritativo abaixo identificados.

Tabela 88 | Instituições Beneficiárias e Mediadoras do FEAC no concelho

Instituições	Localidade	Só Mediadora	Entidades Mistas	
			Beneficiárias	Mediadoras
Associação de Solidariedade Cultural de Santo André de Vagos	Santo André de Vagos	--	12	21
BETEL - Associação de Beneficiência, Educação e Tempos Livres	Ponte de Vagos	--	4	52
Centro social e Bem Estar de Ouca	Ouca	--	35	40
Centro Social Paroquial de Calvão	Calvão	22	--	--
Comissão de Apoio Social e Desenvolvimento de Santa Catarina	Santa Catarina	10	--	--
Grupo Cáritas de Soza	Soza	9	--	--
Santa Casa da Misericórdia de Vagos	Vagos	--	12	18

Fonte: Manifestação de Interesse FEAC 2015

# 4.9 Gabinete de Psicologia da Câmara Municipal de Vagos

Com base nos dados epidemiológicos recolhidos na última década, é hoje evidente que as perturbações psiquiátricas e os problemas relacionados com a saúde mental se tornaram a principal causa de incapacidade e uma das principais causas de morbilidade e morte prematura, principalmente nos países ocidentais industrializados.

De acordo com a revisão do estudo Global Burden of Disease, em 2010 as perturbações depressivas eram já a terceira causa de carga global de doença (primeira nos países de-

senvolvidos), estando previsto que passem a ser a primeira causa a nível mundial em 2030, com agravamento plausível das taxas correlatas de suicídio e para-suicídio.

O maior registo de doentes com perturbações de ansiedade e de demência encontra-se nas regiões do Centro e do Alentejo. Este dado deve ser tido em conta no planeamento e priorização de recursos humanos e materiais para a implementação de programas de intervenção nestas perturbações.

**Tabela 89 | Proporção de utentes com registo de perturbações depressivas, demência e perturbações da ansiedade entre os utentes inscritos ativos em CSP (%), por região de saúde | 2011-2016**

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Perturbações Depressivas</b>						
Norte	5,42	6,61	8,03	8,86	9,23	9,83
Centro	6,88	7,88	9,06	9,73	10,29	11,14
Lisboa e Vale do Tejo	3,71	5,23	5,74	6,63	7,50	8,00
Alentejo	6,05	7,23	8,74	9,62	10,30	11,13
Algarve	2,40	3,34	4,43	5,04	5,69	6,79
Portugal Continental	5,34	6,85	8,01	8,98	8,69	9,32
<b>Demência</b>						
Norte	0,44	0,55	0,68	0,75	0,74	0,79
Centro	0,51	0,60	0,71	0,78	0,79	0,87
Lisboa e Vale do Tejo	0,31	0,47	0,55	0,64	0,68	0,73
Alentejo	0,56	0,70	0,90	1,01	1,00	1,09
Algarve	0,19	0,28	0,42	0,49	0,53	0,63
Portugal Continental	0,40	0,53	0,67	0,72	0,73	0,79
<b>Perturbações da Ansiedade</b>						
Norte	3,34	4,16	5,08	5,65	6,00	6,46
Centro	4,27	4,94	5,79	6,32	6,74	7,35
Lisboa e Vale do Tejo	1,88	2,79	3,21	3,81	4,45	4,96
Alentejo	4,14	4,97	6,04	6,70	7,20	7,86
Algarve	1,14	2,09	2,96	3,45	3,95	4,71
Portugal Continental	3,51	3,77	4,49	5,07	5,54	6,06

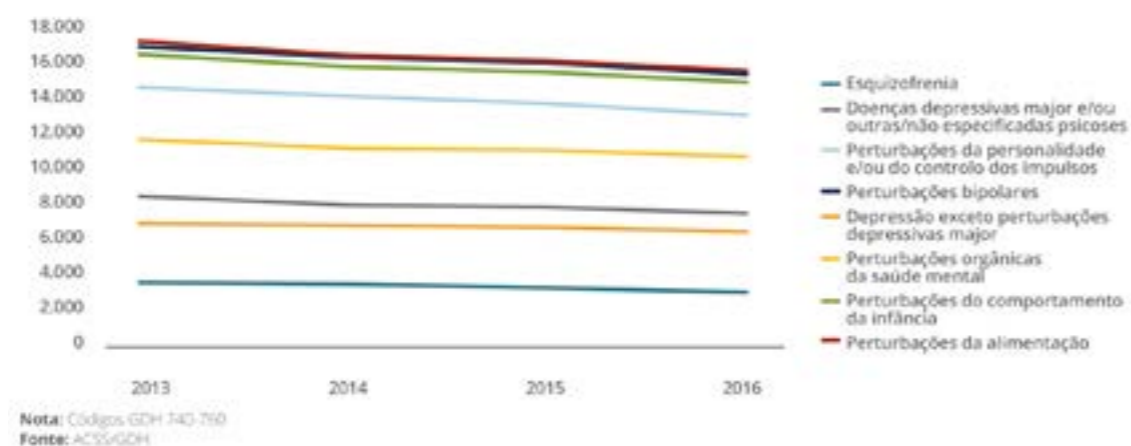
Fonte: SIARS, 2017

O primeiro Estudo Epidemiológico Nacional de Saúde Mental, realizado no âmbito do *World Mental Health Survey Initiative*, comprovou a importância decisiva do Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016. Temos em Portugal uma das mais elevadas prevalências de doenças mentais da Europa; uma percentagem importante das pessoas com doenças mentais graves

permanecem sem acesso a cuidados de saúde mental, e muitos dos que têm acesso a cuidados de saúde mental continuam a não beneficiar dos modelos de intervenção (programas de tratamento e de reabilitação psicossocial) hoje considerados essenciais. A análise da prevalência tratada a nível hospitalar revela, para todos os grupos nosológicos, uma ligeira

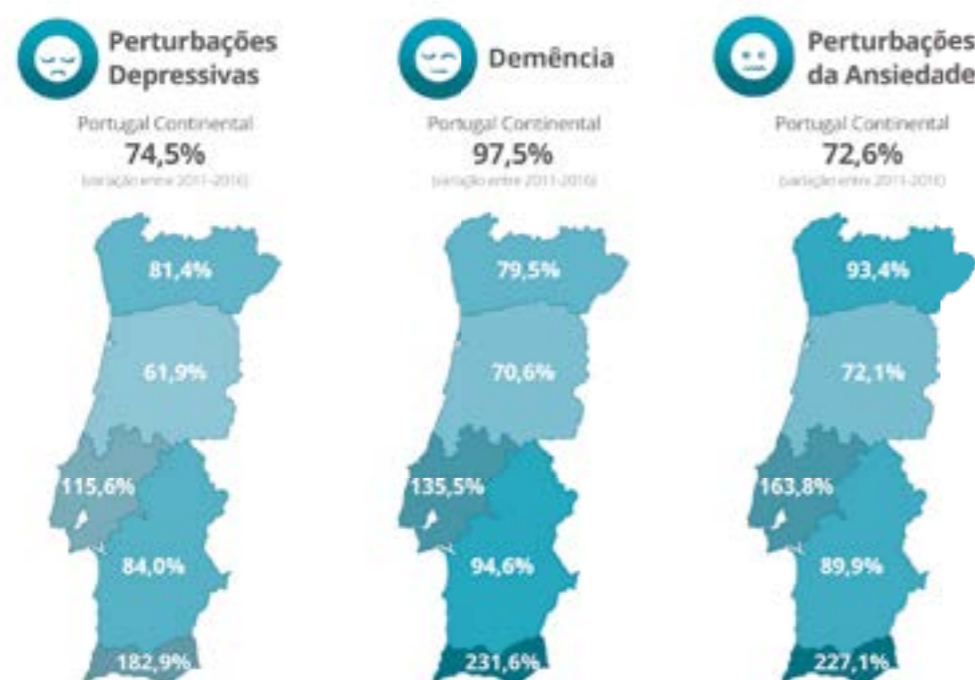
redução do número de internamentos. Esta redução pode dever-se a uma diminuição da acessibilidade aos serviços especializados, não se podendo, no entanto, excluir as dimensões relacionadas com o trabalho comunitário desenvolvidos pelos serviços locais.

**Gráfico 35 | Evolução dos internamentos saúde mental por patologia 2013-2016**

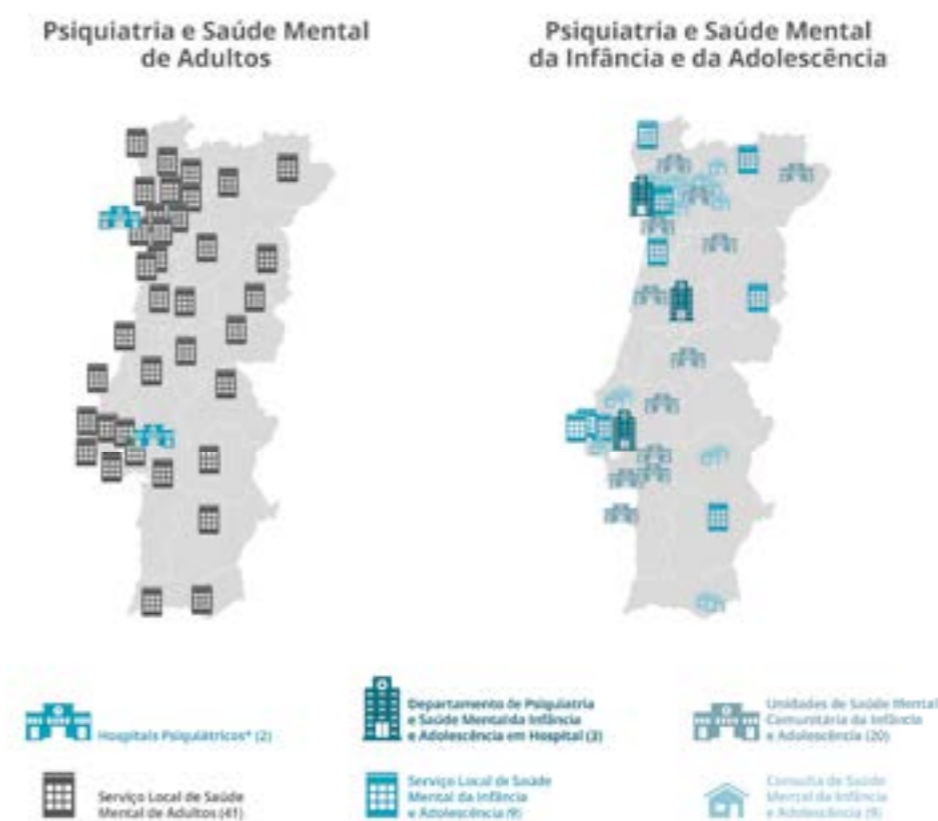


Com efeito, o Serviço de Psicologia da Câmara Municipal tem vindo a dar resposta a um número crescente de utentes, em estreita articulação com os serviços locais de saúde, USF e UCC, e Agrupamento de Escolas. Os munícipes têm procurado cada vez mais, diretamente, cuidados de saúde mental, dirigindo-se por iniciativa própria ao Serviço.

**Figura 8 | Registo nos cuidados de saúde primários**



**Figura 9 | Estruturas de saúde mental**



De harmonia com as funções do Núcleo de Ação Social da CMV, definidas na Organização dos Serviços Municipais e de acordo com as atribuições e competências desta unidade orgânica, criou-se o Serviço de Psicologia, com as funções de:

- Realizar avaliação e intervenção psicológicas na comunidade escolar e comunidade carente em geral;
- Colaborar com as equipas interdisciplinares e interinstitucionais na avaliação e diagnóstico das situações sinalizadas no âmbito da Psicologia;
- Colaborar com outros serviços na reinserção social de indivíduos ou grupos específicos com dificuldades de inserção na comunidade.

O Serviço de Psicologia oferece as valências de consulta psicológica de crianças, jovens e adultos a toda a comunidade desfavorecida, ou seja, a todos os munícipes com incapacidade financeira para custear um processo psicoterapêutico em regime privado, enfatizando a importância do acesso à saúde mental para todos e da autodeterminação na escolha deste tipo de cuidados. O Serviço de Psicologia dá ainda resposta aos pedidos oriundos de organismos públicos, independentemente da condição socioeconómica do utente: Serviço Local de Saúde, Hospital, IPSS's, Agrupamento de Escolas, Segurança Social, Tribunais.

As práticas estabelecidas ao longo da última década, alicerçadas na legislação em vigor, fundamentam a necessidade de formalizar a parceria entre estas

entidades públicas, e criar canais ágeis de comunicação, em benefício da população alvo, garantindo de forma concertada uma resposta em tempo útil. Várias respostas – apoio psicopedagógico, apoio clínico, orientação escolar e profissional, apoio ao desenvolvimento do sistema de relações da comunidade educativa –, contribuem para o desenvolvimento integral dos munícipes.

No decorrer do ano de 2016, foram efetuados acompanhamentos a 78 munícipes, 46 dos quais do sexo feminino e 32 do sexo masculino.

De acordo com as faixas etárias, foram 37 os acompanhamentos efetuados a munícipes maiores de 18 anos, 26 acompanhamentos a crianças e jovens com idades entre os 6 anos e os 18 anos e 15 acompanhamentos a crianças com idades até aos 6 anos.

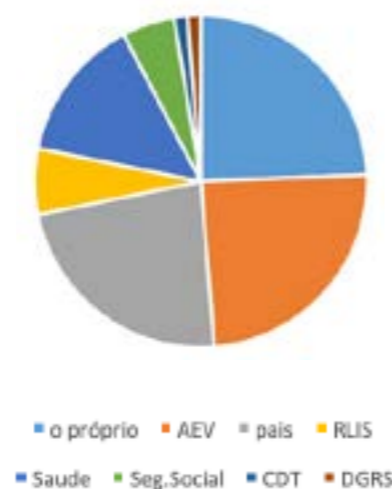
Nas crianças até aos 6 anos, o motivo da intervenção prende-se essencialmente com problemas de comportamento ou desenvolvimento

(maioritariamente da cognição, fala e linguagem). Na faixa etária dos 6 aos 18, as dificuldades de aprendizagem, problemas de comportamento, problemas relacionados com ansiedade, divórcio parental e perturbações do comportamento alimentar surgem como as problemáticas em intervenção. As perturbações de ansiedade, as perturbações depressivas e a intervenção no luto surgem com predominância no grupo etário dos adultos.

Gráfico 35 | Distribuição etária



Gráfico 37 | Origem do pedido



Relativamente à origem dos pedidos para acompanhamento, 19 foram efetuados pelos próprios munícipes, 19 foram efetuados pelo Agrupamento de Escolas de Vagos, 18 por familiares, 11 pelos serviços de Saúde (Centro Hospitalar do Baixo Vouga e Centro de Saúde de Vagos), 4 pelo Serviço de Segurança Social (através da Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Tribunais e do Serviço Social local), 5 pela Rede Local de Intervenção Social, 1 pela Direção Geral de Reinserção Social e 1 pela Comissão para a Dissuasão da Toxicod dependência Aveiro.

## 5. Emprego e Empreen- dorismo

### 5.1 Emprego

No que respeita à inclusão social, o emprego é um elemento fundamental para a integração do indivíduo na comunidade. Além disso, o emprego é parte fundamental da realização pessoal de qualquer indivíduo.

Efetivamente, a integração dos indivíduos no mercado de trabalho pode influenciar a integração dos mesmos nas mais diversas esferas da comunidade, pelo que a ausência do emprego poderá representar, no médio/longo prazo, um passo para

uma situação de exclusão social. Assim sendo, torna-se fundamental analisar a evolução do emprego e desemprego registado no município de Vagos, numa análise diacrónica.

Segundo os dados estatísticos mais recentes publicados pelo IEFP relativos à população desempregada no Concelho de Vagos no ano 2016, pese embora a taxa de desemprego concelhia seja historicamente baixa em ambos os sexos, continuam a existir um maior número de mulheres desempregadas,

há ainda algumas áreas funcionais com elevada carência de mão-de-obra profissionalizada, como é o caso da serralharia, carpintaria ou cerâmica.

**Tabela 90 | Quadro 1 | Desemprego registado por Concelho segundo o género - Dezembro 2016**

	Homens	Mulheres
Vagos	270	347

Fonte: IEFP

Na tentativa de inverter esta situação, que tem trazido sérios transtornos na dinâmica de algumas empresas do tecido empresarial, o NEVA – Núcleo Empresarial de Vagos aposta em acolher ações de formação que contemplem componente prática nessas áreas funcionais específicas.

Face a uma situação de desemprego de longa duração, as mulheres têm revelado ser mais empreendedoras que os Homens, ao procurarem o NEVA com o objetivo de implementarem a sua ideia de negócio no âmbito do Polo IERA - Incubadora de Empresas da Região de Aveiro - Pólo de Vagos, sediado no espaço (inaugurado em Março 2016).

**Tabela 91 | Quadro 2 | Desemprego registado por Concelho segundo o grupo etário - Dezembro 2016**

	< 25 Anos	25-34 Anos	35-54 Anos	+ 55 Anos
Vagos	90	117	255	155

Fonte: IEFP

Traçando o perfil do desempregado de longa duração relativamente à variável idade, no ano de 2016, os escalões etários mais avançados continuam a ser (à semelhança dos anos anteriores) os mais atingidos pelo desemprego.

**Tabela 92 | Quadro 3 | Desemprego registado por Concelho segundo os níveis de escolaridade - Dezembro 2016**

	< 1º Ciclo	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Superior
Vagos	65	113	98	119	124	98

Fonte: IEFP

Se, por um lado, é notório que no Concelho de Vagos o número de desempregados com escolaridade inferior ao 3º ciclo tenha vindo a diminuir, certo é que essa realidade

tem trazido algumas dificuldades ao IEFP de Aveiro no arranque de ações de formação destinadas a candidatos com 4º ou 6º ano de escolaridade.

**Emprego versus desemprego por sectores de atividade:**

No que concerne à análise do desemprego por sectores de atividade, em Portugal, muitas foram as transformações que todos os setores de atividade sofreram.



**Tabela 93 | Quadro I - Desemprego Registrado (Novo Emprego)**  
**Segundo As Regiões Por Atividade Económica**  
Situação no fim do mês | Portugal - dez. 2016

Atividade Económica	Total	Continente				Atividade Económica	Algarve	Total	Regiões Autónomas		
		Norte	Centro	Lisboa V.T.	Alentejo				Açores	Madeira	Total
Agricultura, produção animal, caça floresta e pesca	19 333	6 775	3 234	3 026	4 584	Agricultura, produção animal, caça floresta e pesca	714	18 333	386	614	1 000
Indústria, energia e água e construção	111 531	59 484	16 581	22 069	3 757	Indústria, energia e água e construção	2 864	104 755	2 239	4 537	6 776
Indústrias extrativas	1 961	601	305	841	118	Indústrias extrativas	45	1 910	16	35	51
Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco	10 242	3 563	1 966	2 958	606	Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco	299	9 392	326	524	850
Fabricação de têxteis	4 445	3 504	614	176	41	Fabricação de têxteis	13	4 348	4	93	97
Indústria do vestuário	11 153	9 568	1 113	363	41	Indústria do vestuário	29	11 114	11	28	39
Indústria do couro e de produtos do couro	3 555	3 246	159	137	5	Indústria do couro e de produtos do couro	3	3 550	4	1	5
Indústria da madeira e da cortiça	3 431	2 043	611	505	68	Indústria da madeira e da cortiça	58	3 285	45	101	146
Indústrias do papel, impressão e reprodução	2 120	883	346	752	28	Indústrias do papel, impressão e reprodução	39	2 048	21	51	72
Fabricação de produtos petrolíferos, químicos, farmacêuticos, borracha e plástico	2 905	1 139	606	960	115	Fabricação de produtos petrolíferos, químicos, farmacêuticos, borracha e plástico	24	2 844	9	52	61
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	2 896	953	989	712	90	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	38	2 782	49	65	114
Indúst. metal. base e fabrico de produtos metálicos	5 516	2 458	1 273	1 346	220	Indúst. metal. base e fabrico de produtos metálicos	50	5 347	42	127	169
Fabricação de equipamento informático, elétrico, máquinas e equipamentos n.e.	3 374	1 732	606	847	131	Fabricação de equipamento informático, elétrico, máquinas e equipamentos n.e.	28	3 344	6	24	30
Fabricação veículos automóveis, comp. e outro equip. de transporte	2 792	1 483	585	587	114	Fabricação veículos automóveis, comp. e outro equip. de transporte	18	2 787	3	2	5
Fabricação de mobiliário, reparação e instalação de máq. e equipamentos e out. ind. transform.	6 264	4 119	719	1 191	104	Fabricação de mobiliário, reparação e instalação de máq. e equipamentos e out. ind. transform.	63	6 196	9	59	68
Eletricidade, gás e água, saneamento, resíduos e despoluição	1 777	714	286	481	69	Eletricidade, gás e água, saneamento, resíduos e despoluição	78	1 628	39	110	149
Construção	49 100	23 478	6 403	10 213	2 007	Construção	2 079	44 180	1 655	3 265	4 920
<b>Serviços</b>	<b>296 648</b>	<b>109 208</b>	<b>34 804</b>	<b>103 103</b>	<b>11 706</b>	<b>Serviços</b>	<b>19 429</b>	<b>278 250</b>	<b>5 500</b>	<b>12 898</b>	<b>18 398</b>
Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos	6 252	2 651	930	1 822	214	Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos	172	5 789	122	341	463
Comércio por grosso e a retalho	49 931	19 579	6 490	15 316	1 993	Comércio por grosso e a retalho	2 684	46 062	1 035	2 834	3 869
Transportes e armazenagem	7 683	2 593	904	2 835	219	Transportes e armazenagem	590	7 141	206	336	542
Alojamento, restauração e similares	44 582	13 864	4 803	10 287	2 062	Alojamento, restauração e similares	9 748	40 764	961	2 857	3 818
Atividades de informação e de comunicação	6 127	1 855	762	2 917	202	Atividades de informação e de comunicação	129	5 865	84	178	262
Atividades financeiras e de seguros	4 131	1 412	449	1 737	150	Atividades financeiras e de seguros	149	3 897	59	175	234
Atividades imobiliárias, administrativas e os serviços de apoio	100 590	37 629	10 600	45 602	2 701	Atividades imobiliárias, administrativas e os serviços de apoio	2 076	98 608	615	1 367	1 982
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	9 049	3 194	1 113	3 840	289	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	180	8 616	95	338	433
Admin. pública, educação, at. de saúde e apoio social	36 947	13 513	6 026	9 864	2 845	Admin. pública, educação, at. de saúde e apoio social	1 050	33 298	1 718	1 931	3 649
Outras atividades de serviços	31 356	12 918	2 727	8 883	1 031	Outras atividades de serviços	2 651	28 210	605	2 541	3 146
<b>Sem classificação</b>	<b>4 084</b>	<b>1 826</b>	<b>941</b>	<b>889</b>	<b>289</b>	<b>Sem classificação</b>	<b>139</b>	<b>4 084</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>
<b>Total</b>	<b>431 596</b>	<b>177 293</b>	<b>55 560</b>	<b>129 087</b>	<b>20 336</b>	<b>Total</b>	<b>23 146</b>	<b>405 422</b>	<b>8 125</b>	<b>18 049</b>	<b>26 174</b>

Fonte: IEFP, Dezembro 2016

No caso específico do Concelho de Vagos, a **agricultura** sofreu vários ajustamentos de cariz impositivo, que remontam desde logo ao fenómeno marcante da nossa integração europeia.

Há muito que deixaram de existir as vacas leiteiras a percorrer as ruas das aldeias do concelho, atividade fortemente assente no micro-produtor, e se passou a ter explorações agrícolas robotizadas com dezenas de unidades produtoras. E, embora longe de se constituir como uma das principais fontes de rendimento das famílias como outrora, certo é que hoje ainda existe uma quota leiteira significativa mas concentrada num número reduzido de produtores qualificados e habilitados.

A produção de batata e de hortícolas não sofreu grandes alterações, tendo mesmo os hortícolas registado um acréscimo na produção, fruto de uma

produção mais intensiva e do recurso a melhores meios de produção e recolha, nomeadamente o uso das estufas e equipamentos mecânicos para colher a produção.

À semelhança do panorama nacional, para o concelho de Vagos, o ano de 2016 foi também um período de completo declínio do sector do comércio, com o consequente aumento do desemprego (ver quadro I), reflexo de uma profunda alteração vivida pelo mesmo: os negócios de proximidade foram dizimados pelas superfícies comerciais de maior dimensão e o consumidor, que passou a ser mais esclarecido e crítico, com acesso a melhores vias de comunicação e meios de transporte, optou pelo consumo massivo de bens e produtos, muitas vezes de qualidade muito inferior aos comercializados nas lojas de proximidade.

Atualmente, como ilustra o quadro II, já vislumbramos algumas melhorias neste sector no panorama nacional, com a consequente criação de novos postos de trabalho.

O custo de transporte, que tem crescido exponencialmente, associado a campanhas que condicionam as pessoas a “comprar o que é nosso”, bem como a diminuição da massa salarial disponível, estão a provocar uma inversão nas opções de consumo, estando os negócios de proximidade a ter um novo fôlego, passando a ser uma opção económica comprar “à porta de casa”.

Já no que se refere ao sector dos **serviços**, este tem mantido uma posição relativamente estável, sendo de relevar a concorrência que, ano após ano, surge.

O seu retrocesso ou crescimento dependem diretamente de todos os outros setores de atividade, mas como no contexto global há setores a crescer e outros a diminuir, entendemos que este setor tem acompanhado essa tendência. A hotelaria e a restauração cresceram nos últimos tempos, no entanto, sofreram em 2016 alguma contração, muito decorrente das medidas fiscais que foram tomadas e que asfixiaram por completo as magras margens do setor.

A construção é o sector que mais declínio registou, “atirando” milhares de trabalhadores para o desemprego (**ver quadro I**) e conduzindo ao fecho de centenas de empresas.

De motor do desenvolvimento económico do concelho até aos anos de 2008/2009, passou há muito para a um setor quase sem expressão, com a saída de mercado de algumas das maiores e melhores empresas.

A exportação, deslocalização e emigração de empresas e pessoas tem sido uma constante neste setor.

A obra pública, que outrora potenciava o sector, quase deixou de existir.

Resta abordar o **setor industrial**, que teve um crescimento nacional notável em 2016.

O recrutamento de mão-de-obra afeta à indústria praticamente duplicou (ver quadro II), passou-se de uma mão-de-obra indiferenciada e sem habilitações para uma mão-de-obra cada vez mais qualificada e habilitada, para desenvolver as suas competências em unidades cada vez mais exigentes tecnologicamente. Vagos é um excelente exemplo desse dinamismo industrial, fruto da aposta de muitos investidores regionais, nacionais e internacionais, aliados a uma aposta forte do município na criação de condições à instalação.

Desde logo, podemos apontar o setor da cerâmica, que acabou por ser o primeiro a instalar-se na zona industrial do Concelho mais antiga e que ainda hoje é um dos maiores empregadores em Vagos e das unidades tecnologicamente mais evoluídas do mundo.

Não menos relevante, é o setor da metalomecânica, que se tem afirmado bastante, e que nos últimos dois anos teve incrementos de investimento bastante significativos.

Ainda no setor industrial, importa mencionar a unidade industrial de produção em fibra de vidro, que continua a ser o maior empregador do Concelho (com investimentos superiores a 300 milhões de euros).

**Tabela 94 | Quadro II - Ofertas De Emprego Segundo As Regiões Por  
Atividade Económica**  
Situação no fim do mês | Portugal - dez. 2016

Atividade Económica	Total	Continente				Atividade Económica	Algarve	Total	Regiões Autónomas		
		Norte	Centro	Lisboa V.T.	Alentejo				Açores	Madeira	Total
Agricultura, produção animal, caça floresta e pesca	577	87	81	95	204	Agricultura, produção animal, caça floresta e pesca	106	573	4	4	4
Indústria, energia e água e construção	3 087	1 027	1 198	627	108	Indústria, energia e água e construção	60	3 020	25	67	67
Indústrias extrativas	76	6	8	10	1	Indústrias extrativas	-	25	-	1	1
Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco	369	66	150	83	33	Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco	4	336	15	33	33
Fabricação de têxteis	86	66	13	4	1	Fabricação de têxteis	-	84	-	2	2
Indústria do vestuário	234	197	20	17	-	Indústria do vestuário	-	234	-	-	-
Indústria do couro e de produtos do couro	94	53	32	9	-	Indústria do couro e de produtos do couro	-	94	-	-	-
Indústria da madeira e da cortiça	91	24	50	10	1	Indústria da madeira e da cortiça	-	85	3	6	6
Indústrias do papel, impressão e reprodução	36	8	13	15	-	Indústrias do papel, impressão e reprodução	-	36	-	-	-
Fabricação de produtos petrolíferos, químicos, farmacêuticos, borracha e plástico	95	23	47	20	5	Fabricação de produtos petrolíferos, químicos, farmacêuticos, borracha e plástico	-	95	-	-	-
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	123	14	84	17	4	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	4	123	-	-	-
Indúst. metal. base e fabrico de produtos metálicos	311	90	156	55	4	Indúst. metal. base e fabrico de produtos metálicos	4	309	-	2	2
Fabricação de equipamento informático, elétrico, máquinas e equipamentos n.e.	100	32	49	17	1	Fabricação de equipamento informático, elétrico, máquinas e equipamentos n.e.	1	100	-	-	-
Fabricação veículos automóveis, comp. e outro equip. de transporte	88	21	49	18	-	Fabricação veículos automóveis, comp. e outro equip. de transporte	-	88	-	-	-
Fabricação de mobiliário, reparação e instalação de máq. e equipamentos e out. ind. transform.	189	84	60	28	12	Fabricação de mobiliário, reparação e instalação de máq. e equipamentos e out. ind. transform.	2	186	-	3	3
Eletricidade, gás e água, saneamento, resíduos e despoluição	57	6	15	27	2	Eletricidade, gás e água, saneamento, resíduos e despoluição	4	54	-	3	3
Construção	1 188	337	452	297	44	Construção	41	1 171	7	10	17
<b>Serviços</b>	<b>7 941</b>	<b>1 974</b>	<b>2 185</b>	<b>2 821</b>	<b>325</b>	<b>Serviços</b>	<b>334</b>	<b>7 639</b>	<b>64</b>	<b>238</b>	<b>302</b>
Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos	359	122	95	106	13	Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos	10	346	3	10	13
Comércio por grosso e a retalho	1 500	444	357	528	28	Comércio por grosso e a retalho	68	1 425	25	50	75
Transportes e armazenagem	275	55	106	97	5	Transportes e armazenagem	10	273	2	-	2
Alojamento, restauração e similares	1 455	363	385	408	90	Alojamento, restauração e similares	84	1 330	13	112	125
Atividades de informação e de comunicação	311	85	26	194	2	Atividades de informação e de comunicação	1	308	-	3	3
Atividades financeiras e de seguros	58	17	12	22	3	Atividades financeiras e de seguros	-	54	-	4	4
Atividades imobiliárias, administrativas e os serviços de apoio	1 979	366	749	627	111	Atividades imobiliárias, administrativas e os serviços de apoio	99	1 952	8	19	27
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	616	156	153	262	14	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	16	601	5	10	15
Admin. pública, educação, at. de saúde e apoio social	789	186	190	349	34	Admin. pública, educação, at. de saúde e apoio social	18	777	4	8	12
Outras atividades de serviços	599	180	112	228	25	Outras atividades de serviços	28	573	4	22	26
<b>Sem classificação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>Sem classificação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>
<b>Total</b>	<b>11 605</b>	<b>3 088</b>	<b>3 464</b>	<b>3 543</b>	<b>637</b>	<b>Total</b>	<b>500</b>	<b>11 232</b>	<b>93</b>	<b>280</b>	<b>373</b>

Fonte: IEFP, Dezembro 2016

## 5.2 Empreendedorismo

O Município de Vagos e o NEVA desenvolveram e encetaram um conjunto de diligências no sentido de corporizar a capacidade empreendedora dos jovens, em particular, e dos investidores, em geral.

Para tal, esta iniciativa de empreendedorismo visa acompanhar empresas e empreendedores - na sua fase inicial e com potencial de viabilidade económica - que tenham ideias e projetos inovadores e estratégicos para o desenvolvimento sustentável do Município de Vagos e da região de Aveiro.

Assim, pretende-se promover a criação de empresas spin-offs nas seguintes áreas de incidência: Ambiente e Energias Renováveis, Novas Tecnologias, Agricultura e Agroindústria, Turismo, Materiais e Serviços Qualificados inovadores.

Foi criada uma unidade física para rececionar os empreendedores e seus projetos, bem como colocados à sua disposição um conjunto de apoios e serviços consoante a fase de processo de incubação em que se encontram.

**Os apoios e serviços enumeram-se essencialmente por:**

- . Orientação técnica na fase de implementação e desenvolvimento da ideia de negócio, projeto de investimento ou constituição da empresa;

- . Serviços gerais (sala de reuniões partilhada, limpeza do espaço, segurança);

- . Serviço de receção no horário normal de trabalho;

- . Apoio administrativo (receção e encaminhamento de chamadas telefónicas, recolha e distribuição do correio, entre, eventualmente, outros serviços devidamente acordados);

- . Serviços básicos em condições a definir, nomeadamente: serviço de fotocópias, chamadas telefónicas para o exterior, requisição de material e equipamento eletrónico, reserva de salas de formação, reuniões e auditório;

- . Promoção de contactos com investidores, entidades, outros empreendedores.

Ainda nesta senda, há já alguns anos que o município tem desenvolvido iniciativas com vista à promoção e sensibilização para o empreendedorismo nas escolas do Concelho de Vagos, que levaram à criação dos Clubes de empreendedorismo nas escolas. Estes clubes são agregadores de iniciativas, pessoas e empresas, criando sinergias para um ecossistema mais valioso e eficiente, integrando jovens do ensino secundário do Agrupamento de Escolas de Vagos, da Escola Profissional de agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos (EPADRV) e do Colégio Diocesano de Nossa Senhora da Apresentação, e respetivo professor responsável pela constituição e dinamização dos mesmos em contexto escolar.

Neste contexto, a **Incubadora de Empresas do Município de Vagos**, inserida na IERA-Incubadora de Empresas da Região de Aveiro, funciona desde outubro de 2014, no Edifício de Equipamento e Apoio Social e Administrativo da Zona Industrial de Vagos.

O apoio do Polo IERA de Vagos à incubação é desenvolvido através dos programas de pré-incubação e de incubação, que disponibilizam uma oferta integrada de espaços e de serviços. Desta forma, o Município de Vagos acompanha empreendedores na sua fase inicial e promove a criação de spin-offs inovadoras em setores estratégicos como o Ambiente, Energias Renováveis e Eficiência Energética, Agroindústria e Agroalimentar, TICE e Turismo.

A integração da Incubadora de Empresas no ecossistema na Zona Industrial de Vagos e Parque Empresarial de Soza potencia o surgimento de dinâmicas e de sinergias entre o meio empresarial já existente e os novos empreendedores, numa perspetiva de complementaridade e de reforço do desenvolvimento económico sustentável do concelho de Vagos e da Região de Aveiro.

A Incubadora destina-se, assim, a empreendedores e empresas que desejem desenvolver novos projetos, produtos e serviços, visando a criação de valor e potenciando a dinamização da economia e a criação de emprego. Tem como visão ser reconhecida como um ecossistema empreendedor e inovador no apoio ao desenvolvimento de projetos empresariais, industriais, sociais, escolares, diferenciadores e impulsionadores, e tem como

missão incentivar e apoiar o desenvolvimento e o crescimento sustentando de ideias de negócio inovadoras, através da criação de ações e redes de networking, bem como da disponibilização de espaços e serviços adequados para a prosperidade de novas empresas.

**As vantagens da Incubadora são as seguintes:**

- . Maior potencial de sucesso;

- . Facilidade de instalação da empresa;

- . Redução dos riscos e dos custos até à inserção do negócio no mercado;

- . Ambiente favorável ao intercâmbio de ideias e tecnologias entre empreendedores incubados;

- . Redução de custos operacionais;

- . Acompanhamento e revisão dos planos de negócios;

- . Orientação na busca de financiamento;

- . Assessoria administrativa e estratégica;

- . Orientação na gestão da propriedade intelectual e no registo de marcas e patentes.

Quanto às pequenas empresas, o concelho de Vagos continua a ser marcado, positivamente, pela fixação de novas empresas, conforme se pode constatar nos gráficos e dados seguintes.

No ano de 2016 foram criadas 48 novas Empresas com um total de investimento na ordem dos 495 100,00€. A forma jurídica dessas empresas são sociedades por quotas ou unipessoais.

Gráfico 37 | Nº empresas criadas

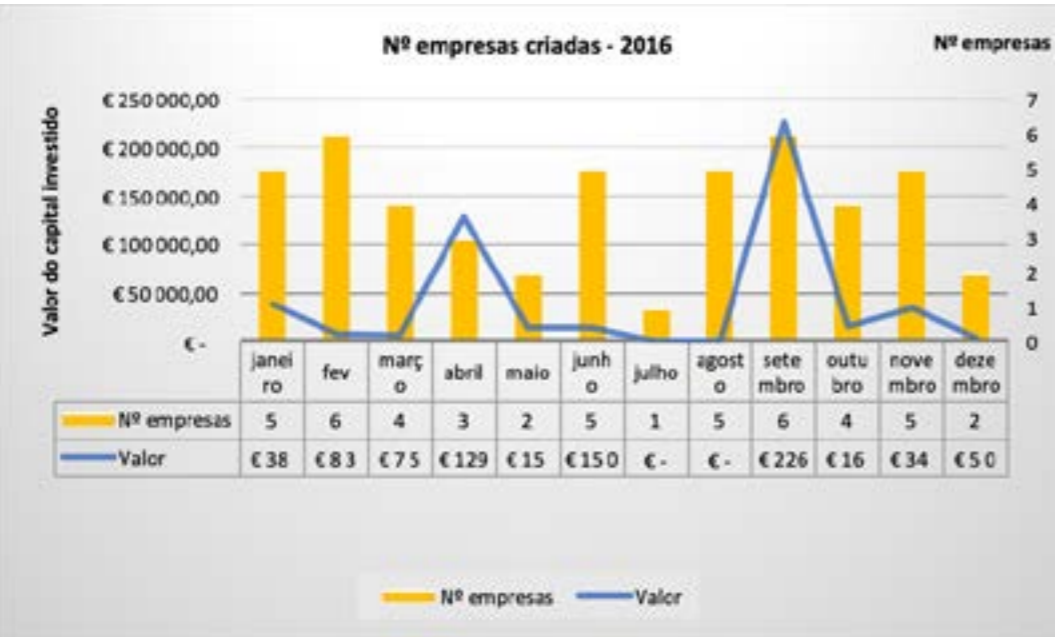


Tabela 95 | Total de Investimento

Mês	Número de empresas	Valor
janeiro	5	38 900 €
fevereiro	6	8 300 €
março	4	7 500 €
abril	3	129 000 €
maio	2	15 000 €
junho	5	15 000 €
julho	1	7 500 €
agosto	5	153 220 €
setembro	6	226 000 €
outubro	4	16 000 €
novembro	5	34 400 €
dezembro	2	5 000 €
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>495 100 €</b>

As empresas sediadas na Incubadora de Empresas de Vagos têm uma idade média de vida de 2 anos, resultando num ecossistema que está em constante renovação.

Através dos consultórios de empreendedorismo feitos (1º atendimento), constata-se que a cultura empreendedora é uma tendência crescente no nosso Concelho.

A Incubadora de Empresas de Vagos organiza mensalmente sessões de

networking temáticas de forma a dinamizar o Polo e a promover a boa disposição, a partilha de experiências e de conhecimentos entre os seus empreendedores e restantes interessados. Pretende-se com estas sessões reunir um conjunto de atividades que tentem corresponder aos interesses e às necessidades das Ideias Negócios e Start ups do nosso ecossistema e dos ecossistemas envolventes, nomeadamente a capacitação em áreas específicas, sessões temáticas e/ou de esclarecimento; mentoring, etc.

## PROJETOS NA ÁREA DA JUVENTUDE

### Syncroniza.te – Empreendedorismo e Participação Ativa Jovem

O *Syncroniza.te* é o programa de Empreendedorismo Jovem adotado pelo Município de Vagos e integrado na estratégia local de apoio ao Empreendedorismo e à participação ativa Jovem.

O *Syncroniza.te* visa a simultaneidade e complementaridade entre a prática da educação formal com a prática da educação não formal, através da educação para o empreendedorismo e participação ativa jovem.

### Clubes de Empreendedorismo nas Escolas

Desde 2014, que o Polo IERA de Vagos (PIV) desenvolve iniciativas de promoção e sensibilização para o empreendedorismo nas escolas do Concelho de Vagos, atividades essas que levaram à criação dos Clubes de Empreendedorismo nestas escolas. Os Clubes integraram jovens do ensino secundário do Agrupamento de Escolas de Vagos, da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos (EPADRV) e do Colégio Diocesano de Nossa Senhora da Apresentação (Calvão) e respetivo professor responsável pela constituição e dinamização dos mesmos em contexto escolar. Tornar a cultura empreendedora num “ciclo virtuoso” da rotina escolar, despertando nos jovens atitudes de iniciativa, liderança, argumentação e criatividade, tornando-os referências inspiradoras com impacto na sua comunidade local, quer na esfera das suas vidas pessoais, (enquanto agente social), ou públicas, quer durante a sua vida escolar ou durante os seus futuros profissionais.

Eurodesk

O Eurodesk em Portugal é um serviço da Agência Nacional Erasmus + Juventude em Ação, sendo responsável pela gestão da rede a nível nacional.

No seguimento da assinatura de protocolo com a Agência Nacional Erasmus+ Juventude em Ação, o Município de Vagos tornou-se Multiplicador Eurodesk, cuja operacionalização será a dinamização do InfoPoint Eurodesk (balcão de informação presencial) do Município de Vagos. Os multiplicadores Eurodesk trabalham para sensibilizar os jovens sobre oportunidades de aprendizagem e mobilidade, incentivando-os a tornarem-se cidadãos mais ativos. Como uma organização de apoio ao Erasmus+, a rede Eurodesk partilha informações sobre as diversas oportunidades de mobilidade, bem como outras oportunidades para jovens e animadores de juventude, de forma profissional e gratuita, e um pouco por toda a Europa.

# **CAPÍTULO IV**

## **Anexos**

**04**

# Anexos

## Anexo 1 Identificação, Morada e contactos das IPSS do concelho Vagos

**Associação BETEL**

Morada:  
Rua Armando dos Santos Neto  
3840-326 Ponte de Vagos

Contactos:  
telefone 234 782 369  
fax 234 782 357  
e-mail geral@betel.pt

**Associação Boa Hora**

Morada:  
Rua do Cemitério, n.º 50  
3840-254 Gafanha da Boa Hora

Contactos:  
telefone 234 790 300  
fax 234 790 309  
e-mail geral@boahora.pt

**Centro Social de Calvão**

Morada:  
Rua do Rosário  
3840-052 Calvão

Contactos:  
telefone 234 782 772  
fax 234 781 107  
e-mail geral@cspcalvao.org

**Centro de Ação Social de  
Covão do Lobo**

Morada:  
Rua Centra I, N.º11  
3030-243 Covão do Lobo

Contactos:  
telefone 234 783 585  
fax 234 788 528  
e-mail cascl@sapo.pt

**Centro Social Paroquial de  
Fonte de Angeão**

Morada:  
Rua Casa do Povo  
3840-163 Fonte de Angeão

Contactos:  
telefone 234 782 106  
e-mail cspfonteangeao@hotmail.com

**Centro Social e Bem Estar de Ouca**

Morada:  
Rua da Igreja, n.º38  
3840-302 Ouca

Contactos:  
telefone 234 790 160 / 234 791 154  
fax 234 791 142  
e-mail larouca@hotmail.com

**Santa Casa da Misericórdia de Vagos**

Morada:  
Rua Padre Vicente Maria da Rocha,  
3840-453 Vagos

Contactos:  
telefone 234 799 180  
fax 234 799 181  
e-mail misericordiadevagos@scmvagos.eu  
página de internet www.misericordiadevagos.pt

**Comissão de Apoio Social e  
Desenvolvimento de Santa Catarina**

Morada:  
Rua Social, n.º1  
3840-572 Santa Catarina

Contactos:  
telefone 234 783 936  
fax 234 783 936  
e-mail casdsc@casdsc.pt  
página de internet www.casdsc.pt

**Associação de Solidariedade Social e  
Cultural de Santo André de Vagos**

Morada:  
Rua Dr. Sá Carneiro, n.º2  
3840-553 Santo André

Contactos:  
telemóvel 96 97 32 543 / 96 236 9042  
telefone fixo 234 425 016  
e-mail associacaosantoandrevagos@gmail.com

**Centro Social de Santo António de Vagos**

Morada:  
Rua Padre Creoulo, N.º27  
3840-502 Santo António de Vagos  
  
Contactos:  
telefone 234 794 782  
e-mail geral.cspsantoantonio@diocese-aveiro.pt  
página de internet  
www.diocese-aveiro.pt/cspsantonio

**Centro Social da Freguesia de Soza**

Morada:  
Rua Comendador Rodrigues da Silva, N.º50  
3840-351 Soza  
  
Contactos:  
telefone 234 797 790  
fax 234 797 792  
e-mail geral@centrosocialdesoza.pt  
página de internet  
www.centrosocialdesoza.pt

# Anexo 2 Rendimento Social de Inserção

Áreas e ações de inserção contratualizadas por  
beneficiários de RSI no ano de 2015

**Tabela 96 | Relatório de execução | Dezembro de 2015**

Áreas	<sup>1</sup> Recursos de inserção - Ações	<sup>2</sup> N.º ações contratualizadas	%
Educação	Escolariedade Obrigatória	93	78,10
	Ensino Recorrente	26	21,90
	<b>Total</b>	<b>119</b>	<b>100,00</b>
Formação Profissional	Formação Profiss. Qualificante	52	59,00
	Educação e Formação	23	26,13
	Formação para Grupos Desfavorecidos	13	14,87
	<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>100,00</b>

Áreas	Recursos de inserção		N.º ações contratualizadas	%
Emprego	Informação e Orientação Profissional		8	3,44
	Programa Ocupacional Carenciados		54	23,27
	Programa Ocupacional Subsidiados		3	1,29
	Empresas Inserção		18	7,85
	Colocação em Mercado de Trabalho - PPE		149	64,22
Total			232	100,00
Saúde	Prev. Primária	Planeamento Familiar	13	10,15
	Consultas / Tratamentos	Consultas de medicina familiar	93	72,66
		Psiquiatria	6	4,69
	Desintoxicação	Alcoolismo	14	10,93
		Toxicodependência	2	1,57
Total			128	100,00
Ação Social	Apoio Domiciliário		4	1,22
	Acolhimento institucional ou familiar de crianças e jovens	Amas / Creche Familiar / Cheche	6	1,81
		Apoio Psicossocial	Apoio pessoal em situação de perca de autoestima e autonomia	12
	Ações de apoio à organização da vida quotidiana		270	81,82
	Apoio ao exercício de cidadania		38	11,51
Total			330	100,00
Habitação	Arrendamento Privado		3	17,65
	Arrendamento Público	Programa de Realojamento	4	23,52
	Apoio à Melhoria do Alojamento	Obras de Beneficiação	8	47,06
	Regularização da Situação Habitacional		2	11,77
Total			17	100,00

<sup>1</sup> As ações referenciadas são as que assumem maior expressividade no conjunto das ações existentes em cada área.  
<sup>2</sup> Valores acumulados de ações em execução/contratualizadas.

**(Dec. Lei nº 90/2017-DRnº 145/2017,série I de 28 de Julho – MTSS)**

**RSI-Rendimento Social de Inserção** consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para satisfazer as suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária.

**O Programa de inserção programa (PI)** do rendimento social de inserção consubstancia-se num **contrato de inserção (CI)** que integra um conjunto articulado e coerente de ações, faseadas no tempo, estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar do requerente da prestação com vista à plena integração social dos sus membros. O contrato de inserção confere um conjunto de deveres e de direitos ao titula do rendimento social de inserção e aos membros do seu agregado familiar.

## Anexo 3

### Respostas Sociais: Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, ano de 2006

#### Creche

**Conceito:** Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza sócio-educativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionado para o apoio à criança e à família.

**Objetivos:** Proporcionar o bem estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afetiva e física, durante o afastamento

parcial do seu meio familiar através de um atendimento individualizado; Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo das crianças; Colaborar de forma eficaz no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência assegurando o seu encaminhamento adequado; z Prevenir e compensar défices sociais e culturais do meio familiar.

**Destinatários:** Crianças até aos 3 anos de idade Disposições Legais e Técnica

#### Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar

**Conceito:** Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

**Objetivos:** Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança e proporcionar-lhe condições de bem estar e segurança; Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem e desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo; Despertar a curiosidade e o pensamento crítico; Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências e precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança; Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade; Apoiar a família através de fornecimento de refeições e de prolongamentos de horários com atividades de animação sócio-educativa.

**Destinatários:** Crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico.

#### Centro de Atividades de Tempos Livres

**Conceito:** Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir

dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/ inserção, prática de atividades específicas e multi-atividades.

**Objetivos:** Criar um ambiente propício ao desenvolvimento de cada criança ou jovem, por forma a ser capaz de se situar e expressar num clima de compreensão, respeito e aceitação de cada um; Colaborar na socialização de cada criança ou jovem, através da participação na vida em grupo; Favorecer a inter-relação família/escola/comunidade/ estabelecimento, em ordem a uma valorização, aproveitamento e rentabilização de todos os recursos do meio; Proporcionar atividades integradas num projeto de animação sócio-cultutal, em que as crianças possam escolher e participar voluntariamente, considerando as características dos grupos e tendo como base o maior respeito pela pessoa; Melhorar a situação sócio-educativa e a qualidade de vida das crianças; Potenciar a interação e a inclusão social das crianças com deficiência, em risco e em exclusão social e familiar.

**Destinatários:** Crianças e jovens a partir dos 6 anos de idade.

#### Centro de Acolhimento Temporário

**Conceito:** Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

**Objetivos:** Permitir a realização do diagnóstico de cada criança e jovem bem como a definição dos respetivos projetos de vida, com vista à inserção familiar e social ou a outro encaminhamento que melhor se adegue à situação em estudo; Assegurar alojamento temporário; Garantir às crianças e jovens a satisfação das suas necessidades básicas; Proporcionar o apoio sócio-educativo adequado à idade e características de cada criança ou jovem; Promover a intervenção junto da família, em articulação com as entidades e as instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos das crianças e jovens.

**Destinatários:** Crianças e jovens de ambos os sexos até aos 18 anos, em situação de perigo, cuja medida de promoção e proteção determine um acolhimento de duração inferior a seis meses.

### Serviço de Apoio Domiciliário

**Conceito:** Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

**Objetivos:** Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e famílias; Garantir a prestação de cuidados de ordem física e apoio psicossocial a indivíduos e famílias,

de modo a contribuir para seu equilíbrio e bem-estar; Apoiar os indivíduos e famílias na satisfação das necessidades básicas e atividades da vida diária; Criar condições que permitam preservar e incentivar as relações inter-familiares; Colaborar e/ou assegurar o acesso à prestação de cuidados de saúde; Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização; Prevenir situações de dependência, promovendo a autonomia

**Destinatários:** Indivíduos e famílias, prioritariamente, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de dependência.

### Centro de Dia

**Conceito:** Resposta social, desenvolvida em equipamento, que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio-familiar.

**Objetivos:** Proporcionar serviços adequados à satisfação das necessidades dos utentes; Contribuir para a estabilização ou retardamento das consequências nefastas do envelhecimento; Prestar apoio psicossocial; Fomentar relações interpessoais e intergeracionais; Favorecer a permanência da pessoa idosa no seu meio habitual de vida; Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização; Contribuir para a prevenção de situações de dependência, promovendo a autonomia.

**Destinatários:** Pessoas que necessitem dos serviços prestados pelo Centro de Dia.

### ERPI

**Conceito:** Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

**Objetivos:** Acolher pessoas idosas, ou outras, cuja situação social, familiar, económica e /ou de saúde, não lhes permite permanecer no seu meio habitual de vida; Assegurar a prestação dos cuidados adequados à satisfação das necessidades, tendo em vista a manutenção da autonomia e independência; Proporcionar alojamento temporário, como forma de apoio à família; Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação inter-familiar; Encaminhar e acompanhar as pessoas idosas para soluções adequadas à sua situação.

**Destinatários:** Pessoas de 65 e mais anos ou de idade inferior em condições excecionais, a considerar caso a caso.

### CAO

**Conceito:** Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave. Centro de Atividades Ocupacionais.

**Objetivos:** Estimular e facilitar o desenvolvimento das capacidades; Promover estratégias de reforço de auto-estima e de autonomia pessoal e social; Privilegiar a interação com a família e com a comunidade, no sentido da integração social das

pessoas com deficiência; Promover o encaminhamento, sempre que possível, para programas adequados de integração sócio-profissional.

**Destinatários:** Pessoas com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva; Pessoas com deficiência cuja situação não se enquadre no âmbito do regime de emprego protegido, nos termos da respetiva legislação e careçam de apoios específicos.

### Lar Residencial para Pessoas Portadoras de Deficiência

**Conceito:** Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

**Objetivos:** Disponibilizar apoio residencial permanente ou temporário a jovens e adultos com deficiência; Garantir condições de bem-estar e qualidade de vida ajustadas às necessidades dos utentes; Promover estratégias de reforço da auto-estima, autonomia pessoal e social dos utentes; Privilegiar a interação com a família e com a comunidade, no sentido da integração social dos utentes.

**Destinatários:** Pessoas com deficiência com idade igual ou superior a 16 anos; Pessoas com deficiência, com idades inferiores a 16 anos cuja situação sócio-familiar o aconselhe e se tenham esgotado as possibilidades de encaminhamento para outras respostas sociais mais adequadas.

### Unidade de Vida Autónoma

**Conceito:** Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica mas com capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programas de formação profissional ou em emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

**Objetivos:** Proporcionar alojamento; Assegurar a individualização e a estabilidade dos utentes numa vida normalizada, quer na vertente relacional, quer na vertente laboral.

**Destinatários:** Pessoas com doença psiquiátrica grave, em fase estabilizada, cuja capacidade mental permita perspetivar uma reinserção sócio-profissional.

### Atendimento e Acompanhamento Social

**Conceito:** Resposta social, desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência.

**Objetivos:** Informar, orientar e encaminhar; Apoiar, através de metodologias próprias, pessoas/famílias em situação de dificuldade e/ou emergência social; Assegurar o acompanhamento social dos indivíduos e famílias no desenvolvimento das suas potencialidades, contribuindo para a promoção da sua autonomia, auto-

estima e gestão do seu projeto de vida; Mobilizar recursos adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional; Prevenir situações de exclusão; Dotar as pessoas/famílias dos meios e recursos que possibilitem a construção de um projeto de vida estruturado e autónomo.

**Destinatários:** Pessoas e famílias residentes numa determinada área geográfica (freguesia, concelho...), que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou outras dificuldades pontuais.

### Refeitório Cantina Social

**Conceito:** Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

**Objetivos:** Garantir alimentação a população carenciada; Promover a auto-estima através da prática de hábitos de higiene; Sinalizar/Diagnosticar situações, tendo em vista um encaminhamento.

**Destinatários:** Pessoas/famílias economicamente desfavorecidas.



município de  
**vagos**